

APRESENTAÇÃO

O presente documento tem por finalidade registrar e suplementar o conteúdo do vídeo *Casamento Civil: A “novidade” que os frades ensinam*. Tendo a discussão sido tornada pública, julgamos conveniente — e mesmo necessário — expor com clareza as fontes que embasam a posição por nós apresentada, denominada de “novidade”.

Após a transcrição das cinco partes do vídeo, oferecemos neste documento um apêndice de fontes complementares que sustentam as afirmações feitas ao longo de nossa exposição. Procuramos organizar as referências segundo cada seção do próprio vídeo, a fim de facilitar a consulta.

Para evitar que o texto se torne excessivamente carregado, alguns documentos mencionados no vídeo — como a seção matrimonial do Concílio Plenário Brasileiro, o Alerta de calão pessoal do Pe. Gabriel Maria Rodrigues e o e-mail do Pe. Anthony Cekada — serão disponibilizados por meio de links, para download conforme o interesse de cada leitor.

Cumpramos observar que, ao longo de mais de um ano e meio de estudo sobre o tema em questão, reunimos uma quantidade bastante ampla de fontes. A transcrição integral de todo esse material exigiria um trabalho excessivo — algo inviável, uma vez que os estudos dos clérigos não podem ser interrompidos por período demasiadamente prolongado.

Procuramos apresentar, contudo, ao menos as referências principais, de tal forma que ficará claro que nossa posição possui fundamento sólido na teologia católica tradicional e que corresponde à prática da Igreja anterior ao Concílio Vaticano II. As partes com poucas fontes representam assuntos que não envolvem pontos de controvérsia ou debate.

É importante que todos os fiéis saibam que têm o direito de solicitar maiores esclarecimentos ao clero nessas questões doutrinárias, sobretudo quando se tornam públicas. Aqui nós apresentamos nossos principais argumentos, procurando sempre embasar-nos extensamente nos decretos das Sagradas Congregações e na doutrina de teólogos renomados.

Em caso de eventual contestação, solicitamos encarecidamente que o contraponto seja, ao menos, acompanhado da citação de diversos teólogos de reconhecida autoridade. A mera enunciação do que um outro clérigo faz, sem a apresentação real das fontes que embasam o procedimento, tornou as tentativas anteriores de réplica inteiramente vazias e infrutíferas.

Solicitamos a compreensão de todos para eventuais erros de português, tipografia ou diagramação. Embora o documento seja extenso, foi necessário prepará-lo em prazo bastante reduzido, dado que a questão é urgente e exige resposta imediata.

Nosso Pai Seráfico São Francisco, concedeu-nos graças superabundantes para que, ao longo de um ano e meio, suportássemos graves calúnias e detrações sem jamais nos defendermos publicamente, a fim de evitar um mal maior. Agora, porém, tendo o assunto se tornado público, o bem comum exige que rompamos varonilmente este silêncio e manifestemos os bons frutos de nossos sofrimentos e estudos.

Nossa Senhora, Rainha da Ordem dos Frades Menores, rogai por nós!

MATRIMÔNIO CIVIL: A “NOVIDADE” QUE OS FRADES ENSINAM

Parte I: Introdução

Paz e Bem,

Hoje, em nome dos frades do convento de São Miguel e de Santo Antônio, desejo oferecer aos fiéis um contexto sobre certos acontecimentos recentes e apresentar uma explicação detalhada acerca da natureza de nossos recentes desacordos com alguns membros do clero.

Como muitos dos senhores já sabem, Dom Pivarunas escreveu uma carta que foi traduzida e circulada entre os fiéis, tratando de nós frades, de nosso pedido a Sua Excelência Dom Rodrigo da Silva para assistência sacramental, e de nossa posição a respeito do matrimônio civil e do direito canônico. Nós nos esforçamos para limitar especialmente esta última questão a discussões entre o clero — discussões que, infelizmente, por mais de um ano e meio, deram pouquíssimos frutos. Agora que Dom Pivarunas decidiu revelar explicitamente a natureza de nossa divergência a praticamente todos os fiéis no Brasil, levantou-se uma grande confusão a nosso respeito.

Permitam-me ser muito claro: se esta questão do matrimônio civil fosse apenas uma questão de opinião pessoal, cada um poderia seguir o seu caminho e ficar satisfeito. Em todo caso, nunca tivemos, nem jamais teremos, a intenção de invadir as capelas de outros padres e fazer uma espécie de inquisição sobre matrimônios. Contudo, devemos prestar contas a Deus pelas almas que vêm a nós pedindo o matrimônio. De fato, foi um caso assim que deu origem a toda essa questão.

Um casal da nossa capela, sob nossos cuidados, desejava casar-se. Analisei o caso: eles não estavam livres para casar. A razão? Uniões civis anteriores com outras pessoas. Descobri que outro sacerdote queria realizar o matrimônio em certa missão distante, então enviei para ele nossa pesquisa indicando que ele não podia realizar aquele casamento, segundo o direito canônico e os princípios da teologia moral. Mesmo assim, ele o realizou. Desde então, a questão vem se intensificando.

Chegou a tal ponto que Dom Pio recusou-se a realizar ordenações para nossa comunidade até que mudássemos de posição. O mesmo aconteceu com Dom Dávila. Nossa comunidade e os fiéis por nós assistidos ficamos privados de qualquer ajuda episcopal por

causa de nossa posição sobre o matrimônio civil. Dom Pivarunas deixou muito claro, várias vezes, que estávamos livres para recorrer a qualquer outro bispo tradicionalista, e que ele não se oporia nem se sentiria ofendido com isso.

Além dos bispos, há também vários sacerdotes que se recusaram explicitamente a nos visitar por causa da questão matrimonial. Em outras palavras, ficamos isolados e em grande necessidade de uma ordenação, ao menos *simplex*, para poder garantir a celebração da Santa Missa no convento. Visto que Sua Excelência nos tinha dito que estávamos livres, pedimos então a Dom Rodrigo da Silva que nos ajudasse. Apesar de toda a tormenta criada por volta de nós, ele bondosamente aceitou.

Talvez os senhores estejam pensando agora: “Mas, freis, por que não deixaram simplesmente de lado sua idéia pessoal, especialmente vendo que tantos bispos e padres estavam contra os senhores? Não seria isso um sinal de Deus de que tem algo errado com a comunidade, já que todo mundo está contra os senhores?”

Pois bem, e eu pergunto em resposta: E se a posição deles não apenas contradiz o que verdadeiros canonistas e teólogos ensinam, mas expõe os casais ao risco de separações injustas ou a uma vida inteira de adultério? E isso não só uma vez, mas todas as vezes que esses clérigos aplicam seus argumentos errôneos a casos concretos? E se, até o presente momento, não apresentaram um único argumento coerente em favor de sua perigosa posição?

Eis o objetivo deste vídeo: tornar tudo isso muito claro.

Chegou enfim a hora de falarmos publicamente em nossa defesa, para limpar nosso nome de todas as acusações lançadas contra nós. Durante mais de um ano e meio permanecemos em silêncio, enquanto rumores, desinformações e acusações se espalhavam entre os fiéis a nosso respeito. Embora seja impossível responder a tudo, sabemos que a raiz de todos esses problemas é a questão do matrimônio civil, que trataremos em profundidade.

Este vídeo destina-se principalmente ao bem dos fiéis, que se escandalizaram com a confusão, mas também aos clérigos que se colocaram contra nós, na esperança de que reconheçam o erro em que caíram e retratem suas acusações.

Peço aos senhores: assistam o vídeo por inteiro, para compreenderem bem os conceitos, os argumentos e as refutações aos nossos adversários. Já aqui, na introdução, devo dizer: se algum de nossos adversários desejar refutar este vídeo, vamos aceitar de muito boa vontade, pois desejamos a verdade acima de todas as coisas.

Porém, desde o início desta controvérsia, sempre que apresentamos páginas e mais páginas de citações e decisões autênticas em defesa do que afirmamos, em vez de

responderem aos argumentos, os adversários simplesmente ignoraram todas as provas apresentadas, negaram nossas premissas como se fossem infundadas e repetiram sua própria tese — naturalmente sem nenhum argumento substancial que sustentasse suas afirmações.

Em outras palavras, para refutar o que estamos dizendo, não basta dizer: “Eu discordo”, ou “que absurdo”, ou “isso é uma novidade”, e daí citar algum princípio aplicando-o de modo arbitrário. Não.

Como ficará bastante claro, para que nossos adversários possam seguir com segurança sua posição na prática, terão de provar por que todos e cada um de nossos argumentos, citações, decretos autênticos e decisões oficiais sobre o matrimônio civil ou a forma canônica extraordinária de matrimônio certamente não se aplicam em nossos dias.

Enquanto restar uma única dúvida prudente sobre a questão, somos obrigados a seguir o caminho mais seguro, que é a nossa posição, não a deles.

Caros fiéis, não se deixem enganar pensando que a questão atual sobre o matrimônio civil era uma daquelas que se discutiam acaloradamente antes do Concílio, com diversas práticas entre o clero. E, pior ainda, não pensem que o que estamos apresentando seja uma novidade ou uma distorção do ensinamento tradicional.

Qualquer um que tiver curiosidade pode ler o texto que acompanha este vídeo e verificar, em detalhe, as muitas citações e fontes.

Antes do Concílio, todos entendiam que o matrimônio civil era uma inovação dos inimigos da Igreja e, normalmente, seria inválido—como vamos mostrar. Mas nas circunstâncias e condições extraordinárias admitidas pelo direito canônico, demonstraremos amplamente que os canonistas ensinavam que até mesmo o matrimônio civil poderia ser válido para católicos.

Seguindo adiante, consideremos brevemente as outras quatro partes do vídeo, para que os senhores saibam o que esperar. A Parte II abordará noções e conceitos preliminares que considero muito úteis para compreender antes de entrar nos argumentos, a fim de não sobrecarregar os ouvintes com muitas explicações e ideias novas de uma vez. Ainda assim, repetirei algumas explicações de conceitos mais complexos. A Parte III tratará de nossos dois principais argumentos sobre a questão do matrimônio civil. A Parte IV apresentará as objeções de nossos adversários e suas refutações. Por fim, a Parte V servirá de conclusão.

Agora, apelo à boa vontade dos senhores. Peço que compreendam que, em tudo o que direi, não atribuo má intenção a nenhum membro do clero; limito-me a relatar fatos e argumentos objetivos. Nos raciocínios e especialmente nas refutações da Parte IV, qualquer

ênfase usada servirá apenas para que a verdade ressoe com mais clareza, nunca para faltar ao respeito.

Antes de passarmos à Parte II, há um último ponto a tratar nesta introdução. Um certo padre me disse que algumas pessoas graves consideraram minhas ações e me chamaram de “imprudente, temerário, orgulhoso, soberbo, criança mimada” e outras coisas. É incrível como podem dizer isso mal sabendo quem sou! Mas, sendo tudo isso e mais ainda, se eu disser que dois mais dois são quatro, estou errado? Se eu abrir um livro e mostrar que o Concílio de Nicéia ocorreu no ano 325, estou errado?

Peço, portanto, que, ao considerarem comigo os diversos pontos deste vídeo, avaliem o valor do argumento: os princípios, os termos, a lógica, as conclusões, os exemplos. Pensem também na autoridade das citações que apresento. Quem disse? O que ele sabia? Deve-se respeitar sua opinião mais do que a minha?

Parte II: Noções Preliminares

Capítulo I: Da Natureza do Matrimônio como Contrato e Sacramento

Para compreender plenamente o matrimônio católico, devemos antes abstrair de sua dignidade sacramental e considerar aquilo que poderíamos chamar de contrato natural de matrimônio. Como ensina o Catecismo, o próprio Deus é o autor do contrato natural do matrimônio, o qual existe desde Adão e Eva. É importante recordar que o homem não pode alterar a natureza deste contrato, pois Deus o estabeleceu de modo permanente.

Por exemplo, ainda que dois pagãos, livre e mutuamente, consintam em casar-se, não podem fazer, digamos, um “matrimônio de experiência” que seja válido e lícito apenas por três anos. É tudo ou nada.

Devemos também observar como este matrimônio é contraído. Para que dois adultos não batizados se casem, é necessário que troquem consentimento — um consentimento que os autores frequentemente chamam de naturalmente suficiente. Visto que este contrato natural não difere em nada do matrimônio cristão, senão por causa da dignidade sacramental deste, devemos compreender que o que o cânon 1081 §2 ensina acerca do consentimento se aplica tanto aos matrimônios naturais quanto aos sacramentais. Eis a citação:

“O consentimento matrimonial é um ato da vontade, pelo qual cada parte dá e aceita o direito perpétuo e exclusivo sobre o corpo, quanto aos atos que por si mesmos são aptos para a geração da prole.”

Como todos sabemos, Nosso Senhor Jesus Cristo elevou este contrato natural à dignidade de sacramento para aqueles que foram regenerados pelas águas do santo Batismo. Nosso Senhor não alterou o contrato natural, mas simplesmente o elevou a um dos sete sacramentos para os cristãos. Os teólogos ensinam claramente que, entre dois batizados, ou existe o vínculo do matrimônio sacramental ou não existe matrimônio algum.

Sendo o matrimônio um sacramento, devemos identificar a matéria, a forma, o ministro e a intenção necessários para que seja devidamente conferido — assim como nos demais sacramentos. Ora, conforme ensina a opinião comum dos teólogos, a matéria e a forma consistem nos atos de dar e aceitar os votos matrimoniais. Os ministros são os próprios esposos. Quanto à intenção, basta que queiram tornar-se marido e mulher, ainda que não o digam explicitamente. É o mesmo que acontece com um sacerdote que, infelizmente apressado para realizar um batismo, faz toda a cerimônia sem refletir sobre o significado sobrenatural de suas ações. Batizou invalidamente a criança? De modo algum.

O simples fato de ter-se revestido com a sobrepeliz e a estola, preparado os santos óleos e cumprido fielmente todos os ritos, demonstra sua intenção de batizar. Do mesmo modo, o casal que, talvez mundano, entusiasmado, ou distraído, não formou explicitamente uma intenção, ainda assim se casa validamente, se, querendo tornar-se marido e mulher, marcou e realizou uma cerimônia de casamento, contanto que não haja outro impedimento.

Notem que não disse antes que o sacerdote fosse o ministro, mas o casal. O sacerdote, de fato, tem um papel importante como testemunha oficial, representando a Igreja e abençoando a união em nome de Deus; porém, há casos em que os leigos podem casar-se sacramentalmente na ausência de um sacerdote — ponto que trataremos com grande detalhe mais adiante.

Antes de concluir este capítulo, devo recordar que, sendo um sacramento, o matrimônio está sujeito à legislação da Santa Madre Igreja. Em sua sabedoria, Ela estabeleceu muitos cânones destinados a proteger a santidade do sacramento e o bem eterno dos fiéis. Do mesmo modo, há cânones que servem de guia para a interpretação de casos concretos.

Ao longo deste vídeo, citaremos amplamente esses cânones enquanto desenvolvemos nossos argumentos.

Capítulo II: sacramentos duvidosos e o uso das opiniões

Neste capítulo, usarei o exemplo do Batismo, já que é o mais fácil de compreender. Todos sabemos que é preciso usar água para batizar validamente. Em outras palavras, se uma mãe, usando café, tentasse batizar seu recém-nascido que está em perigo de morte, nenhum batismo ocorreria, porque ninguém considera o café como sendo água.

Assim, a validade é uma questão de “é ou não é”; ou o sacramento aconteceu, ou não. Agora, dizer que algo é lícito ou ilícito pode se abstrair totalmente de sua validade. Por exemplo, em circunstâncias normais, seria pecado mortal para um leigo administrar o batismo, ainda que ele pudesse batizar validamente.

Por isso, se alguém apresenta uma criança a um sacerdote e diz que ela já foi batizada em alguma seita herética, ou até por algum parente em caso de emergência, o padre deve levar essa informação a sério e investigar antes de decidir o que fazer. O batismo não pode ser repetido sem sacrilégio, assim como a Confirmação e a Ordem. Se aquele primeiro batismo foi certamente válido, ainda que conferido ilicitamente, o sacerdote está proibido de batizar novamente apenas porque o primeiro ocorreu fora da Igreja Católica.

Da mesma forma, quando alguém procura o sacerdote pedindo para marcar um matrimônio, o padre deve investigar o casal para saber se ambos estão livres para casar. Deve perguntar se algum deles já foi casado ou tentou casar-se antes. Se um deles responder que sim, o sacerdote deve, com toda diligência, descobrir se essa pessoa ainda está vinculada a algum matrimônio anterior e, portanto, incapaz de casar-se novamente.

Ele não pode simplesmente presumir que o matrimônio anterior foi inválido, sem antes obter as informações necessárias, do contrário correria o risco de celebrar uma união adúltera. Neste momento, não importa se a união anterior foi lícita ou ilícita; o que importa é se houve ou não um matrimônio válido, que impediria um novo matrimônio.

Tendo brevemente recordado essas duas ideias—validade e licitude—consideremos agora o conceito de dúvida. A dúvida existe apenas na mente. Estamos em estado de dúvida quando tem uma questão e não temos provas suficientes para convencer o intelecto a aceitar um lado ou o outro; nosso intelecto ainda não consegue dizer, “Sim, concordo”; “Não, discordo.”

Se recebemos evidências que dissipam completamente as dúvidas, alcançamos a certeza. Se recebemos alguma evidência, mas não o bastante por si mesma, às vezes podemos “preencher as lacunas”, por assim dizer, usando a vontade para sugerir à mente uma razão pela qual deveríamos aderir a uma ideia e não à outra. Esse último estado da mente chamamos opinião.

A opinião pode e deve basear-se em evidências, mas, filosoficamente falando, toda opinião contém um medo implícito de que a opinião contrária possa ser verdadeira, já que a mente ainda não viu prova suficiente—do contrário haveria certeza, e não mera opinião.

Podemos obter evidências diretamente ou por meio de outros. Por exemplo, alguém que não acredita na existência de elefantes pode ir a um zoológico e comprovar por si mesmo. Nesse caso, alcançará verdadeira certeza—não resta dúvida, ele viu com os próprios olhos. Outro exemplo: um seminarista pode aderir à opinião de Santo Afonso mesmo sem entender o raciocínio completo dele, simplesmente porque sabe que o santo entendia profundamente o assunto e não sustentaria tal opinião sem razões sérias. Como o seminarista não viu por si mesmo as provas intrínsecas da questão, seu intelecto não pode repousar em plena certeza. Usando a vontade, ele apresenta a autoridade do grande doutor da Igreja a si mesmo como prova suficiente. Dessa forma, sua vontade ordena ao intelecto que adira à opinião do santo, mas ainda resta um medo de que a opinião oposta seja verdadeira e ele esteja errado. Ainda assim, neste caso, o seminarista está seguro em seguir a opinião do santo, apesar desse medo filosófico de errar.

Mais uma vez: quando a evidência é insuficiente, a pessoa pode usar a vontade para apresentar outros argumentos—sejam bons ou ruins—a fim de convencer o intelecto a aderir a uma opinião. Em toda opinião haverá, necessariamente, um medo filosófico de que a opinião contrária seja a verdadeira.

Mas o que acontece quando não é possível resolver a dúvida, nem por evidência, nem por autoridade, como mencionamos mais cedo? E o que acontece se essa dúvida diz respeito à validade de um sacramento? Voltemos ao exemplo do Batismo. Todos sabem que, no Batismo, a água deve ser derramada sobre a cabeça, idealmente três vezes. Tomemos um exemplo muito comum do *Novus Ordo*: o batismo de uma mulher adulta com cabelos longos. Ela se inclina sobre a pia batismal, e o presbítero derrama um pouco de água três vezes dizendo as palavras. Mas aquele filete de água escorre pelos cabelos e pela roupa, sem tocar a pele da cabeça.

É válido? Os teólogos ensinam que não podemos afirmar com certeza. Há debate, e a Igreja ainda não decidiu a questão. O que temos, portanto, é uma divergência de opiniões no campo especulativo, no âmbito das teorias. Mas na prática, o que fazer? Os autores tradicionais concordam: independentemente da diferença especulativa, não podemos correr o risco de alguém viver a vida inteira sem batismo por causa de uma opinião falsa. Portanto, devemos seguir o caminho mais seguro e realizar um batismo sob condição.

Consideremos outro exemplo, para deixar tudo muito claro: sacerdotes duvidosamente ordenados. Qual dos senhores se confessaria com um padre cuja ordenação é duvidosa, ou comungaria da mão dele? Se tivessem de escolher entre um padre certamente válido, a duas horas de distância, e um muito duvidoso, ao lado de casa, por acaso os senhores diriam a si mesmos: “Bem, há quem diga que o padre vizinho é válido, e é mais cômodo ir ali mesmo, então vou”? De modo algum!

Mais uma vez, eis o princípio: quando se trata de sacramentos, enquanto houver razões sérias de dúvida, deve-se sempre escolher o caminho mais seguro e evitar expor-se a sacramentos duvidosamente válidos. Poderíamos dar outros exemplos, mas não é necessário explicar por que ninguém quer salários duvidosamente válidos, gasolina duvidosamente válida ou pilotos de avião duvidosamente válidos.

Obviamente, a aplicação para este vídeo é o matrimônio. Se um padre diz ter a opinião de que o matrimônio civil é inválido, filosoficamente, ele está admitindo que não tem certeza de que seja inválido, mas apenas opinião. Está admitindo um medo intelectual de que possa, na verdade, ser válido, já que não viu provas suficientes para convencer o intelecto.

Se ele permite que alguém que tentou um matrimônio civil se case novamente, isso significa, logicamente, que ele admite o risco de unir essa pessoa em uma vida de adultério, no caso de o matrimônio civil ser, de fato, válido—pois ele não sabe com certeza.

A palavra “opinião” tem sido usada com frequência nesta discussão, e precisamos ser claros: se há divergência de opinião, ela só pode existir na ordem especulativa; isto é, na prática, deve-se seguir a opinião mais segura, a fim de evitar o risco de adultério.

Por outro lado, se nossos adversários usam o termo “opinião” de maneira menos precisa, referindo-se a uma posição que consideram certa, então devemos esclarecer que já não se trata de opiniões. Pois o contrário de uma opinião é outra opinião, mas o contrário da verdadeira certeza só pode ser o erro.

Isso significa que nossa questão atual assume um tom muito mais grave. Por que digo isso? Porque, nesse caso, nossos adversários são forçados a admitir que esta questão é verdadeiramente uma questão de certo e errado objetivos, não de “minha preferência pastoral” e “sua preferência pastoral.” Não podemos ambos ter razão ao mesmo tempo. Alguém está em erro grave. Esperamos que, ao final deste vídeo, isso esteja mais claro.

Capítulo III: Forma Canônica Ordinária e Extraordinária

Recordando que o matrimônio entre duas pessoas batizadas é necessariamente um sacramento, ele está sujeito às leis da Santa Madre Igreja, conforme expressas no código de direito canônico. Aqui devemos ter cuidado para notar que, quando dizemos forma canônica, não estamos falando da forma sacramental, como falamos anteriormente. A forma canônica se refere a certas formalidades que devem ser observadas na cerimônia de matrimônio. As partes essenciais ou substanciais da forma canônica obrigam sob pena de invalidade.

Devemos primeiro perguntar: “Quem está obrigado a observar a forma canônica no matrimônio?” Tendo em mente a simplificação que Papa Pio XII fez do cânon 1099, a resposta é que, segundo o direito canônico, qualquer pessoa batizada na Igreja Católica, ou alguma vez recebida nela, é obrigada a observar a forma canônica do matrimônio. Os protestantes, embora batizados e sujeitos ao direito canônico, não são obrigados à forma canônica, a menos que estejam casando-se com um católico. Os pagãos, é claro, podem contrair matrimônio entre si livremente, conforme a lei natural e determinações do estado. Com isso em mente, podemos agora considerar as duas formas canônicas apresentadas pelo direito canônico: a ordinária e a extraordinária.

Primeiro, o que é a forma canônica ordinária do matrimônio? O cânon 1094 ensina:

“Somente são válidos os matrimônios que são contraídos perante o pároco, ou o Ordinário local, ou um sacerdote delegado por qualquer deles, e ao menos duas testemunhas; porém segundo as regras expressas nos cânones seguintes e salvas as exceções mencionadas nos cânones 1098 e 1099.”

Em outras palavras, um matrimônio católico normal requer que o casal troque seus votos na presença de duas testemunhas, perante um pároco, um bispo diocesano ou um sacerdote devidamente delegado por um desses dois.

E agora, o que seria a forma canônica extraordinária? Aqui é onde devemos considerar a exceção mencionada acima no cânon 1094.

Essa exceção, que se encontra no cânon 1098, pode ser usada “se”, como diz o mesmo cânon,

“o pároco, ou o Ordinário, ou um sacerdote delegado para assistir ao matrimônio não puder estar presente ou ser procurado sem grave incômodo.”

Por exemplo, cem anos atrás, essa situação era comum nas terras de missão, onde o missionário talvez só pudesse visitar a comunidade algumas vezes por ano, por causa das grandes distâncias entre as missões.

A ideia deste cânon é fornecer um meio para que os fiéis exerçam seu direito de contrair matrimônio, mesmo quando têm acesso difícil ao clero com jurisdição, observando uma verdadeira forma canônica, ainda que extraordinária.

Dada essa condição de não ter acesso a um clérigo jurisdicionado para celebrar o casamento, vejamos agora qual é a forma canônica a ser observada nesse caso de exceção:

“Em perigo de morte, o matrimônio contraído apenas diante de testemunhas é válido e lícito; e mesmo fora do perigo de morte, contanto que se preveja prudentemente que tal estado de coisas continuará por um mês, o mesmo se aplica.”

Para o propósito deste vídeo, podemos deixar de lado o caso de um noivo e uma noiva em perigo de morte trocando votos diante de duas testemunhas. A parte que nos interessa é o caso fora do perigo de morte.

Pelas próprias palavras do cânon, devemos entender que, se há uma situação em que se possa prever prudentemente que, durante o mês seguinte, será moralmente impossível para um casal casar-se diante de um padre ou bispo com jurisdição, então eles podem chamar duas testemunhas e casar-se válida e lícitamente.

É digno de nota que o cânon não diz que o casal, ou o padre, ou o bispo, ou o delegado devem prever a situação, mas que a situação deve ser previsível no sentido objetivo. Por essa razão, o verbo está na voz passiva no cânon: *praevideatur*. Lembrem-se desta parte—sobre interpretar objetivamente—, pois voltará a ser importante mais adiante.

Também, todo o conceito de forma canônica extraordinária retornará na Parte III de nosso vídeo, onde apresentaremos nossos principais argumentos.

Capítulo IV: Impedimentos Matrimoniais

Como o próprio nome indica, os impedimentos impedem o matrimônio, seja tornando-o inválido ou ilícito, mesmo que tudo o mais esteja correto. Consideremos um casal que faz tudo o que está ao seu alcance para que o matrimônio seja válido—isto é, observa a forma canônica, troca devidamente o consentimento, e assim por diante.

Normalmente, tal matrimônio deveria ser válido e lícito. Aqui, porém, devemos considerar a questão dos impedimentos, pois, apesar de tudo isso, tal matrimônio poderia ser inválido ou ilícito por causa deles.

Há impedimentos de origem divina e da lei natural, dos quais nem mesmo a Igreja pode dispensar. E há também impedimentos de origem eclesiástica, estabelecidos para

preservar o bem comum dos fiéis. Por essa razão, até os protestantes, que estão sujeitos à autoridade da Igreja pelo batismo, são obrigados a todos os impedimentos canônicos, exceto o da disparidade de culto. Porém, eles não são obrigados a observar nenhuma forma canônica ao se casarem com pessoas não obrigadas à forma canônica, como, por exemplo, outros protestantes que nunca foram católicos.

Em casos particulares, em tempos normais, os fiéis podiam pedir dispensas desses impedimentos e, tendo uma razão suficiente, obtinham o que pediam—ainda que algumas dispensas exigissem motivos mais graves do que outras.

Consideremos alguns exemplos. A lei da Igreja proíbe os católicos de se casarem com protestantes. No entanto, se algum pároco sem escrúpulos casasse um homem católico com uma mulher protestante sem obter a necessária dispensa de religião mista, como é chamada, esse matrimônio seria válido, mas também seria pecado mortal.

Se um homem católico tentasse casar-se com uma mulher muçulmana não batizada, diante desse mesmo pároco sem escrúpulos, sem obter a dispensa de disparidade de culto, como é chamada, esse matrimônio seria tanto pecaminoso quanto inválido.

Se um homem católico tentasse casar-se com uma mulher católica cujo primeiro marido ainda vive, esse matrimônio seria pecaminoso e inválido. E mais: nem mesmo o Papa pode conceder uma dispensa para que essa mulher se case novamente. Enquanto o primeiro marido viver, ela está sob o impedimento de *ligamen*—o vínculo de matrimônio anterior—, o qual impedimento é de origem divina e de lei natural.

Agora que compreendemos que os impedimentos de direito divino ou de lei natural jamais podem ser dispensados, enquanto os de direito eclesiástico podem ser dispensados, existe um tipo especial de dispensa de que precisamos falar antes de prosseguir: a chamada *sanatio in radice*—, uma cura feita na raiz do casamento inválido, por assim dizer.

Essa “cura” é usada para validar matrimônios em que o homem e a mulher tentaram casar-se no passado e, por sua parte, tudo teria sido válido, exceto por algum impedimento ou falta de forma canônica adequada. Na hipótese, ambos tinham a verdadeira intenção de casar-se e tornar-se marido e mulher, e esse consentimento ainda permanece até a hora da *sanatio in radice*.

Consideremos um breve exemplo. Uma mulher católica obtém a permissão e dispensa necessárias para casar-se com um homem protestante na Igreja Católica. Depois de alguns anos, ela descobre que seu marido foi batizado invalidamente. Como a mulher não recebeu a dispensa exigida para casar-se com um homem não batizado—o que é algo completamente

diferente da dispensa para casar-se com um protestante—, seu pároco lhe diz que seu matrimônio é, infelizmente, inválido. Ai o pároco cita cânon 16 e explica que o fato que ninguém sabia na época não tem influência na questão da invalidade.

Ela pode, claro, pedir agora essa dispensa e renovar seus votos com ele; mas seu pretenso marido recusa-se a acreditar que o matrimônio seja inválido. O que fazer? É num caso desses que se pode pedir uma *sanatio in radice* à Santa Sé.

Explicando de modo simples, quando essa dispensa especial é concedida, o matrimônio é curado na raiz, por assim dizer—isto é, o impedimento eclesiástico é dispensado para aquele casal em particular. Seu matrimônio então se torna válido automaticamente, sem precisar renovar o consentimento nem realizar nova cerimônia.

Lembrem-se do que disse: no dia de seu casamento, eles quiseram sinceramente tornar-se marido e mulher e trocaram um verdadeiro consentimento. Esse consentimento bastaria para um matrimônio natural. Esse consentimento válido e mútuo permaneceu até o dia em que ela recebeu a *sanatio in radice*.

Por isso, a única coisa que impedia a validade de seu matrimônio era o impedimento eclesiástico chamado disparidade de culto. A Igreja criou esse impedimento para o bem comum; e, em um caso particular, Ela certamente pode dispensar alguém dele também, como já fez muitas vezes, especialmente em lugares de missão. Ao fazê-lo, instantaneamente, o matrimônio do casal torna-se válido, pois essa *sanatio* também dispensa da obrigação de renovar o consentimento ou realizar uma nova cerimônia.

Para os fins dos argumentos deste vídeo, é importante recordar que essa *sanatio* só pode ser aplicada se o casal já tiver trocado um consentimento matrimonial válido, mas o matrimônio foi inválido por alguma outra razão. Como ensina explicitamente o cânon 1140, se faltar o consentimento de uma ou de ambas as partes, a *sanatio* não pode ser concedida, pois a raiz a ser curada não existe.

Permitam-me dar um exemplo bem americano, usando o basquete, para explicar a *sanatio in radice* e o matrimônio. Imaginem que o casal fosse como um jogador de basquete. O consentimento mútuo e válido que trocaram é representado pelo arremesso em direção à cesta. Se o arremesso, em si, iria entrar, ele é válido.

Em nosso caso, porém, considerem que a rede, em vez de estar aberta, está amarrada no fundo. A bola é lançada e entra na cesta. Acertou! Mas a bola ficou presa na rede. Não atravessou completamente. Vamos supor em nossa analogia que, para marcar o ponto—isto é,

para efetuar um matrimônio válido—, a bola precise passar pela rede, mas o fundo está preso, impedido.

Tecnicamente, o jogador poderia retirar a bola e tentar em outra cesta, mas ele a deixa lá. O tempo passa—minutos, horas. Em si, até anos podem passar nessa situação. Enquanto o jogador deixar a bola ali, ainda poderá marcar o ponto se alguém desamarra a rede.

O casal não revoga o consentimento matrimonial uma vez dado, embora o impedimento ainda exista. Com o passar do tempo, o árbitro sobe numa escada e desamarra o fundo da rede—e a bola marca o ponto. O Papa remove o impedimento, e o matrimônio torna-se válido, pois já não há nada bloqueando a força, por assim dizer, do consentimento mútuo que fora dado no passado. O problema nunca era com a bola uma vez jogada, com o consentimento uma vez dado.

Capítulo V: A Autoridade das Sagradas Congregações e da Rota Romana

Na crise atual, os fiéis têm razão em reconhecer que, apesar de qualquer falta de jurisdição, nós, sacerdotes, ainda temos certa autoridade em matérias que envolvem a direção e a instrução de nossos rebanhos. Podemos considerar que Deus concede muitas graças e luzes a seus sacerdotes para esse fim, em virtude da ordenação e do estado de vida. Do mesmo modo, qualquer sacerdote que se esforce por permanecer fiel ao espírito da Santa Madre Igreja não apenas deve ter recebido uma formação adequada no seminário, mas também continua a crescer em seus estudos com o passar dos anos. Por essas razões, os leigos agem corretamente ao recorrer com confiança a sacerdotes tradicionais dessa índole.

Agora, consideremos os tempos anteriores ao Concílio. Imaginemos um sacerdote dotado de intelecto brilhante e zelo pela verdade, que deseja prosseguir em estudos superiores. Havia muitas opções disponíveis: línguas, história, filosofia, teologia e direito canônico, apenas para citar algumas. Consideremos estas duas últimas matérias. Precisamos compreender o nível de formação que um sacerdote teria ao obter uma licenciatura ou doutorado nesses campos.

Após muitos anos de seminário, ele prosseguiria para alguma universidade eclesiástica, onde passaria anos imerso nos temas próprios de sua especialização. Estudaria incontáveis horas e redigiria uma tese defendendo uma proposição a fim de obter o doutorado. Em seguida, provavelmente passaria a ensinar ou a servir em alguma função relacionada à sua

área de especialização. Com o passar dos anos, continuaria a aprofundar sua compreensão de questões delicadas e distinções sutis.

Sacerdotes simples recorreriam a ele em caso de dúvida. Até mesmo bispos o consultariam. Recordemos que os bispos levavam teólogos pessoais aos concílios, como auxiliares. Esses homens de erudição escreviam livros sobre diversos assuntos, talvez até manuais usados nos seminários.

Não é exagero dizer que sua opinião merecia ser ouvida. Quanto mais famosos, eruditos e citados eles fossem, tanto mais respeitável seria sua opinião. Minha oração é que nós, tradicionalistas, também possamos chegar a esse nível. Mas ainda estamos muito distantes disso. Devemos ter a humildade de reconhecer que não podemos descartar levemente o ensinamento desses sacerdotes eruditos do passado.

Até aqui, entretanto, ainda não tocamos o verdadeiro tema deste capítulo—falei apenas dos sacerdotes tradicionalistas de hoje e dos teólogos e canonistas do passado. Se um teólogo ou canonista comum já possui tanta autoridade e peso de opinião, qual seria então a autoridade das Sagradas Congregações Romanas, como o Santo Ofício?

Primeiro, precisamos explicar brevemente o que são as Sagradas Congregações Romanas. Como sabemos, os Papas instituíram o Colégio de Cardeais como um grupo de clérigos notáveis por santidade, saber e prudência, para ajudar o Sumo Pontífice a governar a Igreja Universal. Também é desse grupo que deve ser eleito o próximo Papa, conforme a lei da Igreja. Para auxiliar o Santo Padre a lidar com as inúmeras questões que surgiam de todo o mundo, foram criadas diversas Congregações Romanas de cardeais, cada uma responsável por diferentes assuntos—liturgia, missões, religiosos, etc. Cada congregação, naturalmente, contava com teólogos e canonistas que assessoravam os cardeais.

A principal dessas congregações é a do Santo Ofício, cuja finalidade é proteger a doutrina da fé e dos costumes. Ela é presidida pelo próprio Sumo Pontífice. Os clérigos escolhidos para essas funções eram os mais destacados entre seus pares, pela dedicação ao estudo e à virtude. Seria difícil exagerar a imensa diferença de erudição, experiência e autoridade que existe entre nós, simples sacerdotes tradicionalistas, e, por exemplo, os membros do Santo Ofício, cujo chefe é o próprio Papa!

Embora não seja uma Congregação Romana presidida por cardeais, devemos também falar da Sagrada Rota Romana. Seu papel é complexo no sistema jurídico da Igreja, mas podemos considerá-la como a Suprema Corte da Igreja, obviamente submetida à decisão final do Papa. São Pio X restaurou esse tribunal tão importante. Por instituição, seus membros

devem ser ao menos sacerdotes ordenados e possuir doutorados em teologia e em direito canônico. Eles são escolhidos pessoalmente pelo Sumo Pontífice. Cada membro também tem um assistente, que deve igualmente possuir doutorado em direito canônico e ser aprovado pelo Papa. Na verdade, não há membro algum da Rota Romana que não tenha sido escolhido ou, ao menos, aprovado pelo Papa.

A Rota julga diversos tipos de causas, incluindo dúvidas sobre profissão religiosa, ordenações, e—o mais relevante para este vídeo—matrimônio. Sempre que emitem uma sentença, não apenas declaram a conclusão, mas também apresentam as razões que a fundamentam.

Caros fiéis, meu objetivo ao descrever tudo isso não é sugerir que os teólogos e canonistas do passado fossem infalíveis, nem que o ensino dos sacerdotes tradicionalistas de hoje seja sem valor. Quero apenas mostrar que devemos considerar com muito cuidado o que esses homens doutos disseram e julgaram no passado sobre tudo o que se refere ao matrimônio civil, e pesar isso com atenção diante dos argumentos que nossos adversários apresentam—como faremos ao longo deste vídeo.

Parte III: Nossos Argumentos Principais

Agora que estabelecemos cuidadosamente os fundamentos na Parte II, podemos referir-nos livremente a esses conceitos em nossos próximos argumentos, sem precisar interromper o raciocínio para explicá-los novamente em detalhe. No entanto, esta é apenas parte da preparação necessária. Devemos também falar da própria questão que está na raiz de toda essa confusão. Do mesmo modo, devemos dizer exatamente o que nós, frades, estamos defendendo. A questão fundamental é esta:

“O matrimônio civil pode ser válido para católicos?”

Como se percebe, a pergunta não distingue entre bons ou maus católicos, entre tradicionalistas ou católicos do Novus Ordo, entre antes ou depois do Concílio Vaticano II. Ela apenas pergunta se, ou talvez em que condições, o matrimônio civil pode ser válido para um católico.

Do ponto de vista pastoral, interessa-nos especialmente saber o que pensar daquelas pessoas batizadas na Igreja Católica que, após abandonarem o modernismo, vêm a nós com dúvidas sobre uma união civil anterior. Estão elas livres para casar-se novamente? Ou isso seria adultério? É uma resposta que não pode ser dada levianamente.

Argumento I: Matrimônio Civil e a Forma Canônica Extraordinária

Para o primeiro argumento, recorreremos simplesmente ao cânon 1098, que oferece aos católicos um meio de exercer seu direito de contrair matrimônio, mesmo encontrando-se em situações difíceis. Lembremos que esse cânon, que apresenta a forma canônica extraordinária de matrimônio, exige que duas condições sejam cumpridas para que tal forma possa ser usada validamente. Nós já introduzimos esse cânon na Parte II, Capítulo III, para quem quiser revisá-lo; mas a ideia essencial repete-se aqui.

Primeiro, vejamos se, em nossa crise atual, as condições exigidas pelo cânon 1098 para o uso da forma extraordinária estão presentes. É entendimento comum entre os tradicionalistas que o clero não possui a jurisdição dos párocos e bispos diocesanos de antigamente. Naturalmente, tampouco o tem o clero do *Novus Ordo*. Se há por aí algum bispo que seja um verdadeiro Ordinário, não sabemos onde está. E tampouco há como prever quando a crise terminará.

Portanto, pode-se dizer objetiva e prudentemente que essa ausência de autoridade vai durar pelo menos um mês, certo? Pois aí estão as duas condições requeridas pelo cânon: a falta de clérigos moralmente acessíveis com jurisdição legítima; e a previsão objetiva e prudente de que tal situação vai durar um mês ou mais no momento do matrimônio.

Satisfeitas essas condições, qual é a forma a ser observada? O que o cânon exige para que o matrimônio seja válido? Tudo o que o cânon pede é que o casal troque seu consentimento diante de duas testemunhas. Se puderem encontrar um sacerdote (que, neste caso, não teria jurisdição no local), devem chamá-lo; mas o cânon declara explicitamente que ele não é necessário para a validade.

Agora consideremos o matrimônio civil. Compreendo que as cerimônias civis podem variar desde uma simples assinatura de papéis num cartório até uma celebração completa, com leituras das Sagradas Escrituras—conheço ambos os casos.

Neste argumento, considero apenas aquelas cerimônias em que um católico se apresenta com a pessoa com quem pretende casar-se diante de uma autoridade civil e ao menos uma testemunha, e o casal troca o consentimento, querendo tornar-se marido e mulher.

Em outras palavras, o casal, por assim dizer, fez tudo o que estava ao seu alcance para que o matrimônio fosse válido. Existe algum impedimento apenas por ter sido um matrimônio civil? A resposta é não. Não há nenhum impedimento deste tipo no direito canônico.

Eles cumprem o que o cânon 1098 exige. Trata-se, portanto, de um matrimônio válido, a não ser, claro, que houvesse algum outro impedimento, como, por exemplo, se a mulher já tivesse um marido vivo. Sim, é realmente simples assim.

Mas, então, talvez os senhores perguntem: “Por que, então, este vídeo é tão longo, se é tão simples assim?” Bem, no movimento tradicionalista, nada é simples. Por favor, não pensem que isso é uma novidade inventada pelos franciscanos. Não somos os primeiros a sustentar essa posição. Há inclusive clérigos tradicionalistas após o Concílio que têm a mesma ou posição semelhante.

Para assegurar aos senhores que não criamos um sofisma com aparência de argumento, permitam-me citar autoridades reais sobre este mesmo assunto. Para ser breve, deixarei citações mais extensas e numerosas no texto que acompanha este vídeo. Mas permitam-me citar ao menos algumas aqui.

O Pe. Fus publicou sua tese de doutorado no ano de 1954, intitulada “*A Forma Extraordinária do Matrimônio segundo o Cânon 1098.*” Nela, ele ensina claramente que nada há na lei que impeça um católico de trocar consentimento válido e cumprir a forma extraordinária do matrimônio no contexto de uma cerimônia civil ou mesmo não católica—embora, evidentemente, isso poderia ser pecaminoso. Ele cita dois casos julgados pela Rota Romana como confirmação do argumento.

Ayrinhac-Lydon também afirma: “Um matrimônio perante o juiz seria válido nas circunstâncias explicadas no cânon 1098.”

O célebre autor Regatillo, que tem três doutorados, em seu artigo sobre o matrimônio perante a autoridade civil, analisou cinco casos de casamento civil que foram julgados pela própria Rota Romana. Ele afirma claramente que, segundo as sentenças proferidas pelos juízes da Rota, o casamento civil pode ser válido para os católicos, contanto que tenham a intenção de dar verdadeiro consentimento matrimonial. Como se vê claramente pelo contexto mais amplo de sua obra, o autor está tratando de casos em que os católicos se encontram nas condições exigidas pelo cânon 1098.

Também, numa resposta da Sagrada Congregação dos Sacramentos de 4 de março de 1925, lemos claramente que um católico pode casar-se validamente diante de um ministro não católico, dadas todas as condições exigidas pelo cânon 1098, porém seria ilícito. Devo acrescentar que, por cânon 2319 tal católico também incorre em excomunhão, mas o casamento ainda seria válido segundo essa Congregação Romana. Se um católico pode trocar votos diante de um ministro herético, pecando mortalmente e sendo excomungado, e ainda

contrair um casamento válido em virtude do cânon 1098, por quê não poderia casar-se validamente no civil?

Nas anotações deste vídeo, aqueles que se interessarem poderão encontrar muitas outras citações de Prümmer, Bender, Risk, Gennaro, e de outros. Devo anotar aqui que todos esses nomes que listei tem doutorado em direito canônico ou teologia. Além do mais, alguns eram professores em universidades em Roma.

Nosso objetivo é mostrar que não estamos imaginando nada ao dizer que o matrimônio civil pode ser válido para católicos à luz do cânon 1098. Rezo para que este argumento seja simples e fácil de compreender.

Argumento II: Uma Resposta do Santo Ofício para Tempos como os Nossos

Como tradicionalistas, devemos nos esforçar constantemente por conhecer cada vez mais profundamente o espírito da Igreja e por aplicá-lo às novas situações que surgem diante de nós. Por essa razão, nós, sacerdotes, nos alegramos quando encontramos uma citação cristalina de um autor de peso ou uma resposta de uma Sagrada Congregação que lança luz sobre nossas dúvidas. Felizmente, é exatamente o caso deste nosso segundo argumento.

Esse argumento se baseia, antes de tudo, nas reflexões de diversos autores sobre as leis eclesiásticas em situações nas quais, em determinado território, a Igreja se encontra impedida de exercer normalmente o seu poder de governo. Para confirmar que não se trata apenas de mera especulação, mas de fato da mente da Igreja, examinaremos um decreto do Santo Ofício sobre esse mesmo tema. Por fim, vamos mostrar como isso se aplica à nossa crise atual, ao menos no campo prático.

A parte especulativa pode ser bem resumida por uma excelente citação do Pe. Hurth escrevendo no periódico clerical chamado *De Re Morali Canonica Liturgica* em 1949. É importante notar aqui que ele era não só professor de Teologia Moral da Universidade Pontifícia Gregoriana em Roma, mas também consultor do Santo Ofício. De fato, esse periódico inteiro era editado por professores da universidade Gregoriana e foi fundado pelo renomado Jesuíta Vermeersch. No artigo mencionado, Pe. Hurth diz o seguinte: “Não faltam, de fato, teólogos—e de reputação excelente—que sustentam que as leis meramente eclesiásticas cessam de exercer sua força obrigatória quando, em todo um território (isto é, não apenas em um ou outro caso particular), o governo da Igreja segundo suas próprias leis não pode ser realizado, porque os Ordinários e Missionários foram expulsos do território, ou

os que nele permanecem foram encarcerados, ou de outro modo estão totalmente impedidos do exercício de seu ofício.”

“Esses teólogos sustentam que, em tais circunstâncias, cessa algum requisito essencial, pois as leis da Igreja são dadas como normas segundo as quais os fiéis devem ser governados por seus superiores eclesiásticos e ordenar sua própria vida. Portanto, a Igreja não quer obrigar suas leis se, e enquanto, esse fim não puder mais ser alcançado.”

Notem aqui que há diversas maneiras pelas quais a Igreja pode ser considerada impedida. Não importa se é por perseguição, exílio ou outro motivo. O que importa, dizem eles, é que os fiéis não possam ser governados por seus superiores eclesiásticos como a Igreja ordenou. Guardem bem isso.

Mas será que isso é apenas uma opinião estranha, ou um exagero? Seria talvez uma novidade, ou, quem sabe, uma aplicação correta dos princípios superiores do direito? Para responder, consideremos brevemente o exemplo da situação da Igreja na China nas décadas de 1940 e 1950.

A China sofreu com a invasão japonesa e com uma terrível guerra civil. Durante esse conflito, todo o clero e o laicato sofreram enormemente. Os comunistas chineses venceram a guerra civil, e o ímpio Mao Tsé-Tung consolidou seu poder em 1949. Como qualquer outro agente de Satanás na história da Igreja, passou os anos seguintes expulsando missionários, prendendo milhares de padres, e confiscando universidades, escolas, hospitais e orfanatos católicos, tudo em nome do comunismo. Em 1951, rompeu as relações diplomáticas com a Santa Sé, e em 1957 criou uma falsa e cismática igreja “católica”, naturalmente favorável ao comunismo. Ele exigiu que os católicos chineses obedecessem a ele ao invés de ao Papa.

Em outras palavras, a Igreja na China entrou em crise profunda, e tornava-se cada vez mais difícil para os fiéis receberem a assistência do clero.

Agora podemos compreender melhor o contexto de uma carta preocupante enviada à Santa Sé em julho de 1948 por Dom Leopold Brellinger, um bispo da China. Ele perguntava como proceder com relação a seus fiéis na China que desejavam casar-se, mas precisavam de dispensa—ou por disparidade de culto (para casar com um não batizado), ou por idade canônica insuficiente. O problema, como o bispo disse, era que se tornara impossível ou extremamente difícil para os fiéis obterem essas dispensas, nas circunstâncias da ocupação comunista crescente. Além disso, adiar esses matrimônios poderia causar graves danos ao bem comum. O que fazer, então?

Devo observar aqui que o bispo pedia dispensa apenas para dois impedimentos específicos. A dificuldade vinha unicamente do fato de que os fiéis estavam impossibilitados—ou ao menos com extrema dificuldade—de recorrer aos seus superiores eclesiásticos para obter essas dispensas. Também, a carta foi mandada em 1948, antes mesmo do ímpio Mao Tsé-Tung subir ao poder supremo e começar a maior parte das perseguições que falei. Nessa época, no final da década de 1940, as perseguições ainda não haviam alcançado as proporções que se veriam mais tarde, nos anos 1950. Os registros mostram que, nesse período, havia na China 20 arquidioceses, 85 dioceses, 39 prefeituras apostólicas, 143 bispos, 5.431 sacerdotes, 3 universidades católicas, mais de 4,000 escolas católicas, mais de 200 hospitais, mais de 250 orfanatos. Eis a crise na China. Eis a nossa crise. Cadê nossas universidades católicas, cadê nossas milhares de escolas e padres, centenas de bispos e dezenas de dioceses, centenas de hospitais e orfanatos?

Enfim, qual seria a resposta do Santo Ofício para esse bispo? Talvez uma dispensa geral desses dois impedimentos para todos os fiéis, e tudo estaria resolvido, certo? Vejamos o que realmente aconteceu—e quanto sabemos sobre o espírito da lei eclesiástica.

Cerca de seis meses depois, a Sagrada Congregação do Santo Ofício—com a aprovação do próprio Papa—respondeu que, nas circunstâncias indicadas, os matrimônios sem forma canônica e com qualquer impedimento de direito eclesiástico do qual a Igreja costuma dispensar devem ser considerados válidos.

Permitam-me explicar a amplitude dessa resposta. O Santo Ofício declarou que os fiéis nos territórios ocupados pelos comunistas chineses não estavam obrigados nem à forma canônica ordinária nem à forma extraordinária prevista no cânon 1098. Nem sequer precisariam de testemunhas para que o matrimônio fosse válido. Quanto aos impedimentos, lembrem-se: ninguém pode dispensar dos de direito divino ou de lei natural. Mas a Igreja declarou que, neste caso, os fiéis não estavam obrigados aos impedimentos dos quais a Igreja costuma dispensar.

Mais tarde, num documento que o cardeal secretário do Santo Ofício mandou que o Pe. Hurth fizesse, analisando esses decretos, foi escrito que ainda obrigavam os impedimentos da castidade sacerdotal e da afinidade em linha reta, isto é, o impedimento que proíbe alguém de casar-se com a própria sogra, por exemplo. O resto dos impedimentos puramente eclesiásticos não obrigavam.

Devemos agora perguntar: Por que o Santo Ofício foi tão além do que o humilde bispo havia pedido? Foi por um gesto de bondade? Foi por pena dos pobres católicos perseguidos

da China? Ou talvez o Santo Ofício previu que novas dispensas seriam necessárias e quis concedê-las de antemão? Ou, ainda, talvez a resposta simplesmente reflete um princípio jurídico já existente?

Quando novas perguntas foram dirigidas a Roma sobre o assunto, o Santo Ofício respondeu que esse decreto tem natureza de interpretação declarativa, podendo, portanto, aplicar-se retroativamente e em outros territórios. Pelo contexto da resposta e segundo o ensinamento de canonistas como Wernz e Vidal, a expressão “interpretação declarativa” significa que nenhuma lei nova foi promulgada, mas que uma lei já existente foi interpretada e explicada. Em outras palavras, o que o Santo Ofício declarou ao bispo já estava em vigor antes mesmo de ele perguntar—apenas o confirmou oficialmente. Por isso mesmo, na resposta original, o Santo Ofício falou que tais casamentos devem ser considerados válidos, não que o bispo possa anunciar uma nova dispensa geral do Papa para os fiéis.

Assim, o que citamos mais cedo das opiniões de teólogos de peso sobre as leis eclesiásticas foi verificado no caso da China comunista. O Santo Ofício não concedeu a dispensa pedida pelo bispo; antes declarou que qualquer matrimônio contraído devia ser considerado válido, mesmo sem forma canônica alguma, contanto que não houvesse impedimento do qual a Igreja não pudesse, ou não estivesse acostumada, a dispensar. Não houve dispensa, nem concessão, mas declaração.

O Santo Ofício deixou bem claro que essa situação referente ao matrimônio pode ocorrer em qualquer outro território que se encontre nas mesmas circunstâncias. Quais circunstâncias? A impossibilidade ou extrema dificuldade dos fiéis em obter dispensas das autoridades eclesiásticas. Esse foi o motivo apresentado pelo bispo ao Santo Ofício. Certamente, ninguém dirá que é exagero considerar a nossa crise atual extrema, e, em muitos aspectos, pior que a perseguição comunista chinesa.

Hoje, não apenas não conseguimos encontrar superiores eclesiásticos normais com jurisdição legítima—bispos diocesanos, párocos, missionários, etc.—, como ainda existe toda uma superestrutura global fingindo ser a verdadeira Igreja Católica, composta por falsos padres e falsos bispos, em comunhão com um falso papa que promove uma falsa religião. E não apenas isso: eles ocupam edifícios e igrejas, muitos dos quais pertencem à verdadeira Igreja.

Mesmo quanto ao direito canônico, o Novus Ordo alterou sua legislação em diversos pontos, inclusive em matérias relativas ao matrimônio. E, ainda que tecnicamente o Novus Ordo considere certos matrimônios válidos, na prática concede nulidades com tanta facilidade

que autoriza o adultério com a bênção do sistema modernista. Enquanto isso, os que preservam a fé são como que relegados novamente às catacumbas.

E, por mais boa vontade que tenhamos nós, sacerdotes tradicionalistas, não gozamos da jurisdição que sacerdotes e missionários tinham antes do Concílio ao ensinar e guiar as almas. É uma situação completamente imprevista pela lei eclesiástica positiva—e, pior, de alcance global. Seja no Brasil ou em qualquer outro lugar, não se trata de algo previsto ou planejado pela Igreja.

Mais uma vez, qual era a circunstância que motivou a declaração? A impossibilidade ou extrema dificuldade de os fiéis obterem dispensas. E essa dificuldade provinha da ausência de autoridades eclesiásticas acessíveis que, obviamente, possuísem as devidas faculdades.

Por acaso essa não é a situação para católicos do mundo inteiro? Se eles precisarem de uma dispensa, a quem recorreriam? Naturalmente, a um padre ou bispo do Novus Ordo, que não é verdadeiro sacerdote ou bispo, nem autoridade alguma. Estariam eles obrigados a pedir dispensa aos padres tradicionalistas? Nem sequer sabem quem somos. E, se soubessem, achariam que somos hereges e cismáticos. Nós, que celebramos a Santa Missa em garagens, salas de estar ou salões de festa de hotel. Por ordem de que bispos fomos enviados como missionários? E por qual mandato apostólico esses bispos foram consagrados?

Mesmo reduzindo a questão apenas aos tradicionalistas, nunca foi intenção da Igreja que, como vemos agora, o mundo inteiro ficasse privado das estruturas jurídicas criadas justamente para governar fiéis e clérigos. Falando especificamente sobre o matrimônio, não temos mais como escrever ao Santo Ofício ou à Rota Romana, não há mais tribunais diocesanos, nem faculdades normais de dispensar impedimentos—nada.

Jamais se concebeu, na legislação da Igreja, que fiéis e clérigos ficassem sem acesso a qualquer governo ou autoridade por tantos anos. Isso é muito pior do que qualquer ocupação comunista da China.

Pensem assim: Foi apresentada ao Santo Ofício a dificuldade dos fiéis chineses que desejavam casar-se com pagãos não batizados ou, conforme o costume do lugar, cônjuges mais jovens, mas não podiam, porque era impossível ou extremamente difícil ter contato com as legítimas autoridades eclesiásticas e obter as dispensas. E isso já foi suficiente para que o Santo Ofício declarasse que nenhuma forma canônica era obrigatória e que quase nenhum impedimento eclesiástico os obrigava.

Imaginem se ao Santo Ofício fosse hoje apresentada a situação mundial que descrevemos! A confusão, o desgoverno, a ausência de autoridade legítima. Com quanto mais razão declararia o mesmo para nós!

O que tudo isso tem a ver com o matrimônio civil? Em nosso primeiro argumento, e em praticamente todos os outros ao longo do vídeo, tratamos do cânon 1098 e da forma canônica extraordinária. Se, por algum motivo, nossos adversários ainda querem acreditar que há algum impedimento oculto ou condição implícita nessa forma canônica que exclui a possibilidade de matrimônio no contexto de uma cerimônia civil entre católicos, então vale considerar este segundo argumento, baseado no caso da China.

Neste segundo argumento, os católicos não estão obrigados a nenhuma forma canônica, seja ordinária ou extraordinária, nem aos impedimentos dos quais a Igreja costuma dispensar. Nesse caso, mesmo em um matrimônio civil, basta que o casal troque o consentimento, não tenha impedimentos de direito divino (como o de já estar casado com outra pessoa), nem os poucos impedimentos eclesiásticos que ainda permanecem, e pronto: estão casados. Não há motivo para inquietar-se com as condições do cânon 1098.

Esse argumento é, evidentemente, muito mais forte e é fundamentado nos próprios princípios do direito. Também carrega diretamente a autoridade do Santo Ofício e reflete muito precisamente a nossa realidade atual quanto aos impedimentos matrimoniais .

Para que nossos adversários justifiquem sua posição, vão precisar não apenas refutar completamente nosso primeiro argumento, com todas as citações e provas, mas também demonstrar plenamente por que este segundo argumento não se aplica hoje. Mais uma vez, não basta discordar ou apresentar algum contra-argumento. Precisam demonstrar que nossa posição carece de todo fundamento, pois, enquanto existir uma única dúvida prudente a nosso favor, devem seguir o caminho mais seguro e proibir novos matrimônios duvidosos, conforme exige o cânon 1014 e 1069.

Parte IV: Refutação das Objeções

Embora a questão já nos pareça bastante clara, tanto intrinsecamente, pela força mesma da evidência, quanto extrinsecamente, pelo peso de tantos autores doutos—para não mencionar as respostas do Santo Ofício, Sagrada Congregação dos Sacramentos, e da Rota Romana—, contudo, para o bem dos leigos, é importante tratar especificamente dos argumentos de certos membros do clero, agora que esta questão tem causado tanta confusão.

Não pretendo de modo algum faltar com o respeito devido aos clérigos mencionados nestas respostas. Tenho sincero interesse pela verdade, a qual, como diz o Pe. Gabriel, é o vínculo que promove a unidade.

Objeção I: E Se Houver um Pároco Velho Válido nas Proximidades?

O argumento que segue provém de uma ligação que tive com Sua Excelência Dom Pivarunas. Havia duas testemunhas: uma comigo e outra com ele. Durante essa conversa, Sua Excelência me explicou sua opinião sobre a questão do matrimônio civil de católicos e o modo como ele costuma investigar tais casos.

Pelo que ele disse, considera válidos os matrimônios civis, exceto quando o casal tentou contrair o matrimônio na área de um sacerdote com a seguinte descrição: um padre validamente ordenado, que foi feito pároco no tempo do Papa Pio XII, e que não perdeu seu ofício por heresia, embora faça parte da hierarquia do Novus Ordo.

Ele diz que não importa que o casal não soubesse da existência de tal sacerdote na época, nem o fato de que sua presença invalidaria o matrimônio tentado. Por essa razão, ao investigar tais casos, Sua Excelência simplesmente consulta o diretório diocesano para ver se um tal sacerdote estava designado nas imediações do local onde o matrimônio civil foi tentado. Se sim, o matrimônio civil seria nulo.

Esse argumento pode ser facilmente refutado pelo uso da epiqueia e do cânon 1098. Primeiro, a epiqueia. Sabemos que, se uma lei se torna nociva, ela deixa de obrigar. Mas ser obrigado a casar-se diante de um padre do Novus Ordo é uma lei nociva. Logo, deixa de obrigar.

E seria nociva por causa do escândalo de aprovação do Novus Ordo, por causa dos maus conselhos que o padre daria, por exemplo, acerca da procriação, por causa da falsa nova missa e dos novos sacramentos que ele desejaria administrar, mas, sobretudo, por causa da cooperação forçada e desnecessária com a nova religião criada no Vaticano II.

Agora, o cânon 1098. Pode-se validamente usar a forma canônica extraordinária se não for possível chamar um sacerdote ou bispo jurisdicionado sem grave incômodo. Ora, objetivamente, esse casal não podia chamar tal sacerdote sem grave incômodo, a saber, o escândalo causado a outros pela aprovação do modernismo e os perigos para as próprias almas, como mencionamos antes. Portanto, o uso da forma extraordinária do cânon 1098 é válido.

O moralista Merkelbach, professor de Teologia Moral no Angélico em Roma, por exemplo, ensina que qualquer incômodo grave, seja espiritual ou temporal, pode escusar. Em nosso exemplo, podemos considerar o incômodo espiritual que mencionamos no argumento da epiqueia como mais que suficientemente grave. E não se diga que isso não se aplica a menos que o casal mesmo tenha considerado o incômodo grave. Digo que o veneno é muito mais perigoso quando tomado sem saber. Além disso—como mostraremos na refutação do argumento do Pe. Gabriel—, o cumprimento das condições do cânon 1098 deve ser julgado objetivamente, não subjetivamente.

Nessa refutação, nem sequer precisamos considerar se tais padres de fato retêm jurisdição, o que parece bastante improvável. Além disso, já estariam muito idosos hoje em dia. Mesmo que alguém lhes pedisse para assistir a um matrimônio no asilo onde vivem, por acaso eles aceitariam fazê-lo? Não enviariam o casal ao “pároco local”? Há muitos inconvenientes nessa teoria única. De todos os clérigos com quem conversei sobre essa questão, não conheço ninguém que compartilhe exatamente a mesma opinião de Dom Pivarunas.

Como consideração final, pensem comigo: Realmente acreditam que um bom, católico e supremo legislador quis obrigar seus súditos, em qualquer caso, a casar-se diante de um padre do Novus Ordo sob pena de invalidade?

E, se acham que sim, podem dizê-lo com certeza absoluta? Ao ponto de dizer a um casal, sem escrúpulo algum, que estão livres para divorciar-se e casar-se com outras pessoas? Isso é simplesmente insustentável!

Objeção II: O Desacordo entre o Santo Ofício e a Rota Romana

Dom Pivarunas tem enfatizado muitas vezes que há diferentes opiniões sobre a questão do matrimônio civil. Entretanto, devemos reconhecer que seguir essas opiniões divergentes pode acabar resultando em práticas completamente diferentes. Por exemplo: Um padre pode julgar que um homem não está livre para casar, por causa de sua união civil anterior; outro padre, ao contrário, pode permitir que esse mesmo homem se case novamente, por considerar todos os matrimônios civis de católicos como inválidos.

O problema é que os dois não podem estar certos. Ou esse novo matrimônio é adúltero, ou não é. Portanto, cada sacerdote deve estar certíssimo de agir de acordo com uma consciência bem formada ao permitir que alguém se case.

No início do século XX, teólogos e canonistas discutiam se um homem que tivesse feito vasectomia dupla, irreversível e permanente, devia ser considerado impotente e, por conseguinte, incapaz de casar validamente. Havia autores de peso com argumentos sérios defendendo ambos os lados. Todavia, como havia o tipo de dúvida que os canonistas chamam de *dubium juris* (dúvida de direito), quando essas questões foram submetidas ao Santo Ofício para decisão, a resposta era que tais casamentos não deviam ser impedidos.

Entretanto, quando os casos chegavam à Rota Romana, os juízes estavam totalmente convencidos de que não havia dúvida alguma: tais matrimônios eram certamente inválidos. Não é que a Rota simplesmente preferisse a opinião oposta; antes, os juízes estavam totalmente convencidos de que o lado contrário do debate não possuía nenhuma probabilidade sólida. E, evidentemente, sabiam bem que, se restasse qualquer dúvida, não poderiam anular os matrimônios apresentados diante deles.

Sua Excelência repetiu esse exemplo muitas vezes em conversas e correspondências conosco. É um fato histórico: Quando confrontado com o caso mencionado mais cedo, o Santo Ofício não impediu os matrimônios, enquanto a Rota Romana os declarou nulos. Mas qual é o sentido de mencionar este caso? É verdadeiramente lamentável que tal divergência tenha ocorrido por algum tempo, e eventualmente a Rota Romana foi notificada.

Mas qual é a conclusão que se deve tirar disso? A intenção de Sua Excelência era mostrar que mesmo antes do Concílio havia, às vezes, diferenças de opinião sobre questões matrimoniais, e que isso seria algo que devemos tolerar hoje.

Primeiramente, devo recordar o que dissemos na Parte II a respeito da autoridade das Congregações Romanas e da Rota Romana. O Santo Ofício, presidido pelo próprio Papa, é com razão considerado a mais elevada das Congregações Romanas; enquanto a Rota Romana nem sequer é uma Congregação Romana propriamente dita. Portanto, o Santo Ofício possui muito maior autoridade ao decidir questões doutrinárias e disciplinares. Por isso, ele emite decretos e, no caso em pauta, a Rota Romana foi notificada sobre a divergência.

Em seguida, devemos fazer a pergunta óbvia: O que tudo isso tem a ver com o matrimônio civil? Como disse, esse ponto histórico é apenas isso—um ponto. Não constitui um argumento em si. Talvez, se alguém pudesse demonstrar que o Santo Ofício discordou da Rota Romana precisamente sobre o julgamento dos matrimônios civis de católicos, eu poderia

então formular um argumento a considerar. Contudo, em nossas pesquisas, não encontramos qualquer desacordo desse tipo—muito pelo contrário.

Por fim, devemos recordar o que é uma opinião. Quando alguém possui apenas uma opinião, considera que a opinião contrária pode ser verdadeira. Por outro lado, quem possui certeza, não tem nenhuma dúvida prudente de estar errado. No caso apresentado, tanto o Santo Ofício quanto a Rota Romana estavam convencidos de agir com certeza prática, fazendo aquilo que era mais correto. Ambos compreenderam que não existe liberdade de opinião na ordem prática quando se tratam questões matrimoniais: deve-se sempre seguir o caminho mais seguro.

Foi algo bom haver duas autoridades em Roma que discordavam em matéria tão grave? Evidentemente não. Portanto, não há como esse desacordo entre o Santo Ofício e a Rota Romana ser citado como pretexto para que padres tradicionalistas sigam qualquer opinião que desejem acerca do matrimônio civil.

Em questão tão séria, nossos juízos devem conformar-se com o que foi transmitido por autores eruditos e confirmado por decisões autênticas da Igreja. Devemos recordar que, se é possível tolerar os julgamentos errôneos de outros, isso só se pode fazer por um bem maior, pois aquilo que se tolera é, por definição, um mal. E, ao contrário do que ensinam os liberais modernos, a tolerância em si não é uma virtude.

A questão que tratamos neste vídeo não é mera teoria, e o mal de que falamos não é algo intangível. Estamos tratando da possibilidade de que tantos sacerdotes—ainda que sem má vontade—separem casais validamente casados ou unam outros em uniões adúlteras, por causa de opiniões errôneas. Não uma vez. Não duas. Mas todas as vezes que tais casos lhes apareçam no exercício de seu sacerdócio. E não apenas os padres de hoje, mas também os que serão formados e ordenados no futuro, enquanto durar esta crise.

Até quando vamos esperar para perguntar: Qual é o bem maior que justifica todo esse mal que se deixa passar em silêncio? Que direito tem o erro de impor-se aos outros e arruinar a vida das pessoas?

Objeção III: Um E-mail Esclarecedor?

Em minha conversa pessoal com Sua Excelência, Dom Pivarunas, ele mencionou que essa questão do matrimônio civil já havia surgido entre seu clero diversas vezes no passado. Os padres da CMRI reúnem-se todos os anos para discutir temas pastorais relevantes. Há

alguns anos, essa questão específica voltou a ser discutida em grupo. Um dos padres mais experientes decidiu escrever um e-mail diretamente ao Pe. Cekada, perguntando-lhe o que ele e Dom Dolan pensavam sobre o assunto.

Assim que soube desse e-mail, fiquei muito interessado em saber sua opinião, pois ele havia sido um de meus professores durante meus dois anos como seminarista secular nos Estados Unidos. Eu aprendi direito canônico pessoalmente com ele.

Sua Excelência teve a gentileza de assegurar que eu recebesse esse e-mail, para que eu reconsiderasse minha posição, já que um sacerdote tão conhecido concordava, mais ou menos, com a opinião predominante entre o clero tradicionalista e seria, portanto, diametralmente oposto ao que estou afirmando neste vídeo. O texto original do e-mail pode ser encontrado junto com as demais anotações referentes a este vídeo.

O argumento apresentado no e-mail é bastante breve, embora exija uma análise atenta. Referindo-se ao cânon 1098, o Pe. Cekada escreve:

“O cânon contém uma exceção à lei e, portanto, está sujeito à interpretação estrita segundo o cânon 19, isto é, a existência da condição requerida para sua aplicação deve ser estritamente provada no foro interno (Rota, 29 de julho de 1926).”

Em seguida, ele continua:

“Como estamos tratando de uma exceção à lei, não há presunção de validade no caso de um católico que tenta casar-se perante um oficial civil ou ministro acatólico. Tal união não tem sequer a *species veri matrimonii* desde o princípio.”

Por fim, ele cita o canonista Doheny, dizendo que não há necessidade de processo judicial, seja formal ou informal, em tais casos. Pe. Cekada afirma que Doheny cita a Comissão Pontifícia do Código de Direito Canônico, a qual ensina:

“Nem as formalidades judiciais nem a intervenção do Defensor do Vínculo são necessárias para estabelecer o fato de que tais pessoas estão livres para casar.”

A conclusão do Pe. Cekada é que esses casos exigem apenas um simples procedimento documental. Pelo tom e pelo contexto inteiro de seu argumento, bem como pelos comentários posteriores, ele entende que nós, padres tradicionalistas, precisamos apenas seguir um processo documental simples para declarar nulos os matrimônios civis de católicos.

É, de fato, um argumento que parece interessante, repleto de termos técnicos e citações promissoras. Parece convincente, sobretudo vindo de alguém que alcançou muita popularidade por seus ensinamentos sobre vários temas relacionados à crise na Igreja.

Examinemos, pois, cada ponto do argumento, passo a passo. Tentarei explicá-lo da forma mais simples possível.

Primeiramente, o Pe. Cekada cita uma certa decisão da Rota Romana que nos faz entender que, se alguém tentou casar fora das circunstâncias normais, deve-se provar no foro *interno* que as condições exigidas pelo cânon 1098 estavam presentes.

Lembremos que foro interno significa subjetivo, isto é, aquilo que se refere ao que a pessoa pensava, ao passo que foro externo é objetivo, aquilo que se julga pelos fatos, isto é, abstrai do que a pessoa individualmente pensa.

A partir disso, nossos adversários poderiam argumentar que os matrimônios civis não são válidos para católicos, uma vez que aqueles que os tentam nem sequer conhecem o cânon 1098, muito menos pensam que não haja pastores ou bispos com jurisdição disponíveis nas proximidades.

Então, será que isso significa que nós, frades, estamos conscientemente ensinando algo contrário ao que a Rota Romana já decidiu? Mesmo depois de termos elogiado tão altamente sua autoridade?

Permitam-me apontar um *pequeno* problema na citação do padre. Tenho certeza de que foi por algum engano infeliz, mas a citação está completamente errada. Na própria decisão da data exata que o padre forneceu, a Rota Romana disse exatamente o oposto. Podemos confirmar isso a partir de três fontes independentes, que registram a mesma decisão com a mesma data—e não encontramos nenhuma fonte que apresentasse a versão citada por ele. Uma destas fontes é o arquivo oficial da própria Rota Romana onde publicaram sua sentença.

O que a Rota Romana realmente ensinou foi que a existência da condição requerida para a aplicação do cânon 1098 deve ser estritamente provada no foro *externo*, e não no foro *interno*. Ora, isso muda tudo!

Então, segundo isso, devemos poder provar objetivamente que as condições do cânon 1098 se aplicam à nossa presente crise, a fim de afirmar que os matrimônios na forma extraordinária são válidos. E isso se encaixa perfeitamente com tudo o que dissemos antes, no primeiro argumento da Parte III.

Nem sequer precisamos perguntar se a pessoa compreendia a crise na Igreja, ou se achava que estava pecando ao evitar seu suposto pároco, ou se previu prudentemente a ausência do clero. Nada disso é necessário.

Continuemos. O ponto seguinte do padre é o de que, por conter o cânon 1098 uma exceção à lei, não há presunção de validade no caso de um católico que tenta casar-se diante

de um oficial civil ou ministro acatólico. Ele diz que tal união não possui sequer a *species veri matrimonii*, isto é, a figura ou aparência jurídica de um verdadeiro matrimônio.

Esse ponto seria, sem dúvida, muito útil aos nossos adversários, pois, se de fato houvesse uma presunção de validade, todos teriam de considerar os matrimônios civis de católicos válidos, até que cada um fosse provado inválido individualmente. Do mesmo modo, ao dizer que esses matrimônios carecem de verdadeira aparência jurídica de matrimônio, ele oferece uma segunda razão para afirmar que não há presunção legal em favor da validade do matrimônio civil entre católicos.

Infelizmente, porém, quanto a esse segundo ponto, o padre não apresentou qualquer citação. Apenas afirma que, sendo o matrimônio na forma extraordinária do cânon 1098 uma exceção à regra, o matrimônio civil não possui presunção de validade nem aparência jurídica de verdadeiro matrimônio.

Entretanto, devemos recordar que a forma exigida pelo cânon 1098 é simplesmente que o casal se case diante de duas testemunhas. Com isso em mente, ouçamos o que o grande canonista Cardeal Gasparri ensinou precisamente sobre esse tema da aparência jurídica do matrimônio e da presunção de validade.

Ele diz: “De modo geral, pode-se dizer que a aparência ou figura do matrimônio consiste na expressão do consentimento, com a forma substancial preservada.” Ora, o casal quis casar-se e expressou seu consentimento. Além disso, observou a forma substancial exigida pelo cânon 1098, isto é, trocou seu consentimento diante de pelo menos duas testemunhas. Segundo o que ensina Cardeal Gasparri, o matrimônio civil deles possui ao menos a *species matrimonii* que o Pe. Cekada negou sem prova alguma.

Mas o que significa, juridicamente, possuir a aparência de matrimônio? Recorramos novamente ao Cardeal Gasparri e ouçamos o que ele ensina sobre matrimônios que possuem essa aparência jurídica. Vale notar que o Cardeal Gasparri foi professor de Direito Canônico na Gregoriana, foi Secretário da Comissão Pontifícia que codificou o Código de 1917, Presidente da Comissão Pontifícia para a Interpretação Autêntica do Código de Direito Canônico, Cardeal Secretário de Estado e até Camerlengo! Ele, então, sabia do que falava. Ele diz: “Se um matrimônio possui a aparência ou figura de matrimônio, aplica-se o princípio: em caso de dúvida, deve-se estar pela validade do matrimônio.” Em outras palavras, juridicamente, esses matrimônios devem ser presumidos válidos até que se prove o contrário, conforme o cânon 1014 expressamente determina. Isso é exatamente o oposto do que o Pe. Cekada ensinou.

Em resumo, quanto a essa segunda parte do argumento do padre, vemos que, após sua citação incorreta da Rota Romana, encontramos também uma afirmação infundada e não comprovada acerca das presunções canônicas de validade matrimonial. Todavia, devemos considerar o último elemento de seu breve argumento.

Por fim, Pe. Cekada apresenta uma citação a respeito dos casos matrimoniais de católicos que tentam casar-se civilmente ou diante de um ministro acatólico. Ele afirma tratar-se de citação do canonista Doheny, que, por sua vez, estaria citando a Comissão Pontifícia para o Código de Direito Canônico. Fiz questão de conferir no original e Doheny, na verdade, está citando uma instrução oficial da Sagrada Congregação da Disciplina dos Sacramentos.

De todo modo, Pe. Cekada afirma que, segundo essa citação, não há processo nem formalidade judicial alguma necessária para estabelecer a nulidade nesses casos. Pela citação apresentada e pelo contexto geral do e-mail, especialmente na parte seguinte—em que ele afirma que basta um procedimento documental para provar a nulidade—, somos levados a entender que a Sagrada Congregação ensinava que esses matrimônios são sempre inválidos, bastando relatá-los, sem necessidade de julgamento.

Ora, se uma Sagrada Congregação Romana ensinou isso em uma instrução oficial, e sendo sua autoridade ainda superior à da Rota Romana, quem somos nós para ir contra a Igreja? Infelizmente, tenho mais más notícias: o padre parece ter ignorado uma parte muito importante da mesma instrução da Sagrada Congregação citada por Doheny.

O que o padre citou, de fato, está ali, mas a frase possui detalhes cruciais ao seu redor. Aqui estão os trechos pertinentes do Artigo 231 da Instrução de 1936:

“Parágrafo 1: Se uma pessoa estava certamente obrigada a observar a forma canônica na celebração do matrimônio, e, no entanto, contraiu apenas um matrimônio civil, ou casou-se diante de um ministro acatólico [...], nem formalidades judiciais nem a intervenção do Defensor do Vínculo são requeridas para estabelecer o fato de que tais pessoas estão livres para casar. *Tais casos, contudo, devem ser resolvidos* pelo próprio Ordinário ou pelo pároco, após consulta com o Ordinário, na investigação preparatória à celebração do matrimônio. [...] parágrafo 2: Se houver qualquer dúvida quanto à existência das condições do parágrafo 1, a questão deve ser decidida segundo as regras do procedimento ordinário.”

Queridos fiéis, procuremos seguir a lógica do Pe. Cekada. Lembremo-nos de que a inconsistência é sinal de erro. Nos casos que ele está julgando, Pe. Cekada considera que os católicos estavam certamente obrigados à forma canônica, seja ordinária ou extraordinária,

conforme ensina a Instrução de 1936, condição necessária para aplicar o processo ali mencionado.

Mas eis aqui o dilema para os católicos que tentaram um matrimônio civil e agora serão julgados segundo os critérios do Pe. Cekada. Se eles estavam obrigados à forma ordinária—o que não creio que ele tenha ensinado—, o matrimônio civil era certamente inválido. Se estavam obrigados à forma extraordinária, Pe. Cekada diz que não há presunção de validade.

Portanto, todo caso que chegasse a ele seria considerado inválido.

Não há necessidade de pensar. Basta ouvir as palavras “matrimônio civil” e responder “inválido”. De fato, ele elogiou a simplicidade dessa ideia em seu e-mail, dizendo que, desse modo, nós, sacerdotes, poderíamos julgar esses casos matrimoniais e evitar o campo minado de estabelecer tribunais e presumir julgar casos complexos que pertenceriam ao sofisticado sistema jurídico da Igreja.

Ele dizia que seria um simples procedimento documental. Mas, afinal, que documentos? A Instrução só permite a investigação simplificada quando há certeza de que a pessoa estava obrigada à forma canônica. Porém, para Pe. Cekada, estar obrigado à forma canônica já é prova suficiente de que o matrimônio civil é inválido. Os únicos documentos que posso imaginar que ele esteja mencionando são, talvez, a certidão de batismo ou a prova de abjuração de erro, para demonstrar que a pessoa foi batizada ou recebida na Igreja e, portanto, estava obrigada à forma canônica antes de tentar o matrimônio.

Contudo, se fosse apenas uma questão de obter certificados básicos, por que a Instrução não disse isso diretamente? Se, como o Pe. Cekada pensava, não havia absolutamente nenhuma possibilidade de que um católico batizado pudesse casar validamente em um rito civil ou diante de um ministro acatólico, por que a Instrução ordena explicitamente que o bispo da diocese, ou pelo menos o pároco, após consulta com o bispo, investigue e resolva o caso antes de celebrar um novo matrimônio?

Posso dizer por quê: para evitar o risco de adultério, no caso de já existir vínculo matrimonial! Não haveria tal risco se esses casos fossem sempre certamente inválidos. Se fosse algo tão simples como obter um documento, qualquer padre poderia fazê-lo. A Igreja não envolveria o bispo da diocese em um assunto tão trivial.

Não se investiga aquilo que já é certo. Na opinião do Pe. Cekada, basta saber que uma das partes era católica batizada—e, portanto, obrigada à forma canônica—para ter certeza de que o matrimônio civil era inválido. Por que investigar, então, se já se sabe? Mas por que a

Instrução da Sagrada Congregação ordenaria ao bispo da diocese investigar e resolver tais casos, se tudo o que é preciso fazer é obter uma certidão de batismo ou de abjuração de erro? Não poderia um simples padre fazê-lo, sem necessidade de consultar seu bispo?

E por que o parágrafo 2 ordena aos tribunais seguir o procedimento ordinário para os casos matrimoniais se houver qualquer dúvida acerca das condições mencionadas no parágrafo 1 do artigo 231? Seria, talvez, no caso de o bispo ter dificuldade para conseguir uma cópia dos certificados e precisar da ajuda do tribunal diocesano? Achamos realmente que se limita a isso? Evidentemente que não.

Como demonstramos antes, na Parte III, e como ficará ainda mais claro nas várias refutações apresentadas aqui na Parte IV, o fato é que é perfeitamente possível que católicos se casem validamente no contexto de uma cerimônia civil, dadas as condições extraordinárias. Devido a afirmações gratuitas, interpretações deturpadas de autores, sofismas e outros erros de boa fé, muitos tradicionalistas dão a impressão de que o que defendemos é, de algum modo, uma novidade que contradiz a doutrina tradicional.

Desde a infeliz citação errada da Rota Romana até sua última referência fora de contexto, lamentamos ver a confusão que esse e-mail acrescentou à discussão sobre o matrimônio civil. Agora, se tomarmos todos os princípios e citações que Pe. Cekada nos ofereceu, restaurando o texto original e fornecendo o devido contexto, e se os considerarmos à luz de tudo o que já explicamos e citamos, veremos que não há uma única dificuldade nem contradição.

Com todo o respeito à pessoa do padre, devo dizer que o argumento que ele apresentou teve consequências desastrosas. Considerar simplesmente todos os matrimônios civis de católicos inválidos? Sem necessidade de investigação? Apenas um procedimento documental? E, ainda por cima, no exato momento em que a CMRI talvez estivesse prestes a dar um passo na direção certa, discutindo essa mesma questão? Em vez de ser uma grande luz, esse e-mail apenas criou maiores obstáculos.

Objeção IV: Católicos que se Casam no Civil não Têm a Intenção de Contrair um Matrimônio Católico

Essa é a argumentação que Pe. Gabriel nos apresentou tanto em privado como depois publicamente. Estamos gratos por ele ter conferido com outros bispos e sacerdotes e publicado seu argumento. Deste modo, torna-se mais fácil tratar a questão de modo mais

unificado, e estamos certos de evitar o perigo de, por acidente, deturpar algo que ele disse em conversa privada. Como há várias afirmações a serem analisadas em sua argumentação, precisamos proceder por etapas. Primeiro, apresentarei seu argumento. Naturalmente, oferecemos seu documento original no acompanhamento escrito deste vídeo, para que todos possam ter certeza de que estou entendendo suas palavras em contexto.

Ele começa introduzindo o seu “raciocínio sobre o assunto do casamento civil como inválido fora das condições estabelecidas pelo direito canônico”. Após algumas observações, o Pe. Gabriel declara que rejeita a nossa tese. Seu raciocínio é que católicos do *Novus Ordo*, que estão convencidos de que seus párocos e bispos modernistas são autoridades eclesiais legítimas, e, no entanto, escolhem casar-se em uma cerimônia civil, mostram por seus atos externos que não pretendem o sacramento do matrimônio.

Em seguida, o Pe. Gabriel considera a seguinte frase da tese do artigo original que lhe enviamos: “duas pessoas que pretendem se casar no civil”. Ele afirma que esta parte de nossa tese não se encaixa no princípio da teologia moral concernente à dupla regra dos atos humanos. Ele afirma novamente que devemos julgar os fatos externos associados com a lei, o princípio remoto dos atos humanos, para supor a consciência, o princípio próximo, de um dado ato humano. Aplicando isto ao nosso caso, a lei é o cânon 1098 e a consciência é a da pessoa que pretende o casamento civil.

Ele então aponta o que chama de novidade em nossa tese, a saber, que ela supõe que uma pessoa que não tem nenhuma ideia da crise na Igreja—muito menos noção do cânon 1098—e pretende um casamento civil, não obstante, pretende um casamento católico. Ele chama essa nossa afirmação de gratuita, pois diz que supomos a intenção de contrair um casamento católico a despeito do fato de a pessoa ter ido ao cartório para um casamento civil. Prossegue dizendo que o fato de a pessoa ter buscado o casamento civil em vez de um casamento religioso mostra que ela de modo algum estava em estado de necessidade e, portanto, não tinha intenção de contrair um casamento católico. Assim vai a argumentação do Pe. Gabriel.

Há vários pontos interessantes no argumento do padre. Ele menciona várias vezes em seu texto a ideia de que os católicos têm que querer um “casamento católico” para que seja válido. Em outro lugar, ele dá a entender que o casamento civil é inválido porque a pessoa é presumida não querer o sacramento do matrimônio, já que a pessoa poderia ter ido ao seu pároco modernista local. Ele também supõe que a ignorância subjetiva sobre a crise na Igreja ou sobre o cânon 1098 de alguma forma exclui a possibilidade de um católico poder casar-se

validamente no cartório. Em suma, parece que ele julga não ser possível ou, talvez, quase impossível que um católico tenha um casamento civil válido.

Vejamos como essas afirmações se sustentam diante do ensinamento de canonistas e teólogos. Primeiro, um ponto em que todos podemos concordar: se duas pessoas se casam civilmente sem intenção de matrimônio, mas apenas com a intenção de simplesmente receber, por exemplo, benefícios fiscais de um casal civilmente casado, todos concordam que isso é inválido. Os casos que estou considerando são aqueles em que o casal um dia decidiu casar-se. Por uma razão ou outra, eles escolheram não casar diante de um sacerdote, mas apenas no cartório. Eles trocaram seus votos diante de testemunhas, depois passaram a se considerar mutuamente como marido e mulher, se apresentar como tais aos outros, viver juntos, e talvez até começar a ter filhos—ou talvez tenham se casado para legitimar seus filhos já existentes pela estabilidade do matrimônio.

É claro que, da parte do homem e da mulher, apesar de quaisquer vícios de intelecto e vontade, eles quiseram casar-se. Agora, Pe. Gabriel diz que tais católicos demonstraram por seus atos que não quiseram um “casamento católico” nem o sacramento do matrimônio; portanto, foi inválido. Aqui, ele está afirmando uma intenção viciada. Sua afirmação de que essas pessoas necessariamente têm a intenção de excluir o sacramento do matrimônio é gratuita. Onde está sua prova? Quantos casais realmente fazem o ato consciente de dizer a si mesmos: “Vou casar-me civilmente, mas não quero um matrimônio sacramental”. É claro que muitos dizem, ao menos por seus atos: “Não quero casar na Igreja”.

Mas, a título de argumento, e se um católico de fato quer fazer um casamento civil pensando que não é um matrimônio sacramental? E se esse erro for até a razão pela qual escolhe um casamento civil e não um religioso? Pe. Gabriel diz que o consentimento seria inválido, invalidando, portanto, o matrimônio. Porém, o cânon 1084 ensina o contrário. Ele diz: “O simples erro acerca da unidade, da indissolubilidade ou da dignidade sacramental do matrimônio, ainda que dê causa ao contrato, não vicia o consentimento matrimonial.”

Temos outras citações disponíveis nas anotações, mas permitam-me oferecer apenas mais uma, do Cardeal Gasparri que, como mencionei antes, presidiu a Comissão que redigiu e compilou o código de direito canônico de 1917. Ele responde a uma questão ainda mais urgente: e se a pessoa não é apenas ignorante? E se um católico expressamente forma a sua mente assim: “Eu não quero um matrimônio sacramental”?

O cardeal ensina que, mesmo se alguém dissesse positivamente em sua mente quando se casa: “Quero o matrimônio, mas não quero o sacramento”, o matrimônio seria válido e

verdadeiro sacramento. Vê-se com clareza que o Pe. Gabriel infelizmente se equivocou no que disse sobre ter que querer um matrimônio sacramental. Mesmo no caso de uma pessoa que de fato tenha feito um ato de querer excluir a dignidade sacramental do matrimônio, contanto que o desejo de casar fosse a vontade dominante, o matrimônio seria válido. A presunção é que a pessoa tenha essa vontade predominante de casar-se. Para esse erro sobre a dignidade sacramental do matrimônio chegar a invalidar o casamento, teria que ser o equivalente do seguinte: “Se matrimônio é sacramento, não quero me casar de forma alguma!”

Infelizmente, a outra afirmação do Pe. Gabriel, a saber, que um católico deve ter a intenção de um matrimônio especificamente católico, é, na verdade, uma novidade sem fundamento. De onde veio isso? O batismo protestante é inválido porque não quiseram um batismo católico? As Missas ortodoxas são inválidas porque não são Missas católicas? Crismas? Ordenações? Extrema-Unção?

Se essa exigência de querer um matrimônio especificamente católico fosse algo que decorre da natureza do sacramento do matrimônio, então os protestantes estariam obrigados a querer um matrimônio católico quando se casam com outros protestantes, sob pena de invalidade, o que é absurdo e ninguém admite. Se é uma exigência que não provém da própria natureza do sacramento, então deve advir do direito eclesiástico positivo, o qual poderia ser encontrado no código de direito canônico. Onde está? Não existe tal exigência. De fato, quando o código fala da intenção requerida para o matrimônio, diz no cânon 1081: “O consentimento matrimonial é um ato da vontade pelo qual cada uma das partes dá e aceita o direito sobre o corpo, perpétuo e exclusivo, quanto aos atos que por si são aptos para a geração da prole.” Nada aqui sobre “matrimônio católico”. Não só que não se encontra nesse cânon, mas não existe essa exigência em nenhum cânone do direito canônico.

Além de não haver qualquer cânon que fale dessa suposta intenção de matrimônio especificamente católico necessária para validade, é interessante notar que fizemos questão de consultar diversos autores do século passado sobre consentimento matrimonial: Aertnys-Damen, Capello, Coronata, Miguélez, Doheny, Gury, Marc-Gestermann, Merkelbach, Noldin-Schimdt, Peeters, Prummer, Regatillo-Zalba, Royo marin, Tanquerey, Vermeersch, Wouters, e outros. Nenhum deles sequer menciona esse critério que é tão importante para a validade de todo matrimônio, segundo o argumento do Pe. Gabriel.

Na tese doutoral do Pe. Fus sobre o próprio tema do matrimônio na forma extraordinária, que citamos antes, ele afirma: “Observe-se que a Rota [Romana] exige apenas

um consentimento que seja válido segundo a lei natural. Ela não exige que as partes conheçam a forma extraordinária do matrimônio, ou que pretendam usá-la; ou que pretendam contrair um matrimônio que seja especificamente canônico, eclesiástico, católico ou sacramental. Por força da lei, o consentimento matrimonial naturalmente válido é reconhecido pela Igreja como juridicamente eficaz.”

Em outras palavras, se o casal estava objetivamente nas condições do cânon 1098 e tinha a intenção requerida pelo cânon 1081, isto é, de se tornarem marido e mulher, o matrimônio pode ser válido, ainda que tenha sido em um casamento civil.

Tendo provado suficientemente que, quanto à intenção, basta que o casal realmente queira tornar-se marido e mulher, usemos alguns dos critérios do Pe. Gabriel e apliquemo-los corretamente à nossa questão. Se queremos falar de supor a intenção deles julgando os fatos externos, somos obrigados a considerar o fato de que o homem e a mulher quiseram casar-se, na realidade, porque se referem um ao outro como cônjuge em todas as suas ações e modo de vida desde o dia do casamento civil. Se queremos usar princípios filosóficos para refutar o argumento de alguém, como ele tentou fazer com o meu, experimentemos a estratégia clássica de um contraexemplo.

Pe. Gabriel sustenta que aqueles católicos que escolhem casar-se no cartório em vez de diante de um sacerdote não se casam validamente por sua evidente falta de intenção. Permitam-me compartilhar um contraexemplo da prática da Igreja que derruba completamente esta afirmação. Entre as muitas faculdades frequentemente concedidas aos bispos pela Santa Sé estava a de conceder *sanatio in radice* aos que tentaram um casamento civil. Ainda se lembram do que dissemos sobre a *sanatio in radice*? Ela é usada para validar casamentos nos casos em que o verdadeiro e válido consentimento matrimonial já havia sido trocado e continua existindo, mas o matrimônio era inválido por algum outro motivo.

Quando concedida, a *sanatio* dispensa o casal de renovar o consentimento ou realizar qualquer nova cerimônia; o matrimônio torna-se automaticamente válido assim que o impedimento é removido, já que o consentimento matrimonial ainda persiste. Nos casos abrangidos por essa faculdade, os casamentos civis eram inválidos por falta de forma canônica; o casal havia se casado fora das condições exigidas pelo cânon 1098.

Isto é, esses casais estavam obrigados a casar-se diante de seu pároco e, contudo, escolheram casar-se diante de um ministro civil. Pe. Gabriel, seguindo seu próprio raciocínio, afirma que tais católicos não tiveram intenção de se casar. Ora, o próprio direito canônico, juntamente com todos os canonistas, ensina que, nesses casos, o bispo não poderia conceder

uma sanatio, visto que o consentimento deve proceder do casal; ele não pode ser suprido por nenhum poder humano, como o cânon 1081 declara claramente.

Mas agora surge um problema. Será então que a Santa Sé concedeu a tantos bispos uma faculdade completamente inútil? Por acaso, não está escrito expressamente no cânon 1140 que a sanatio não pode ser dada para validar um matrimônio a não ser que o consentimento já tenha sido trocado? E por que ninguém corrigiu ainda o cânon 1139 que fala explicitamente que casamentos inválidos que vão ser curados na raiz precisam apenas de consentimento naturalmente suficiente e não consentimento católico, como Pe. Gabriel exige? Mas ninguém se preocupou em avisar ao Santo Padre de que não se pode conceder uma sanatio aos casamentos civis de católicos porque é impossível que eles tenham tido a intenção de realmente se casar? Ninguém temeu que, ao conceder tais dispensas aos casais, os matrimônios não fossem validados, mas permanecessem inválidos; que o casal então receberia os sacramentos vivendo em concubinato objetivo, com o conhecimento e a bênção da Igreja e do Papa?

Caros fiéis, é muito mais razoável pensar que talvez Pe. Gabriel e os bispos e sacerdotes que aprovaram o seu argumento devessem reconsiderar sua posição e conformar-se à prática da Igreja e aos ensinamentos dos canonistas e teólogos.

Contudo, devemos agora esclarecer outro ponto que pode causar confusão. Como mencionei em minha análise inicial do argumento do Pe. Gabriel, ele parte do pressuposto de que a ignorância subjetiva da crise na Igreja e do cânon 1098 de alguma forma impede um católico de casar-se validamente em uma cerimônia civil. Ele afirma que, se a pessoa em questão não percebe a necessidade de evitar o Novus Ordo e de recorrer à forma canônica extraordinária do matrimônio, então ela não tem a intenção de contrair um “matrimônio católico” ao tentar uma união civil. Como demonstramos antes, essa exigência de querer um matrimônio especificamente “católico” é uma pura novidade.

Entretanto, para dissipar quaisquer dúvidas adicionais, vamos responder a uma pergunta simples: “É necessário saber algo sobre o cânon 1098 para casar-se validamente na forma canônica extraordinária?” Pois bem, pergunto: o direito canônico diz que o casal precisa saber algo a respeito do cânon 1098? Não.

Apenas para citar brevemente, o Pe. Joannes Baptista Wu, em seu doutorado sobre o cânon 1098, tem um capítulo especialmente dedicado a esta questão e cita os seguintes autores que defenderam que não é necessário conhecimento da lei: Payen, Vromant, Bidagor, Bender, Dalpiaz, Segura Elizmedi, Fus. O Padre Wu conclui dizendo que “tendo

cuidadosamente considerado tudo, não ousamos abraçar a sentença afirmativa (que afirma que é necessário o conhecimento da lei), visto que a sentença negativa não apenas goza de fundamento extrínseco, mas também se apoia em graves razões intrínsecas”.

Na verdade, o direito canônico deixa muito claro no cânon 16 que nenhuma ignorância escusa alguém de uma lei que tem pena de invalidade. Ou seja, o fato que alguém não sabia que tal ato seria inválido pela lei, não torna esse ato válido, mesmo que essa ignorância seja inculpável; a operação desta lei não depende da ciência da pessoa em questão. Os canonistas argumentam que, da mesma forma, os nubentes não precisam saber todo o direito canônico para poderem se casar, mas simplesmente devem fazer o mínimo necessário por sua parte para que seja um casamento válido. Se não houver impedimento e se houverem observado a forma necessária, o casamento será válido, pois a ignorância subjetiva de todos os mecanismos da lei não vai afetar a validade. Um exemplo rápido: existe uma discussão se o fiel recebe a graça da comunhão na hora de engolir a hóstia ou só na hora que a hóstia chega ao estômago. Para nós só importa comungar; não precisamos saber exatamente quando que acontece a graça—fazemos a nossa parte e pronto.

Um outro exemplo, assim como um matrimônio pode ser inválido por causa de um impedimento ainda não reconhecido — mas todos, sendo enganados, o consideram válido —, do mesmo modo um matrimônio que o casal pensa ser inválido por causa de algum impedimento pode, de fato, ser válido, se tal impedimento não existir realmente.

E isto vem do cânon 1085, que ensina que “o conhecimento ou a opinião sobre a nulidade de um matrimônio não exclui necessariamente o consentimento matrimonial”. Em outras palavras, se o casal pensa que o matrimônio é inválido ou ilícito, não se pode concluir daí com certeza que não quiseram tornar-se marido e mulher, nem que não trocaram o consentimento. Nas anotações poderão encontrar várias citações de autores que ensinam isso explicitamente. Por ora, basta saber que, como observa o doutor de direito canônico Pe. Fus, a Rota Romana jamais exigiu que o casal conhecesse o cânon 1098, nem que tivesse a intenção de contrair especificamente um matrimônio sacramental ou católico para que o matrimônio na forma extraordinária fosse válido. E isso se ajusta perfeitamente ao ensinamento dos grandes autores que dizem que, ao julgar esses casos matrimoniais, deve-se verificar se as condições do cânon 1098 foram cumpridas **objetivamente**, e não subjetivamente—isto é, abstraindo do que o casal pensava ou julgava.

Basta que as condições tenham sido preenchidas objetivamente quanto à ausência previsível de clérigos e à observância da forma extraordinária, ainda que o casal não tenha se

preocupado em procurar um sacerdote ou não soubesse que se encontrava nas condições do cânon 1098. Encontramos pelo menos treze autores que ensinam isso, e citamos a prática da Rota Romana em nosso favor. Permitam-me explicar a autoridade de alguns desses autores que ensinaram essa interpretação objetiva desse mesmo cânon.

Dentre os principais, temos Arthur Vermeersch. Ele era doutor em Direito Canônico, professor de Teologia Moral na Gregoriana, consultor de ao menos 3 Sagradas Congregações, consultor da Comissão de Interpretação do Código e também foi chamado para ajudar com o Código de Direito Canônico de 1917; Ludwig Bender, doutor em direito canônico e professor no Angelicum, escreveu vários artigos sobre o cânon 1098; Bidagor, deu aula de Direito Canônico na Gregoriana durante décadas, foi decano de 1941 a 1957 e era consultor ao menos da Sagrada Congregação para Disciplina dos Sacramentos; Lorenzo Dominguez Miguelez, que foi decano da Rota Espanhola e reitor da Universidade Pontifícia de Salamanca, era também um dos autores do famoso Código de Direito Canônico bilíngue e comentado, publicado pela BAC; e John Joseph Carberry, que fez um doutorado sobre a forma jurídica do matrimônio. Entretanto, o Pe. Gabriel não citou nada de ninguém. Só as palavras do cânon 1098.

Consideremos agora o princípio mencionado pelo Pe. Gabriel—o de presumir a intenção interior julgando pelas ações exteriores—e vejamos se suas conclusões correspondem às dos autores de peso que escreveram sobre o mesmo assunto. Recordemos que ele afirma que aqueles católicos maus ou laxos que, estando subjetivamente convencidos de que devem recorrer ao seu pároco do Novus Ordo, escolhem, no entanto, casar-se apenas no civil, não têm a intenção de contrair um matrimônio válido.

Eis o que o teólogo Prummer diz sobre maus católicos na Alemanha e na Hungria, na época em que a forma canônica ordinária não obrigava: “Todavia, a presunção, ao contrário, milita em favor da validade do consentimento e do matrimônio civil, se foi contraído por um católico indiferente..., que explicitamente negligencia a celebração do matrimônio perante a face da Igreja.”

Vamos ouvir também sobre o famoso professor da Gregoriana, Pe. Felix Cappello, que ensinava por quase 40 anos, tinha três doutorados, era consultor para quatro Congregações Romanas diferentes, membro de quatro Comissões Pontificias diferentes... inclusive uma dessas Comissões era para a supervisão para os tribunais matrimoniais! Ele ensina

simplesmente que aqueles católicos que foram criados sem instrução religiosa, que são indiferentes, maus, mal instruídos, etc., são presumidos querer um verdadeiro matrimônio ao tentarem um matrimônio civil.

Querem uma citação de mais peso ainda? O que segue foi escrito para os católicos na Alemanha em 1912 que, naquele tempo, não estavam obrigados à forma canônica. Os juízes da Rota Romana declararam que a presunção milita pela validade do matrimônio civil se contraído por católicos que são indiferentes ou afastados da Igreja e da vida religiosa, que explicitamente negligenciam a celebração do matrimônio na face da Igreja. O mesmo ensinam todos os outros autores de peso que encontramos abordando esse tema em específico, como poderão ver nas anotações.

Se, como sustenta o Pe. Gabriel sem prova, o mero fato de recusar casar-se diante de um sacerdote e ir em vez disso casar-se no cartório fosse prova de que um católico não contraiu um matrimônio válido, então, como é que esses autores famosos e doutos deixaram de perceber algo tão óbvio? Como é que todos aqueles juízes da Santa Rota Romana, com todos os seus doutorados em direito canônico e teologia, não perceberam algo tão básico? Ou, talvez, mais uma vez, Pe. Gabriel e os outros que aprovaram sua argumentação é que deveriam reconsiderar suas posições.

Preciso ser claro que, como dizem os autores, tudo isso são presunções para guiar o processo de julgamento, não respostas finais. Infelizmente, a conclusão do Pe. Gabriel parece dar uma declaração abrangente de que todos os casamentos civis tentados por católicos são certamente inválidos—uma posição que pode ter consequências terríveis. Reitero que, embora seja muito fácil para duas pessoas casarem-se validamente no civil, cada caso deve ser cuidadosamente examinado. Enquanto persistir a dúvida, o cânon 1014 diz que o primeiro matrimônio deve ser presumido válido e o cânon 1069 proíbe permitir qualquer novo matrimônio, até que o primeiro tenha sido provado, anteriormente e de modo correto e legítimo, como nulo ou já dissolvido. Por quê? Para evitar separar um casal validamente casado e para evitar unir duas pessoas numa vida inteira de adultério! Daí que precisamos ser muito cuidadosos se alguém nos pede para celebrar seu matrimônio com alguém quando um deles já tentou fazer um casamento anteriormente.

Resumindo, o Pe. Gabriel argumenta que aqueles católicos laxos do Novus Ordo que tentam o casamento civil em vez de procurar seu pároco modernista local não se casam validamente, pois o fazem “fora das condições estabelecidas pelo direito canônico”. Ele diz que não pretendem nem um matrimônio católico nem o sacramento. Sua razão é que essas

pessoas poderiam facilmente ter ido a seus sacerdotes modernistas, mas não foram. Ele citou as palavras do cânon 1098, mas, além disso, não ofereceu nenhuma evidência para sustentar sua posição.

Em resposta, devo perguntar: “Esses católicos casaram fora de quais condições estabelecidas pelo direito canônico?” É condição canônica terem que desejar explicitamente um matrimônio sacramental? Não. Provamos que, se o casal trocou consentimento e quis casar, mesmo que pensasse que não seria um sacramento ou que seria inválido ou ilícito, isso não significa, necessariamente, que foi inválido. Quais condições canônicas então? Terem que querer um matrimônio especificamente católico? Não. De fato, mostramos que isso é uma completa novidade; tal exigência não existe! Quais condições? Terem que conhecer o direito canônico e a crise na Igreja? Não é requerido. Demonstramos mais cedo que esse conhecimento subjetivo não é necessário para aplicar o cânon 1098. A verdade é que esses matrimônios não estão fora das condições estabelecidas pelo direito canônico.

Lembrem-se: as condições que realmente se requerem são que não haja párocos, Ordinários ou delegados disponíveis, que esta condição possa ser prudentemente prevista para durar ao menos um mês—objetivamente, como dizem os autores—e que o casal se case diante de duas testemunhas.

Falando em exigências canônicas inexistentes, julgo oportuno tratar aqui de algo que não foi dito na nota pública do padre, mas pode surgir como objeção futura. Em conversa privada sobre certo caso matrimonial, Pe. Gabriel me disse que o próprio Dom Pio havia dito que a união civil prévia de certa pessoa era certamente inválida, porque a pessoa não “procurou prudentemente por um sacerdote” antes de tentar a união.

A essa altura, já havíamos estudado a questão com considerável profundidade e nunca tínhamos encontrado essa exigência em nenhum dos julgamentos oficiais do Santo Ofício ou da Rota Romana; por isso perguntei de onde ela vinha. Disseram que é das próprias palavras do cânon 1098. O cânon, porém, foi propositadamente redigido de modo impessoal para abstrair das partes nubentes quando fala de poder prever prudentemente que a situação de falta de acesso ao clero apropriado continuará por ao menos um mês. O cânon poderia ter sido facilmente redigido de outro modo para exigir que o próprio casal tivesse que fazer uma investigação, mas assim não foi escrito. Há um princípio em direito que diz “Legislator quod voluit expressit, quod noluit tacuit”, ou seja: O legislador declarou o que quis; e calou-se sobre o que não quis declarar.

Por esta mesma razão temos aquela longa lista de 13 excelentes canonistas que encontramos e citamos mais cedo, os quais todos concordam que, ao menos na prática, devemos interpretar esta parte objetivamente, abstraindo de se o casal reconheceu sua situação canônica, pois, como um dos autores assinala, isso está mais de acordo com o seguinte axioma de direito: “Admite-se toda interpretação para sustentar o ato; a interpretação que favorece a validade do ato é a rainha de todas as outras interpretações.” Ora a interpretação subjetiva não favorece de modo algum a validade do matrimônio. Além disso, só porque um matrimônio foi lamentável, isso não significa que possamos presumir que foi inválido. O *Novus Ordo* pode anular esses se quiser.

Finalmente, quanto à própria intenção de casar, demonstramos que, sobretudo para católicos laxos, assim como para acatólicos, a presunção no matrimônio civil é a de que, de fato, tentaram um verdadeiro matrimônio, não uma mera cerimônia civil. Isso é confirmado pelo próprio modo de vida que é geralmente levado posteriormente por esses casais, apesar de qualquer divórcio futuro. A malícia subjetiva de recusar casar diante de quem creem ser seu pároco pode obviamente ser pecado, contudo isso não afeta a validade da cerimônia matrimonial, como nossas citações mostram.

Creio que seria conveniente aqui aduzir uma última citação relevante, que diz respeito a muitas das dúvidas envolvidas nessa objeção. Regatillo estudou a situação da Guerra Civil Espanhola na década de 1930, durante a qual, especialmente na chamada *zona roja*, muitos católicos se casaram perante autoridades militares ou civis, ou mesmo apenas diante de testemunhas. Havia, na época, muitos membros do clero espanhol que consideravam esses matrimônios inválidos, porque tais católicos eram frequentemente rebeldes e não queriam casar-se diante de um sacerdote, ainda que tivessem oportunidade; portanto, não teriam a intenção de contrair um verdadeiro matrimônio, mas apenas um contrato civil.

Com o tempo, o Cardeal Arcebispo de Tarragona levou essa questão à Santa Sé, a saber, o que se devia pensar a respeito dos matrimônios celebrados na Espanha durante a perseguição comunista. Oferecemos nas anotações as citações completas; mas, por brevidade, Regatillo nos relata que o Santo Ofício respondeu, em 1943, o seguinte, a respeito desses matrimônios: deve-se presumir que houve verdadeiro consentimento matrimonial. Se, em algum caso particular, alguém alegar que não houve consentimento ou que este foi simulado, tal coisa deve ser provada por meio do processo judicial ordinário. Se não puder ser provado, o matrimônio deve ser considerado válido.

Aqui não podemos deixar de mencionar que, em geral, quando alguém alega que, em alguma união passada, o consentimento foi, na verdade, simulado, de modo que não se quis realmente contrair matrimônio, mas apenas concubinato, isso deve ser provado mediante um processo judicial estrito na Igreja. Pe. Gabriel afirma claramente que, segundo a consideração que faz dos atos externos do casal, supõe que não houve intenção de casar no caso de um católico que escolhe casar-se no civil. Não parece afirmar que tem certeza de que a intenção de casar falta, mas apenas supõe. Ainda que já tenhamos provado que tal argumento é incorreto, e que a suposição verdadeira é a de que o casal realmente quis casar, consideremos, contudo, por questão de argumento, o que a Igreja faria no caso em que houvesse dúvida sobre simulação do verdadeiro consentimento matrimonial. Obviamente, isso exigiria uma investigação para resolver cada caso. Esse processo é o mesmo a que o Santo Ofício se referiu em sua resposta sobre os matrimônios na Espanha durante a guerra, nos casos particulares em que pudesse haver dúvidas.

Numa investigação desse tipo, a Rota Romana ensina claramente que o tribunal deve, primeiro, estabelecer o motivo pelo qual a pessoa simulou o consentimento matrimonial. Estabelecida a causa, ensinam que a própria simulação deve ser provada pelas circunstâncias anteriores, concomitantes e posteriores ao consentimento—circunstâncias tão precisas e convincentes que o juiz possa adquirir certeza moral do consentimento fingido. Ora, o Papa Inocêncio III ensina que não basta ouvir o testemunho da parte interessada, ainda que diga sob juramento que simulou o consentimento. De modo semelhante, a Sagrada Congregação da Disciplina dos Sacramentos ensinou oficialmente que o depoimento jurídico do marido e da esposa não basta para constituir prova contra a validade do seu matrimônio.

Para ver quão difícil isso é, de fato, na prática, lembremo-nos de que a Rota Romana é o Supremo Tribunal, por assim dizer, para as causas matrimoniais, julgando muitas vezes casos em terceira ou quarta instância. Considerando mais de trinta casos de suposto consentimento simulado entre 1910 e 1928, menos de vinte puderam ser julgados como simulados. Mesmo esses grandes juízes, com todo o seu saber e recursos em Roma, nem sempre conseguiam provar além de toda dúvida que alguém havia fingido consentir no matrimônio. Juridicamente, até que tal prova possa ser feita de modo certo e legítimo, o direito canônico e o Santo Ofício nos dizem que devemos considerar esses matrimônios válidos.

Tendo tudo isso em mente, embora a presunção seja em favor da validade do matrimônio civil em nossas atuais circunstâncias—como mostram nossos numerosos

argumentos e citações—, se alguém quiser alegar que não teve a intenção de trocar verdadeiro consentimento matrimonial em seu casamento civil, digo apenas que devemos ser extremamente cautelosos. Se algo assim já era tão difícil de provar antes do Concílio, mesmo para a Rota Romana, então devemos agir com suprema prudência, sempre preferindo o caminho mais seguro.

Ora, essa foi a última citação que apresentarei nessa parte sobre o argumento do Pe. Gabriel. O restante poderá ser encontrado na versão escrita. Como conclusão, é preciso agora falar sobre o valor de todas essas citações de nosso vídeo. Pe. Gabriel afirmou publicamente em sua carta que tem tentado muitas vezes nos convencer de que as muitas citações que empregamos aqui e em outros lugares são inúteis porque eram para tempos normais ou não encontram base prática para a matéria em pauta. Digam-me, caros fiéis: São inúteis essas citações? Por acaso, elas não têm nada a ver com o que estamos tratando? Esses homens que estudaram tais questões por tantos anos—muito mais do que Pe. Gabriel, eu ou qualquer clérigo da tradição—são inúteis suas palavras? Houve, por acaso, alguma mudança substancial na natureza do matrimônio desde o Vaticano II? Por acaso, não havia também católicos laxos que pecaminosamente escolhiam o casamento civil em vez de uma cerimônia religiosa antes do Concílio?

Temos respostas da Rota Romana, do Santo Ofício e da Sagrada Congregação dos Sacramentos falando de situações extremas, situações de guerra civil, perseguições, missões e outros tempos difíceis. Qual é o propósito de estudar o que autores doutos e Congregações Romanas disseram sobre qualquer coisa, se alguém pode simplesmente rejeitar todas as evidências se elas mostrarem que sua opinião pessoal é infundada?

É assim que os escolásticos argumentavam? É assim que mostramos nosso amor à Santa Madre Igreja e à Tradição? Se nossos adversários podem fazer isso com autoridades tão grandes, por que, então, somos atacados por rejeitarmos o que alguns clérigos tradicionalistas do século XXI ensinam? Se eles podem rejeitar gratuitamente o que dizem essas grandes autoridades, por que nós não poderíamos rejeitar o que dizem nossos adversários—não gratuitamente, mas apoiados por montanhas de evidências?

Acabo de apresentar o argumento do Pe. Gabriel e a refutação completa de cada um de seus pontos. Nada resta de sua argumentação, nem um vestígio de probabilidade. E, ainda que restasse alguma probabilidade de ele estar certo, lembrem-se do que dissemos: pelos princípios da teologia e do direito canônico, é preciso seguir o caminho mais seguro quando se trata dessas questões de matrimônio. Se há qualquer dúvida de que uma pessoa possa ter

tido um matrimônio válido no passado, não se pode permitir um novo matrimônio até que essa dúvida esteja completamente resolvida. Cânon 1069.

Se alguém teve um casamento civil no passado e um sacerdote está convencido de que foi inválido por causa de uma argumentação como a do Pe. Gabriel, tal padre não está livre para declarar nulo o matrimônio e permitir que a pessoa se case de novo, já que sua argumentação não tem valor nem intrínseco nem extrínseco. Não tem valor intrínseco porque aplica erroneamente princípios e faz afirmações gratuitas. Não tem valor extrínseco porque a argumentação não cita uma única autoridade de antes do Concílio Vaticano II para corroborar seu raciocínio.

Quando desafiado pelo que não apenas verdadeiros canonistas e teólogos realmente ensinam, mas também pelo que verdadeiras autoridades da Igreja declararam, Pe. Gabriel simplesmente descartou nossas evidências dizendo que não são práticas ou relevantes para o nosso tempo atual. Um argumento conveniente, eu diria!

Não temos nada de pessoal contra Pe. Gabriel, nem contra nenhum dos clérigos envolvidos, mas, como disse, esta questão agora foi tornada pública. Além disso, as acusações têm sido escandalosas para os fiéis, e os graves erros de nossos adversários precisam ser corrigidos. Como o próprio Pe. Gabriel sabiamente disse, o vínculo que promove a unidade é a verdade.

Nada ganhamos com toda essa divisão. Se estamos errados em nossa prática, pedimos humildemente que nossos adversários refutem completamente o que nós e todos esses canonistas e autoridades estamos dizendo—pois esta é a única maneira pela qual podemos, em boa consciência, praticar o que nossos adversários ensinam. Agora, se estamos certos, damos glória a Deus e a esses grandes autores que já trataram dessas questões antes mesmo de existirmos.

Objeção V: Mas o Catecismo Diz que o Casamento Civil é Inválido!

Esse é o argumento que recebemos do Pe. Cardozo depois de lhe apresentarmos o nosso. É verdade, os fiéis podem encontrar isso em seu catecismo. Por quê? Porque, quando esses catecismos foram publicados, normalmente aqueles que os liam estavam obrigados à forma canônica ordinária: o casamento civil seria, de fato, inválido porque o pároco de alguém estaria tão próximo quanto o posto de gasolina mais próximo está hoje.

Ao ensinar um grande grupo, é importante falar em termos gerais e não entrar em detalhes que se aplicam apenas a casos excepcionais e que confundiriam o conjunto. Além disso, o casamento civil é uma invenção dos inimigos da Igreja. Poderia facilmente escandalizar alguém dizer que o casamento civil pode ser válido para um católico, a menos que se expliquem todas as circunstâncias—especialmente o fato de que isso é apesar da autoridade civil, e apenas em vista do fato de que há dois seres humanos ali capazes de serem testemunhas.

De modo semelhante, nos lugares onde seria provável que os fiéis precisassem fazer uso da forma canônica extraordinária, o missionário ou o catequista local deveria explicar o procedimento, para que os fiéis soubessem como exercer o seu direito de casar.

Já está abundantemente claro, pelo que dissemos antes, que um católico pode casar-se validamente no contexto de uma cerimônia civil. Novamente, o catecismo está ensinando para a população em geral. O cânon 1098, por definição, é uma exceção à regra da forma canônica ordinária. Por razões prudentes, os autores decidiram não mencionar o caso excepcional em que o casamento civil pode, de fato, ser válido.

Uma vez que não resta nada a refutar nesta objeção quanto a argumentos canônicos e teológicos, com base no que já dissemos antes, devo agora tratar de algumas acusações alarmantes que têm sido espalhadas por este membro do clero, a fim de limpar o nome dos frades.

Pouco depois de receber o nosso artigo inicial sobre a questão do casamento civil, ele nos escreveu diretamente nos chamando de hereges. Temos fontes que nos dizem que ele tem dito a grupos de fiéis que pregamos que o casamento civil e o religioso têm o mesmo valor. Obviamente, somos católicos. Heresia é um crime gravíssimo e uma acusação que não deve ser feita levianamente. É o pior pecado que um homem pode cometer, apenas inferior ao ódio a Deus. E quanto a o casamento civil e o religioso terem o mesmo valor —obviamente, não ensinamos isso. Qualquer um que dedique tempo para entender os nossos argumentos verá que é possível casar-se validamente no contexto de um casamento civil. Também é possível que alguém, mesmo sem impedimentos, se case no civil, mesmo hoje em dia, sem casar pelo religioso. Que fique claro: não estou promovendo essas coisas, elas podem facilmente ser pecado! Estou simplesmente considerando se é válido ou não, para ter certeza de não unir duas pessoas em uma vida de adultério ao realizar um falso casamento religioso.

Como se isso não bastasse, ele até começou a nos chamar de cismáticos desde que anunciamos que receberíamos assistência sacramental de Dom Rodrigo da Silva. Ele

considera Sua Excelência cismático porque celebra a liturgia segundo as reformas de São Pio X. Realmente nos tornamos o inimigo público número um, não é?

Pe. Cardozo deveria refletir um pouco mais sobre essa última acusação, porque ela poderia voltar-se contra ele. Se tentar usar a *epiqueia* em nossa crise atual e aplicar a mente benigna de um legislador ausente para rezar a liturgia segundo a reforma de São Pio X torna alguém um cismático, tenho más notícias.

Dom Pivarunas trabalha publicamente com pelo menos dois clérigos—um bispo e um padre—que celebram publicamente a reforma de São Pio X. Em outras palavras, pelos critérios do Pe. Cardozo, Dom Pivarunas é cismático, em comunhão com outros cismáticos. Todos os demais que estão com ele também são cismáticos. Mas quem mais isso inclui? Ah, sim! Dom Pio, que mostrou sua unidade com o cismático Dom Pivarunas na recente conferência de Fátima e com cujos padres o Pe. Cardozo trabalha de perto e cujo seminário ele ocasionalmente visita. Em outras palavras, caros fiéis, Pe. Cardozo, por sua própria lógica, é cismático, fora da Igreja, por causa de sua *communicatio in sacris* com outros cismáticos notórios! Seguindo o raciocínio dele, os leigos da América do Sul deveriam simplesmente ficar em casa e rezar o terço, porque não há mais sacramentos lícitos! Quem sobrou que não é cismático ou herege!? Que absurdo!

Por favor, alguém poderia pedir para ele parar de nos chamar de hereges e cismáticos? A justiça exige que ele faça reparações completas pelo dano injusto causado a tantos fiéis que ficaram completamente escandalizados por essas acusações inventadas.

Não temos nada contra Pe. Cardozo como pessoa. Tive até o privilégio de visitar suas missões várias vezes. Deve ser doloroso ouvir que o Pe. Boaventura e os frades de repente se desviaram e se tornaram inimigos da Igreja, hereges, cismáticos, verdadeiros agentes de Satanás trabalhando pela destruição das almas, culpados de um crime tão horrível que, no passado, seríamos condenados pela Igreja e entregues ao Estado para sermos queimados vivos em praça pública como exemplo para todos. Tudo isso porque simplesmente repetimos os ensinamentos de verdadeiros canonistas e teólogos e autoridades sobre um problema que já existia antes do Concílio Vaticano II. É assim que promovemos a unidade entre o clero?

Objeção VI: Um Ensino Interessante dos Bispos Brasileiros em 1950

Agora que já tratamos dos vários argumentos apresentados por nossos adversários, mostrando que não há neles a menor substância, gostaria de apresentar uma objeção mais

sólida que poderia ter sido feita por eles. Eu poderia ter omitido essa parte, mas penso que é importante tratá-la de antemão, pois, em minha opinião, até hoje, é a única objeção que tenta fundamentar-se na prática da Igreja antes do Concílio.

No parágrafo número 441 de seu documento chamado *Carta Pastoral Coletiva*, os bispos do Brasil reafirmaram o ensinamento do cânon 1098 sobre a forma canônica extraordinária do matrimônio. No entanto, afirmaram algo digno de nota em sua explicação. Os bispos ensinaram que, para que o matrimônio celebrado na forma extraordinária seja válido, as partes que contraem devem saber que podem assim casar-se pelo religioso e receber o sacramento.

Antes de abordar cada ponto dessa citação, precisamos ter algum contexto a respeito de toda a *Carta Pastoral Coletiva* em si. Não se trata de um documento de algum concílio de bispos. O último concílio desse tipo no Brasil foi o *Concílio Plenário Brasileiro* de 1939, cujos decretos foram aprovados pela Santa Sé antes de serem promulgados, conforme exige o direito canônico. A *Carta*, porém, sendo apenas uma carta pastoral assinada por muitos bispos, nunca recebeu aprovação da Santa Sé. Lembrem-se disso; isso se tornará relevante mais adiante.

A *Carta Pastoral* foi feita para atualizar a anterior, que havia sido elaborada antes do novo código de direito canônico. Foi também oferecida como um complemento ao *Concílio Plenário Brasileiro*. Na introdução, os autores deixaram muito claro que foi escrita em estilo popular, para o povo e para o clero em geral. Não há dúvida quanto às boas intenções desses bispos em defender e aplicar as leis da Santa Madre Igreja na terra da Santa Cruz. No entanto, para oferecer contexto a certas distinções que precisaremos fazer aqui, será necessário tratar brevemente de um caso histórico de bispos que não foram zelosos pelas leis e pela autoridade da Santa Sé. Assim, veremos com maior clareza os limites da autoridade episcopal no direito eclesiástico.

Sabemos que os galicanos foram condenados, entre outras coisas, por tentarem sustentar algum tipo de independência e superioridade das leis e costumes dos bispos locais da França sobre a suprema autoridade do Papa. Além das várias condenações do galicanismo, temos também uma expressão claríssima da supremacia papal na legislação eclesiástica refletida no direito canônico.

Falando particularmente da legislação matrimonial, temos o cânon 1039, que ensina que os bispos diocesanos, em certos casos, podem proibir matrimônios, mas apenas por um tempo, por uma causa justa e somente enquanto a causa durar. Parece bastante razoável,

certo? Por exemplo, o bispo deseja evitar casamentos escandalosos, então proíbe que os casamentos sejam celebrados durante o tempo do carnaval.

Agora, para entender a supremacia da autoridade papal na questão, devemos ouvir o parágrafo dois do mesmo cânon. Ele diz: “Somente a Sé Apostólica pode acrescentar uma cláusula de invalidade à proibição.” Em outras palavras, no exemplo que dei, se alguém realizasse o casamento proibido durante o carnaval, seria pecado mortal, mas não seria inválido em razão da lei do bispo. Apenas pela autoridade do Papa tal lei poderia ser feita de modo que invalidasse o matrimônio.

Voltando à questão do parágrafo 441 da *Carta Pastoral Coletiva*, vemos, infelizmente, que, além das condições requeridas para a forma canônica extraordinária segundo o cânon 1098, os bispos brasileiros ensinaram—não com a vontade rebelde dos galicanos, mas talvez por algum descuido—que o casal que se casa deve saber que assim pode casar pelo religioso e receber o sacramento.

Em nenhum lugar do direito canônico essas condições podem ser encontradas. Poder-se-ia talvez argumentar que os bispos estavam simplesmente repetindo o que já havia sido decidido no passado, visto que a *Carta* pretendia ser um complemento ao *Concílio Plenário Brasileiro* de 1939. Se esse concílio já tivesse promulgado essas condições, então a *Carta* não necessitaria de nova autoridade, visto que os decretos do concílio foram aprovados pela Santa Sé. Como poderia alguém contradizer à autoridade da *Carta Pastoral* se está apenas repetindo algo já decretado pelos bispos em concílio e aprovado pela Santa Sé?

Tudo isso pode ser resolvido de modo bastante simples consultando os próprios decretos do concílio de 1939. Em sua seção sobre a forma canônica extraordinária do matrimônio, não se diz nada sobre essa nova condição mencionada na *Carta* de 1950. Nosso problema retorna.

Mas não fiquem apenas com a minha palavra. Ouçamos o que verdadeiros canonistas brasileiros da época tinham a dizer sobre essa mesma questão. No ano seguinte à publicação da *Carta*, o Pe. Pacômio Thieman, OFM, canonista que escreveu artigos a respeito do cânon 1098, publicou um texto na *Revista Eclesiástica Brasileira* sobre o exato problema que mencionei. Eis o que ele diz:

“O trecho do n. 441 da Past. Col. está, pois, completamente errado. Erro lamentável que, em vista da autoridade quase oficial que muitos atribuem à C. P. C., devia ser oficialmente e quanto antes corrigido. Pois poderia acontecer que pastores de almas, baseados na autoridade da C. P. C, aprovem e assistam a matrimônios de pessoas impedidas pelo

impedimento "ligaminis", ou que, ao menos (visto que o matrimônio goza do favor do direito), devem ser consideradas, no foro interno e externo, como casadas.”

Aqui temos o caso: um frade franciscano, no Brasil, antes do Concílio, apontando o perigo de adultério se o clero seguisse os ensinamentos errôneos dos bispos. Hmm. Evidentemente, seria intolerável que um canonista de tantos anos escrevesse — e que uma revista clerical de renome nacional aceitasse publicar — uma exigência de que os bispos corrigissem seu ensinamento sobre o matrimônio, a menos que houvesse um erro gravíssimo, com risco de grande dano ao bem comum.

Apenas dois anos depois, em 1953, temos ainda outro frade, o Pe. Aleixo Voelkert, também franciscano, que escreveu para a *Revista Eclesiástica Brasileira*. Naquela época, ele já tinha quase vinte anos de experiência ensinando direito canônico e teologia moral. Da mesma forma, já era um autor prolífico, com muitas obras publicadas. Eis parte do que ele disse sobre nossa questão na *Carta*:

“De forma alguma é admissível que [os bispos brasileiros] queiram introduzir leis e modificações contrárias às leis e determinações universais da Igreja, para o que, aliás, lhes falta o poder e competência.”

Há ainda uma citação da mesma revista que penso que deve ser considerada. Alguns anos depois, sobre o mesmo tema, o Pe. Edgar Franca escreveu:

“Além disso, como está vazado, o disposto na Pastoral estabelece cláusula irritante (i.e., invalidante); tal cláusula, contrariando direito estabelecido e assegurado no cân. 1098, que, como vimos, não restringe mas amplia o exercício do direito de casar-se, a meu ver, escapa à competência da autoridade inferior à suprema (cf. cân. 1039§2 e 2296§1); note-se que a legislação da Pastoral, ao contrário da de um concílio plenário ou provincial, não é submetida à aprovação da Sé Apostólica (cân. 291§1), o que a um concílio confere, de certo modo, o caráter de lei pontifícia embora particular (cf. rubrica do Título VII, Livro II do *Codex Iuris Canonici*).”

“Finalmente, aquela disposição não urge em caso de dúvida de direito (cân. 15); que haja dúvida de direito, parece evidente, por desvirtuar-se o disposto na lei comum.”

Em resumo, por uma razão ou outra, os bispos do Brasil decidiram ensinar essa nova condição em 1950 numa carta pastoral. Apesar de suas boas intenções, sem a aprovação da Santa Sé, eles não podiam criar novas leis invalidantes a respeito do matrimônio. Isso não é apenas a nossa análise setenta e cinco anos depois, mas, sobretudo, é o que canonistas doutos perceberam e contestaram na época.

Mesmo que houvesse alguma dúvida na matéria, o cânon 15 ensina claramente que, nesses casos, tal lei não obriga—de modo que é seguro ignorá-la. Por uma razão ainda mais ampla, essa questão pode ser ignorada se recordarmos o segundo argumento que apresentamos na Parte III, ou seja, a resposta dada pelo Santo Ofício sobre a crise na China.

Segundo esse decreto, em nossa crise atual, os católicos não estão obrigados a qualquer forma canônica—seja ordinária ou extraordinária. Isso significa que, ainda que essa lei brasileira fosse certamente válida antes do Concílio, na presente crise ela já não teria aplicação.

Parte V: Conclusão

Rezo para que tenhamos nos expressado claramente na exposição de nossa posição, a qual mal posso chamar de nossa, já que é simplesmente o ensinamento de tantos autores. Também rezo para que, sem querer faltar com respeito ao clero, esteja claro que aqueles que atacam nossa posição não têm base sólida. Eles nos acusam de novidades e, eis, mostramos que são eles que estão inventando novidades enquanto nós mantemos o que o direito canônico e tantos de seus expositores ensinam. Em tudo o que disse, não estou imputando má vontade alguma, estou simplesmente relatando os fatos externos e analisando os argumentos apresentados.

Quero também enfatizar que, durante todo este tempo, o que nos interessou foi estudar a possível validade do casamento civil; de modo algum ensino aos nossos fiéis a casarem-se apenas civilmente e voltarem para que eu registre o matrimônio em nosso livro. Na verdade, eu me preocupo em como julgar, por exemplo, o caso de modernistas que tentaram casar-se no civil, divorciaram-se, converteram-se e agora desejam um novo cônjuge.

Essas questões são de suma importância. Como disse no início, sobre os sacramentos duvidosos, duas pessoas podem discordar em ordem especulativa, ou seja, teoricamente, quanto a se um determinado sacramento é válido ou não. Mas na prática, cada um pode seguir livremente a sua própria opinião? Um casal se aproxima de um sacerdote e pede para casar, só que a mulher já contraiu uma união civil anterior e seu suposto marido ainda vive. Se esse sacerdote discorda de nossos argumentos, isso torna certo casar esse novo casal? Isso torna menos pecado arriscar o adultério? O cânon 1069 diz que um segundo casamento pode ser permitido somente quando se tenha primeiro provado certamente, de forma correta e legítima, que o primeiro foi nulo ou já dissolvido.

Tudo isso quer dizer, caros fiéis, que, se quisermos aderir à Santa Madre Igreja e a seus ensinamentos, devemos seguir o caminho mais seguro no que diz respeito ao julgamento de casos matrimoniais. É por defender esses princípios fundamentais que membros do clero estão nos acusando de sermos “intolerantes”.

Novamente, se em seus argumentos eles puderem destruir todas as nossas evidências e citações completamente de tal modo que não reste uma única dúvida prudente em favor da validade do casamento civil para católicos, então—e somente então—segundo o direito canônico, é seguro considerar permitir um segundo casamento. Até lá, não pode haver questão de liberdade de opinião na prática. Essa é a verdade. Só que, até agora, nossos adversários ainda não forneceram um único argumento convincente que oferecesse sequer uma leve probabilidade em favor de sua opinião.

Somos humanos; todos podemos errar. Aceito o fato de que podemos estar errados. Até lá, porém, devemos seguir o que a Igreja nos diz para fazer. Não apenas eu, mas todos nós, sacerdotes.

Peço que compreendam que não queremos divisão nem disputas. Isso nunca deveria ter sido um debate público. Novamente digo que estamos contentes com nosso convento e capela; não planejamos interrogar os fiéis de outras missões sobre seus casamentos. Mas, por favor, não exijam que aceitemos uma posição errônea. Durante todo esse tempo de discussão, nunca falamos a nenhum fiel que deveria deixar de receber sacramentos pelas mãos dos clérigos que estão contra o que ensinamos. Se esses clérigos são católicos e válidos, e se não vai ter nenhum dano grave para o fiel, não devemos proibir que os fiéis vão para suas capelas.

Antes dessa questão do casamento civil, houve uma grande unidade entre nós clérigos. Depois dos acontecimentos que relatei, nós frades e nossos fiéis ficamos, infelizmente, totalmente isolados. Mas, para restaurar essa unidade, não podemos ser obrigados a ignorar o que a Igreja e tantos autores sérios já ensinaram sobre essa questão, pois ceder a isso seria pecar por respeito humano. Como disse o Padre Gabriel “o vínculo que promove a unidade é a verdade.”.

Queremos profundamente poder voltar àquela tranquilidade que existia entre nós antes de toda essa confusão, especialmente pelo bem dos fiéis inocentes que tanto se escandalizam quando veem tanta discórdia entre os poucos clérigos válidos que temos aqui na América do Sul.

Finalizamos com um humilde pedido a nossos adversários: Se estamos errados, por favor, nos mostrem quando a Igreja condenou ou ao menos revogou completamente o que o Santo Ofício, a Sagrada Congregação dos Sacramentos, a Rota Romana e todos esses moralistas e canonistas renomados a quem seguimos disseram. Se não podem fazê-lo, porém, por que criar toda essa divisão?

Tendo exposto o que julgamos ser mais que suficiente para o propósito desse vídeo, exortamos agora todos os fiéis a recorrerem à nossa Santíssima Mãe, para que essas inquietantes confusões cheguem a um fim pacífico; pois sabemos que nunca se ouviu dizer que nenhum daqueles que a Ela recorreu, implorou o Seu auxílio ou pediu a Sua intercessão tenha sido por Ela desamparado. Façamos, portanto, as pazes!

BREVE NOTA SOBRE AS FONTES

Antes de prosseguirmos à transcrição e às fontes, faz-se necessário uma breve nota sobre as autoridades citadas, a fim de que possam entender devidamente a seriedade delas.

Estando a sede da Santa Igreja em Roma, é muito natural que também ali se encontre o centro de toda a autoridade doutrinal e que os centros de formação clerical de Roma gozem de grande preeminência em relação às demais. Dentre tais centros, porém, destaca-se sobretudo a Pontifícia Universidade Gregoriana, apesar de outros centros serem também de enorme prestígio, como o Angelicum, a Lateranense e a Urbaniana.

É interessante notar que algumas das principais figuras iniciais do tradicionalismo estudaram ou lecionaram em Roma, sobretudo na Gregoriana:

Dom Marcel Lefebvre: estudou na Gregoriana;

Dom Antônio de Castro Mayer: estudou na Gregoriana;

Dom Guérard des Lauriers: foi membro do Angelicum e professor na Lateranense.

Dom Thuc: estudou em Roma;

Sanz y Arriaga: tem 2 de seus doutorados assinados pelo reitor da Gregoriana.

Grande parte das citações que apresentamos são de teólogos que também estudaram ou lecionaram em Roma, sobretudo na Gregoriana. Os principais: Bender, Bidagor, Cappello, Coronata, Gasparri, Merkelbach, Prummer, Regatillo, Risk, James E., Segura Elizmendi, Vermeersch, Wu, entre outros.

Tornaria-se extremamente exaustivo descrever a imensa autoridade de alguns desses ilustres teólogos. O Cardeal Gasparri coordenou a codificação do Código de 1917 e dispensa apresentações, Bidagor foi decano de Direito Canônico da Gregoriana, Vermeersch era consultor de várias Sagradas Congregações, Cappello, dentre várias outras coisas, fazia parte da comissão pontifícia encarregada de vigiar os tribunais em decisões matrimoniais...

Como mencionamos alguns doutorados obtidos na Catholic University of America (CUA) — em especial um sobre a forma canônica e outro especificamente sobre o cânon 1098 —, faz-se necessário declarar, ainda que brevemente, a autoridade dessa instituição. O renomado moralista Francis J. Connell e Mons. Joseph Clifford Fenton foram decanos da CUA, e Fulton J. Sheen integrou seu corpo docente.

Gostaríamos também de destacar que o Pe. Martin Stepanich, OFM, conhecido sedevacantista e autor de relevante contribuição para a correção de problemas no meio tradicional, doutorou-se em Teologia nesta Universidade.

Além disso, gostaríamos de destacar que procuramos, na medida do possível, indicar o link dos livros que podem ser encontrados online. Para não poluir o texto, optamos por não apresentá-los em forma de hiperlink a não ser nos casos necessários; basta, porém, clicar no nome da obra para acessá-la.

Dada esta breve nota, podemos passar, portanto, à exposição das fontes.

FONTES DE NOSSOS ARGUMENTOS

Parte I: Introdução

[Clarification With Regard To The Recent Announcement Made By The Franciscans In Brazil](#)

- Bp. Mark Anthony Pivarunas

[UM ALERTA DE CALÃO PESSOAL](#) - Pe. Gabriel Maria Graciani Rodrigues

[Fundação Mater Dei - Nota de Esclarecimento](#) - Pe. Gabriel Maria Graciani Rodrigues

Parte II: Noções Preliminares

Capítulo I: Da Natureza do Matrimônio como Contrato e Sacramento

Deus é o autor do Matrimônio:

Catecismo de São Pio X: “827) Por quem foi instituído o Matrimônio? O Matrimônio foi instituído pelo próprio Deus no Paraíso terrestre; e no Novo Testamento foi elevado por Jesus Cristo à dignidade de Sacramento.”

Tractatus Canonico-Moralis de Sacramentis, Vol. V, 1950, Cappello, n. 17:

(...) Ergo si Deus voluit finem, i. e. generis humani conservationem et propagationem, medium quoque aptum ipse necessario voluit, i. e. matrimonium. Itaque Deus, qua naturae auctor, matrimonium instituit ad humanum genus conservandum et propagandum.

2. At non solum ut auctor naturae Deus matrimonium instituit et per lumen rationis hominibus promulgavit, verum etiam in paradiso terrestri, ante lapsum protoparentum, positiva lege illud sancivit: «Deus masculum et feminam creavit eos, benedixitque illis Deus, et ait: crescite et multiplicamini»; — «Dixit quoque Dominus Deus: Non est bonum esse hominem solum; faciamus ei adiutorium simile sibi».

Adam divini spiritus instinctu haec verba protulit: «Hoc nunc os ex ossibus meis et caro de carne mea; quamobrem relinquet homo patrem suum et matrem et adhaerebit uxori suae, et erunt duo in carne una».

Hinc merito Innocentius III ait: «Matrimonium ante peccatum in paradiso a Domino institutum est».

Leo XIII, matrimonii institutione atque origine egregie exposita, concludit: «Matrimonium non voluntate hominum, sed auctoritate nutuque Dei fuisse initio constitutum».

Doctrina haec egregie traditur a Pio XI in cit. Encycl. «Casti connubii».

Cristo não mudou o contrato, mas apenas o elevou à dignidade de Sacramento.

“Canon 1012: *Christus Dominus ad sacramenti dignitatem evexit ipsum contractum matrimonialem inter baptizatos.*”

Tractatus Canonicus de Matrimonio, Vol. I, 1904, Card. Gasparri, n. 27 e n. 30:

Imo ipsi contractui matrimoniali indidit vim producendi ex opere operato hanc gratiam «quae naturalem illum amorem perficeret, et indissolubilem unitatem confirmaret», ut ait Conc. Trid., sess. XXIV, De matrimonio.”

(...)

2º Christus Dominus, elevans ad dignitatem veri Sacramenti matrimonium baptizatorum, non mutavit naturam contractus, sed mutavit ordinem, quatenus illud reddidit supernaturale, ei adnectens vim producendi gratiam ex opere operato, ita ut matrimonium baptizatorum sit contractus supernaturalis, dum matrimonium non baptizatorum est contractus naturalis, etsi et ipse sacer et religiosus.

Pe. Wu, em sua obra de doutorado na Urbaniana chamada *De Forma Canonica Extraordinaria Celebrationis Matrimonii (Can. 1098 CJC.)* n. 130, diz que a Igreja nunca mudou a matéria e forma do matrimônio e que *nem pode* mudar. Por mérito dessa obra, ele foi aprovado pela universidade pontifícia Urbaniana e recebeu seu doutorado em direito canônico.

“Hoc est de matrimonio in genere, sed etiam valet de sacramento matrimoniali. Nam Christus Dominus non mutavit, sed tantum «ad sacramenti dignitatem evexit ipsum contractum matrimonialem inter baptizatos»; quatenus scilicet illud reddit supernaturale, ei adnectens vim producendi gratiam ex opere operato, ita ut matrimonium baptizatorum sit contractus supernaturalis; neque tamen Ecclesia mutavit vel mutari (sic) potest materiam et formam ipsius contractus (...)”

Summa Theologiae Moralis Vol. III, Merkelbach, n. 787: “*Sacramentum matrimonii nihil aliud est quam contractus elevatus ad dignitatem sacramentalem.*”

Cappello, o.c., n. 2 e n. 28:

“a) Dicitur *contractus*, quia matrimonium est vera et proprie dicta conventio bilateralis inter marem ac feminam.

Quae contractus natura ex eiusdem elevatione ad sacramentalem dignitatem nullatenus sublata aut immutata fuit.”

(...)

“IV. Christus D., cum ad sacramenti dignitatem evexit matrimonium baptizatorum, nequaquam mutavit *naturam* contractus, sed solum eiusdem *ordinem* mutavit, quatenus illum *supernaturalem* reddidit, vim producendi gratiam ex opere operato ei attribuens; ex quo fit ut matrimonium inter baptizatos sit contractus *supernaturalis*; contra, matrimonium infidelium, contractus *naturalis*, quamvis vel ipse sacer et religiosus.”

Institutiones Iuris Canonici: De Sacramentis, Vol. III, 1945, Coronata, n. 15:

Dicemus proinde inter fideles contractum matrimonialem a sacramento Matrimonii realiter non distingui, sed solummodo ratione cum fundamento in re.

(...)

Cum sacramentum Matrimonii sit ipse contractus matrimonialis fidelium sequitur sacramentum sempre valide confici quando validus matrimonialis contractus initur et eodem modo fit sacramentum quo fit contractus.”

No terceiro tomo de seu *Manuale Theologiae Moralis* (1955), em Tract. X, Cap. II, Art. II., citando Bento XIV, Prummer—que recebeu seu doutorado no Angelicum em Roma—ensina que a matéria e forma do sacramento do Matrimônio é a mesma matéria e forma do contrato matrimonial.

“Cum sit certum in christiano matrimonio sacramentum esse inseparabile a contractu, ita ut, quoties contractus matrimonialis valide ineatur inter christianos, toties adsit sacramentum matrimonii, hinc materia et forma sacramenti matrimonii eadem est ac materia et forma contractus matrimonialis, seu ut dicit Benedictus XIV in Const. ‘Paucis’ d. 19 Maii 1758: ‘Legitimus contractus materia insimul et forma est sacramenti matrimonii.’

Logo depois ele aprova a sentença de Billuart que diz: *“Sacramentum matrimonii nihil est aliud quam contractus civilis elevatus ad esse sacramenti, nulla mutatione facta circa materiam et formam.”*

Entre batizados, ou há matrimônio sacramental, ou nada:

Cânon 1012 §2: *“Quare inter baptizatos nequit matrimonialis contractus validus consistere, quin sit eo ipso sacramentum.”*

Felix M. Cappello foi um dos canonistas mais renomados do século passado. Foi professor na Gregoriana de 1920 até 1959, tinha três doutorados (Filosofia, Teologia, e Direito Canônico), era consultor de quatro Congregações Romanas, e membro de quatro Comissões Pontifícias (dentre elas, uma para a supervisão de tribunais matrimoniais). A seguinte citação é de seu *Tractatus Canonico-Moralis de Sacramentis, Vol. V*:

“Exinde sponte deducitur, inter christianos, etiam haereticos vel schismaticos aut apostatas, haberi non posse validum contractum matrimonialem, quin simul habeatur matrimonii sacramentum, i. e. sacramentum non haberi nisi adsit validum matrimonium atque vicissim matrimonium non esse, nisi validum existat sacramentum. «*Quare inter baptizatos nequit matrimonialis contractus validus consistere, quin sit eo ipso sacramentum*» (can. cit. §2).”

Catecismo de São Pio X:

“830) No Matrimônio cristão, poder-se-ia separar o contrato do Sacramento? Não. No Matrimônio entre cristãos o contrato não se pode separar do Sacramento, porque para eles o Matrimônio não é outra coisa senão o mesmo contrato natural, elevado por Jesus Cristo à dignidade de Sacramento. 831) Então, entre os cristãos não pode haver verdadeiro Matrimônio que não seja Sacramento? Entre os cristãos não pode haver verdadeiro Matrimônio que não seja Sacramento.”

Matthaeus Conte a Coronata, OFM Cap., é um dos canonistas mais renomados do século passado. Suas obras são constantemente citadas nos principais manuais de Teologia Moral e Direito Canônico, e também foram altamente elogiadas em Revistas Eclesiásticas de muita fama, como *Divus Thomas*¹, *Angelicum*², e até mesmo na *Gregorianum*³. Sua obra *Institutiones Iuris Canonici* é extensíssima e, no volume III do *De Sacramentis*, ele discorre quase 1000 páginas sobre matrimônio (sem contar o apêndice com documentos e formulários matrimoniais). A seguinte citação é deste mesmo volume: “*Christus Dominus ad sacramenti dignitatem evexit ipsum contractum matrimonialem inter baptizatos. — Quare inter baptizatos nequit matrimonialis contractus validus consistere, quin sit eo ipso sacramentum.*”

4. Intenção necessária para ministrar Sacramento validamente:

Cappello, o.c., Vol. I, 1953, n. 40:

Quaenam intentio requiratur et sufficiat in ministro. — 1. Ad valorem sacramenti non requiritur intentio actualis, nec sufficit habitualis et eo minus interpretativa, sed requiritur saltem et sufficit virtualis. Requiritur profecto, quia sine intentione saltem virtuali, humanus actus, et ideo sacramentalis actio, haberi non potest; sufficit autem, quia, ea intentione posita, actio sacramentalis habetur.

Coronata, o.c., Vol. I, n. 56: “*Unde doctrina communis est ad sacramenta conficienda in ministro eam requiri et sufficere intentionem quam virtualem diximus; quia qui cum tali intentione agit, humano utique modo operatur estque et vere dicitur causa actionis.*”

Santo Afonso é Doutor da Igreja e suas obras de Teologia Moral são famosíssimas, dispensando apresentações. Ensina em sua obra *Theologia Moralis*, Vol. 3, lib. 6, de Sacramentis, n. 18: “*Dicendum 3º. Sufficere ut minister habeat intentionem virtualem; quia per hanc ille vere operatur humano modo, cum talis intentio sit vera causa actionis. — Idque pariter commune et certum est (...)*”

Explicação do Cappello sobre intenção virtual, o.c., Vol. I, n. 39:

¹ *Divus Thomas*, Vol. 37 (1934), p. 610 “Il nome del P. M. da Coronata è noto come quello di uno dei più distinti canonisti dei nostri giorni” Tradução: “O nome do Rev. Pe. M. da Coronata é reputado como o de um dos mais eminentes canonistas de nossos tempos.”

² *Angelicum*, Vol. 26, No. 1 (Jan.-Mart. 1949), p. 73. “Qua benevola acceptatione, quove unanimi Canonistarum plausu exceptae fuerint (...)” Tradução: “Com quão benevolente aceitação, e com quão unânime aplauso dos canonistas tenham sido acolhidas (...)”

³ *Gregorianum*, Vol. 30, No. 1/2 (1949), p. 245. “Abundantia doctrinae et usualis applicationis hic commentarius non facile vincetur” Tradução: “A abundância doutrinal e a aplicação usual deste comentário fazem com que ele não seja facilmente superado.”

Dicitur *virtualis*, si existit hic et nunc ac revera in opus influit, at non advertitur dum opus ponitur.”

(...)

“Proinde sacerdos, qui, mane elicit intentione Sacrum faciendi, ecclesiam adit, sacris vestibibus se induit aliaque peragit, quin *actu* cogitet de Missa celebranda, dicitur habere intentionem virtualem; contra, si idem sacerdos *actu* cogitat de Sacro faciendo, intentionem habet actualem. Exinde discrimen patet inter utramque. Actualis duo importat, scil. *voluntatem* et *attentionem* seu reflexam considerationem actionis, quae peragitur; virtualis importat solum voluntatem, non vero attentionem ad hanc ipsam voluntatem et actionem ab ea procedentem.

Explicação do Coronata, o.c., Vol. I, n. 53:

Virtualis intentio ea dicitur quae aut reflexe aut directe actualiter habita initio operis, quod intenditur, non fuit quidem retractata, at non fuit de novo elicit, sed potius non amplius fuit ab agente percepta; de facto tamen in agente ad opus perficiendum influit. Exemplum afferunt sacerdotis qui vocatus ad confessiones audiendas confessionale ingreditur cum intentione saltem directa actuali absolvendi poenitentes cum debitis dispositionibus accedentes; deinde in decursu actionis fatigatus, distractus poenitentes absolvit. Evidenter haec intentio influit humano modo etiam in absolutiones distracte concessas.

St. Afonso, loc. cit., n. 15: “*Virtualis demum est, cum quis, licet hic et nunc non intendat actualiter conficere sacramentum, agit tamen virtute actualis intentionis habitae: prout si quis habens intentionem sacramentum Eucharistiae conficiendi, adeat ecclesiam, dicat Missam et consecret.*”

5. Os próprios nubentes, e não o Padre, são ministros do Sacramento do Matrimônio:

Catecismo de São Pio X: “833) *Quem são os ministros do Sacramento do Matrimônio? Os ministros deste Sacramento são os mesmos esposos, que reciprocamente conferem e recebem o Sacramento.*”

Cappello, o.c. Vol. V, n. 32:

“**Ministri.** — 1. Indubitatum omnino est, non sacerdotem, sed ispos **contraentes** esse *ministros* sacramenti matrimonii. Ratio, quia contractus matrimonialis, ut supra dictum fuit realiter a sacramento non differt, et ideo qui efficiunt contractum, efficiunt quoque sacramentum.

Quae doctrina ita certa est, ut non immerito *proxima fidei* a nonnullis dicatur, tot tantisque S. Sedis declarationibus attentis, et contraria opinio, quam olim duce praesertim Melchior Cano quidam Doctores propugnabant, tamquam prorsus obsoleta habenda sit.

A fortiori id iure novo dicendum est, si mature considerentur praescripta canonum 1012, 1081, 1091, 1099, 1135, 1136.”

6. Matéria e forma do matrimônio:

É interessante notar que, após olhar em vários manuais, não encontramos a sentença

expressa pelo Pe. Gabriel (nem mesmo entre as sentenças apresentadas pelos autores como errôneas) no documento “UM ALERTA DE CALÃO PESSOAL”. Afirmou-se que a matéria é a “entrega mútua dos direitos conjugais e aceitação dos deveres matrimoniais”, enquanto que a forma seria a “aceitação mútua”.

Coronata, o.c. Vol. III, n. 17:

“Verba igitur seu nutus quibus et quatenus corporum traditionem exprimunt materia sacramenti sunt; quatenus vero mutuae traditionis acceptationem seu ratihabitionem exprimunt sunt forma hujus sacramenti.”

Cappello, o.c., Vol. V, n. 30-31:

“Quinta demum sententia docet verba seu signa, quibus exprimitur consensus, sub diversa consideratione spectata simul esse materiam et forma; scil. quatenus continent traditionem corporum, ea habere rationem materiae, quatenus sunt acceptio huius traditionis, habere rationem formae. In hac sententia materia *remota* non sunt *proprie* corpora contrahentium, sed potius est ius in corpus alterius; *proxima* sunt verba, signa, etc. exprimentia consensum quatenus iuris traditionem important.

Ita sentiunt plerique DD., inter quos praeeminent S. Bellarminus, Suarez, Sanchez, Bonacina, Salmant., Bussembaum, Lugo, Schmalzgr. aliique.

Haec sententia, longe communior apud veteres theologos, hodie communis est eaque certa dicenda.”

Gasparri, o.c., Vol. I, n. 34:

Deinde theologi valde haerent in materia et forma determinanda. Certe cum ipse contractus validus sit Sacramentum, necesse omnino est materiam et formam Sacramenti in ipsomet contractu valido reperiri. At vero postea DD. minime inter se conveniunt in quonam reponenda sint. Praeferimus illos, qui dicunt materiam esse mutuum corporum traditionem; formam esse mutuum corporum acceptationem; et utramque in verbis, signis, nutibus consensum matrimonialem exprimentibus, contineri sub alia et alia ratione; nam acceptatione completur contractus et ideo Sacramentum, et proinde tunc verificatur illud: *accedit verbum ad elementum, et fit Sacramentum*. Ad rem Benedictus XIV in Epistola ad Archiepiscopum Goanum, 19 mart. 1758 (Alleg. VII): ‘Mutua nempe ac legitima corporum traditio, verbis ac nutibus, interiorem animi assensum exprimentibus, materia; et mutua pariter ac legitima corporum acceptatio, forma’.

Merkelbach, o.c., Vol. III, n. 787-788:

Thesis II. Partes constitutivae, seu materia et forma sacramenti, sunt elementa constitutiva ipsius contractus, scil. mutua traditio et acceptatio corporum verbis aut signis expressa. — Est sententia hodie quasi communis.

Probatum: Sacramentum matrimonii nihil aliud est quam contractus elevatus ad dignitatem sacramentalem; ergo ea est materia et forma sacramenti quae contractus. Atqui in contractu traditio rei seu consensus in traditionem exterius expressus est materia; acceptatio seu consensus in acceptationem exterius expressus est forma. Ergo ita in sacramento matrimonii. Et sane: elementum determinabile habet rationem materiae, elementum determinativum rationem formae; sed in contractu oblatio seu traditio est quid determinabile quo incohatur, completur autem in ratione perfecti contractus per acceptationem quae sese habet ut elementum determinativum; ergo traditio est materia, acceptatio forma.

(...)

Animadversio. — Consensus, ut causans vinculum conjugale, est causa efficiens matrimonii; ut determinans traditionem compartis, est forma; ut traditio determinanda ab acceptatione compartis, est materia sacramenti.

Theologiae Moralis Summa, Vol. III, 1954, Regatillo e Zalba, n. 748: “Materia et forma sacramenti. Sex sententias enumerat Sánchez, 1.2 d.5. Communior et probabilior videtur haec: Materia sunt verba vel signa quatenus tradunt jus; forma, quatenus acceptant. Haec indicatur a Bened. XIV, Const. Paucis 19 mar. 1758.”

Teologia Moral para Seglares, Tomo II, 1961, Royo Marín. Apesar de seu manual ser feito para leigos (nem trata, por exemplo, de leis eclesiásticas), é um manual que possui certa riqueza de informações e é um dos principais usados para a formação em teologia moral no Seminário Mater Dei em Argentina de Dom Júlian Espina e Dom Pio Espina. Segue-se a citação do parágrafo n. 472 de sua obra sobre esse assunto: “Conclusión. La materia próxima del sacramento del matrimonio consiste en la mutua entrega de los cuerpos manifestada por las palabras o signos equivalentes, y la forma, en la mutua aceptación de los mismos expresada del mismo modo.”

Prummer, o.c., Vol. III, Tract. X, Cap. II, Art II:

Materia proxima sunt signa vel verba, prout exprimunt *traditionem corporum*, vel, quod idem est: consensus, quatenus exprimit reciprocam traditionem. Ita sententiam longe communior, quam tenent e. gr. Billuart, Dom. Soto, Bellarminus, Suarez, Christ. Pesch, De Smet alique.”

(...)

“Forma est *mutua acceptatio huius traditionis exterius manifestata*. Ita iterum sententia communis, quam tenent iidem auctores citati. — Optime de hac re scribit Billuart: ‘Sacramentum matrimonii nihil est aliud quam contractus civilis elevatus ad esse sacramenti, nulla mutatione facta circa materiam et formam...’

O consentimento expresso por sinais basta para a validade:

Os autores são unânimes em expressar que o uso de palavras não é necessário para a validade. O cânon 1088 §2 proíbe o uso de sinais equipolentes apenas quanto à licitude: “*Canon 1088 §2: Sponsi matrimonialem consensum exprimant verbis; nec aequipollentia signa adhibere ipsis licet, si loqui possint.*”

Abaixo algumas fontes que dizem e explicitam o mesmo:

Catecismo Romano (1907), pars II, caput VII, quaestio VII: “*Sed verborum loco tum nutus et signa, quae intimum consensum aperte indicent, satis ad Matrimonium esse possunt; tum ipsa etiam taciturnitas quum puella propter verecundiam non respondet, sed pro ea parentes loquuntur.*”

Cappello, o.c., Vol. V, n. 617:

b) “*Sponsi matrimonialem consensum exprimant verbis; nec aequipollentia signa adhibere ipsis licet, si loqui possint*” (can. 1088 §2). Id nonnisi ad *licitatem* requiritur. Quare consensus exprimendus est verbis et quidem formula usu locorum praescripta. Alia signa, ex. gr. inclinatio capitis, contrectatio manus, traditio annuli etc., tunc solum *licite* possunt adhiberi, cum nupturientes loqui non possunt, puta si muti sint vel balbutientes aut alio defectu laborent aut gravissime decumbentes verba proferre nequeant.

Regatillo explica que o consentimento matrimonial também pode ser validamente expresso por escrito. *Casos Canonico-Morales*, T. II, 1958, n. 778:

Consentimiento matrimonial por escrito. — Rufo y Rufina se casaron en 1938 en territorio rojo. Para ello no hicieron más que presentarse con un amigo del novio al comisario político, y allí firmaron en un libro, sin decir palabra. ¿Valió este matrimonio?

Resp. — Ya se celebre el matrimonio en la forma ordinaria de los cc. 1094-95; es decir, ante el párroco o sacerdote delegado y dos testigos; ya en la forma extraordinaria del c. 1098 a saber, ante solos dos testigos; en todo caso es necesario para la validez que los dos contrayentes se hallen presentes, por sí o por procurador, y en el mismo acto se manifiesten su consentimiento (c. 1098 §1).

En todo caso, para la licitud, no para la validez del matrimonio, el mutuo consentimiento debe expresarse con palabras; no es lícito expresarse con señales equivalentes, si pueden hablar los contrayentes (§2). Según esto, para la validez del matrimonio el consentimiento podría darse por escrito. Y así, los esponsales, que son un contrato previo al matrimonio, hoy casi en desuso, deben para su validez celebrarse por escrito, firmado por los contrayentes y el párroco o el Ordinario del lugar, o bien por los contrayentes y dos testigos (c. 1017 §1).

Cuando el matrimonio se contrae en la forma ordinaria, apenas habrá lugar a expresar el consentimiento por escrito; pues el sacerdote debe requerirles a los contrayentes si consienten, y ellos deben responder que sí. Pero en la forma extraordinaria no se necesita que nadie les requiera el consentimiento, basta que ellos se lo den ante dos testigos; lo cual para la validez puede hacerse con cualquiera señal, aun por escrito, estando presentes los dos contrayentes y los dos testigos en el acto; y esto puede hacerse firmando los dos esposos una fórmula que tal vez haya hecha de antemano; o en el libro destinado a consignar los matrimonios.

Así, pues, no habiendo podido contraer el matrimonio Rufo y Rufina en la forma ordinaria, pudieron contraerle ante solos dos testigos, el comisario político y el amigo del novio; y pudieron válidamente expresar su mutuo consentimiento por escrito en el libro destinado a consignar los matrimonios. Por tanto fué válido canónicamente el matrimonio Rufo-Rufina.

Comentarios al Código de Derecho Canónico, Vol. II, Miguélez, Lobo, e Moran, n.

478:

Signos exteriores en la manifestación del consentimiento. — Hay que distinguir entre la validez y la licitud. Para la *validez* bastan cualesquiera signos exteriores, que sean manifestativos del acto interno de la voluntad; v.gr., una inclinación de cabeza o entregar, como contestación a la pregunta del sacerdote, una nota escrita en la que conste la expresión del consentimiento; pero siempre que esto lo haga el contrayente en persona o por medio de procurador. Para la *licitud* es preciso que se haga uso de palabras, o sea que la expresión sea oral, y no es lícito el uso de otros signos equivalentes, salvo que el contrayente, por cualquier causa, no pueda hablar (can. 1088 §2). Esta norma es obligatoria aun en el caso de que los contrayentes ignoren la lengua del párroco, y éste la de ellos, y por eso se haga uso de intérprete.

Capítulo II: Sacramentos Duvidosos e o Uso das Opiniões

1. Batismo somente no cabelo não é certamente válido:

Summa Theologiae Moralis, Vol. III, Merkelbach, n 124.2: “*Hinc dubitatur de valore Baptismi collati in capillis etiam capitis, quia non certo sunt partes corporis.*”

Institutiones Iuris Canonici: De Sacramentis, Vol. I, 1947, Coronata:

“Si aqua infundatur super crines seu capillos et cutem seu pellem non tangat, valor Baptismi in dubium vocari non posse videtur; quia capilli, ut videtur, sunt certe pars hominis baptizandi: quia tamen aliqui contradicunt, curandum est ut pellem aqua tangat, et si Baptismus collatus sit super crines, pelle non tacta, iterum conferendus erit sub conditione.”

Manuale Theologiae Moralis, Vol. III, 1955, Prummer, Tract. II, Cap. II, Art. I: “(...) *dubie autem validus est, si aqua non tangat nisi crines hominis baptizandi.*”

Moral Theology, 1962, Jone, O.F.M. Cap., J.C.D., n. 467: “*If the hair alone and not the skin is touched the baptism is doubtful.*”

Theologiae Moralis Summa, Vol. III, 1954, Regatillo e Zalba, n. 36: “*In crinibus qui caput operiunt, non qui pendent, speculative validus censetur, quia capilli, sicut pellis, ad caput pertinent. Sed quoniam aliqui dubitant, repetendus est sub conditione.*”

Dúvida, opinião, certeza e convicção:

Cursus Philosophiae Thomisticae, Vol. I, 1927, Hugon (professor no Angelicum e um dos tomistas mais famosos do século passado), *Logica Major*, Tract. II, Q. I, Art. I:

Error. – Ex ignorantia causatur error; non enim homo decipitur judicando rem aliter ac est, nisi quia illam non intelligit: rem vero non intelligere est ignorare. Confundenda tamen non est ignorantia cum errore. «Error, ait S. Thomas, est approbare falsa pro veris, unde addit actum quemdam super ignorantiam. Potest enim esse ignorantia sine hoc quod aliquis de ignotis sententiam ferat, et tunc est ignorans et non errans». In duobus praecipue differunt error et ignorantia: 1º in statu ignorantiae mens nullum iudicium, in errore autem falsum profert; 2º ignorantia veritati opponitur *negative* tantum; error autem *positive*. Ignorantia enim nec conformitatem nec difformitatem intellectus cum re dicit, error autem positivam importat discrepantiam intellectus cum objecto. Unde est *adaequatio intellectus cum re; Error, difformitas intellectus cum re.*”

(...)

Dubium. Est status mentis in quo, proposito objecto, suspenditur iudicium propter errandi formidinem. Intellectus utramque videt contradictionis partem, in neutram tamen adducitur, propter motivorum insufficientiam. Distinguitur communiter dubium *positivum* et dubium *negativum*. *Positivum* est, cum militant aequae validae rationes pro utraque parte, quo fit ut mens non possit uni potius quam alteri adhaerere. Dubium est *negativum*, cum ex neutra parte occurrunt motiva quae possint mentem movere. In dubio positivo adest cognitio motivorum pro et contra, in dubio negativo abest quorumcumque motivorum notitia.

(...)

Opinio. Est assensus alicui objecto propter motivum probabile, cum formidine oppositi, praestitus. Opinio procedit ex aliquo principio ex quo duae possunt erui conclusiones: neutra est necessario admittenda aut necessario rejicienda, mens unam quidem amplectitur et alteram rejicit, non tamen cum plena pace et quiete, sed cum formidine ne id quod rejicitur verum sit. Tria ergo, ut monet Angelicus, sunt in opinione: principium et duae conclusiones, et una conclusa et alia formidata. . .

Opinio intrinsece et formaliter est incerta . . .

(...)

Certitudo. In genere certitudo est determinatio intellectus ad unum. Motiva nempe menti proposita intellectum adeo movent ut uni parti contradictionis firmiter et immobiliter adhaereat absque ulla formidine partis oppositae. Communiter definitur: *Firma mentis adhaesio alicui cognoscibili propter motiva quae excludunt omnem errandi formidinem.*

(...)

“Tripliciter enim, ut notat Bannez, sumitur certitudo. «Quaedam est ipsius objecti secundum esse reale quod habet . . . Altera certitudo potest considerari solum ex parte cognoscentis, qui pro suo cerebro absque aliqua probabili ratione proterve adhaeret alicui affirmationi vel negationi. Et huiusmodi potius est inhaesio proterva assentientis quam vera certitudo, quamvis assentiens dicat se certissimum esse; atque hoc pacto aliqui haeretici firmiter adhaerent suis erroribus, imo et interdum patiuntur mortem pro illorum testimonio, quam aliis veritatibus...»

Deve-se seguir o mais seguro na administração de Sacramentos:

Apesar de todos os moralistas tratarem extensamente deste assunto, não faz-se necessário expor as citações aqui, uma vez que o próprio Direito Canônico já estabelece bem claramente os princípios a seguir.

O cânon 1014 manda defender a validade do Matrimônio em caso de dúvida:

Cânon 1014: “*Matrimonium gaudet favore iuris; quare in dubio standum est pro valore matrimonii, donec contrarium probetur, salvo praescripto can. 1127.*”

O cânon 1069 proíbe passar às segundas núpcias antes de haver certeza da nulidade ou

dissolução da união anterior (além de declarar ser inválido uma segunda tentativa de matrimônio, caso o primeiro tenha sido válido):

Canon 1069: Invalide matrimonium attentat qui vinculo tenetur prioris matrimonii, quanquam non consummati, salvo privilegio fidei.

§2. Quamvis prius matrimonium sit irritum aut solutum qualibet ex causa, non ideo licet aliud contrahere, antequam de prioris nullitate aut solutione legitime et certo constiterit.

Capítulo III: Forma Canônica Ordinária e Extraordinária

Cânones relevantes:

Cânon 1094:

Ea tantum matrimonia valida sunt quae contrahuntur coram parochus, vel loci Ordinario, vel sacerdote ab alterutro delegato et duobus saltem testibus, secundum tamen regulas expressas in canonibus qui sequuntur, et salvis exceptionibus de quibus in can. 1098, 1099.

Cânon 1098:

: Si haberi vel adiri nequeat sine gravi incommodo parochus vel Ordinarius vel sacerdos delegatus qui matrimonio assistant ad normam canonum 1095, 1096:

1º In mortis periculo validum et licitum est matrimonium contractum coram solis testibus; et etiam extra mortis periculum, dummodo prudenter praevideatur eam rerum conditionem esse per mensem duraturam;

2º In utroque casu, si praesto sit alius sacerdos qui adesse possit, vocari et, una cum testibus, matrimonio assistere debet, salva coniugii validitate coram solis testibus.

Cânon 1099:

Ad statutam superius formam servandam tenentur:

1º Omnes in catholica Ecclesia baptizati et ad eam ex haeresi aut schismate conversi, licet sive hi sive illi ab eadem postea defecerint, quoties inter se matrimonium ineunt;

2º Idem, de quibus supra, si cum acatholicis sive baptizatis sive non baptizatis etiam post obtentam dispensationem ab impedimento mixtae religionis vel disparitatis cultus matrimonium contrahant;

3º Orientales, si cum latinis contrahant hac forma adstrictis.

§2. Firmo autem praescripto §1, n.1, acatholici sive baptizati sive non baptizati, si inter se contrahant, nullibi tenentur ad catholicam matrimonii formam servandam;

Pio XII eliminou a seguinte parte do parágrafo 2 do cânon 1099: *“item ab acatholicis nati, etsi in Ecclesia catholica baptizati, qui ab infanti aetate in haeresi vel schismate aut infidelitate vel sine ulla religione adoleverunt, quoties cum parte acatholica contraxerint”*

Explicação de uma obra de Miguélez (decano da Rota espanhola) e dois outros autores sobre quem está obrigado à forma canônica. *Comentarios al Codigo de Derecho Canonico*, Vol. II, Miguélez, Lobo, e Moran, n. 508:

Yendo ya más directamente al derecho constituido en el canon 1099, puede formularse éste en las tres proposiciones siguientes: 1.^a Está obligado a observar la forma canónica de la celebración del matrimonio *todo aquel* que ha pertenecido *alguna vez* a la Iglesia católica. 2.^a Si *uno* de los contrayentes está obligado a observar dicha forma, también lo está el otro. 3.^a Para que no haya obligación de observar la forma, es preciso que *ninguno* de los contrayentes haya pertenecido *jamás* a la Iglesia católica. La legislación del canon 1099 afecta solamente a los súbditos de la Iglesia Latina; pero, si se tratara de un matrimonio de rito mixto, manda el §1,2.º del canon que deberá observarse la forma si el súbdito latino estuviere obligado a ella. Estas reglas no tienen hoy excepción alguna después de haberse eliminado el año 1948 la parte final del §2 del canon, en donde se establecía una excepción en favor de ‘los hijos de acatólicos que, aunque bautizados en la Iglesia católica, desde la infancia fueron educados en la herejía o el cisma o sin ninguna religión, si contraían matrimonio con parte acatólica’. Hoy aun éstos están obligados a observar la forma canónica por el hecho de haber sido bautizados en la Iglesia católica.

Canon 1016: “*Baptizatorum matrimonium regitur iure non solum divino, sed etiam canonico, salva competentia civilis potestatis circa mere civiles eiusdem matrimonii effectus.*”

Forma canônica se distingue da forma sacramental:

Institutiones Iuris Canonici: De Sacramentis, Vol. III, 1943, Coronata, n. 529:

“**De ipsa forma celebrationis matrimonii.** - Formam celebrationis matrimonii, utique distinguendam a forma sacramenti Matrimonii, constituunt sollemnitates externae iure positivo praescriptae pro matrimonii celebratione. Quae iure naturali ad ipsum matrimonium constituendum et ineundum requiruntur non veniunt generatim nomine formae celebrationis. Inde patet formam celebrationis matrimonii differre a forma sacramentali matrimonii, de qua alibi locuti sumus, quaeque ad ipsam Matrimonii sacramenti substantiam pertinet, ita ut nequeat sine illa matrimonium ullo modo haberi. Sollemnitates autem huiusmodi possunt esse *substantiales* aut *accidentales*. *Substantiales* eae dicuntur quae ad matrimonii ipsius valorem praescriptae sunt; *accidentales* quae solum matrimonii liceitatem afficiunt; inde *forma essentialis* et *forma accidentalis*.”

Miguélez, o.c., Vol. II, n. 494:

Noción de la forma de la celebración del matrimonio.— Después de haber expuesto el Código lo referente al consentimiento interno (can.1081-1093), trata en los cánones 1094-1103 de la forma como ha de manifestarse exteriormente ese consentimiento. Consiste, pues, la forma de la celebración en las solemnidades externas que se han de observar en ésta.

En el matrimonio hay dos formalidades: contrato natural y cosa sagrada o sacramento entre cristianos. Las solemnidades que se han de observar en la celebración del matrimonio considerado como contrato constituyen lo que se llama forma *jurídica*; y los ritos sagrados que se emplean en la celebración son su forma *litúrgica*. A la forma jurídica, considerada en un sentido amplio, pertenecen todas aquellas disposiciones canónicas que regulan la celebración del matrimonio. Y entre éstas hay algunas que afectan a la validez de la celebración y otras que sólo se requieren para la licitud. Las primeras constituyen la forma jurídica *sustancial*, y las segundas la *accidental*. No nos referimos aquí a la forma sustancial —en sentido filosófico-teológico— del *matrimonio*, sino a la forma de su celebración.

Capítulo IV: Impedimentos Matrimoniais

Definição de sanatio:

Canon 1138 §1: “*Matrimonii in radice sanatio est eiusdem convalidatio, secumferens, praeter dispensationem vel cessationem impedimenti, dispensationem a lege de renovando consensu, et retrotractionem, per fictionem iuris, circa effectus canonicos, ad praeteritum.*”

Cânon 1140:

Si in utraque vel alterutra parte deficiat consensus, matrimonium nequit sanari in radice, sive consensus ab initio defuerit sive ab initio praestitus, postea fuerit revocatus.

§2. Quod si consensus ab initio quidem defuerit, sed postea praestitus fuerit, sanatio concedi potest a momento praestiti consensus.

Institutiones Iuris Canonici: De Sacramentis, Vol. III, 1943, Coronata, n. 683:

Notio sanationis in radice. - Matrimonii in radice sanatio est eiusdem convalidatio, secumferens, praeter dispensationem vel cessationem impedimenti, dispensationem a lege de renovando consensu et retrotractionem, per fictionem iuris, circa effectus canonicos, ad praeteritum.

Essentialiter igitur sanatio in radice est species convalidationis matrimonii, hoc habens speciale, quo a simplice convalidatione differt, quod scilicet dispensationem secumfert a lege de renovando consensu et retrotractionem circa effectus canonicos ad praeteritum, idest ad initium, quando nempe celebratum est matrimonium invalidum, si tunc adfuit naturalis consensus sufficiens, aut ad momentum quo consensus sufficiens datus est, si ab initio non adfuit.

Definição de impedimento matrimonial:

Coronata, o.c. Vol. III, n. 115:

Notio impedimenti. - Impedimenta matrimonialia ita definiri possunt: *Leges inhabilitantes homines ad matrimonium contrahendum*; seu communius: *Conditiones seu circumstantiae personas directe afficientes, iure constitutae, homines arcetes a contractu matrimoniali sive licite sive valide contrahendo.*

Tractatus Canonico-Moralis de Sacramentis, Vol. V, 1947, Cappello, n. 195:

Sensu **stricto et proprio** ad normam Codicis impedimentum matrimoniale definiri potest: *Circumstantia externa, iure divino vel humano inducta, quae personam aut inhabilem facit ad matrimonium, aut arcet ab eo licite contrahendo.*

Dicitur: *circumstantia externa*, quia est quid extrinsecum et superveniens.

Dicitur: *iure divino vel humano inducta*, ut significetur duplex fons sive auctor impedimentorum.

Dicitur: *quae personam inhabilem facit aut arcet*, quia agitur de circumstantia quae directe et immediate respicit personam.

Dicitur: *quae personam inhabilem facit ad matrimonium aut arcet ab eo licite contrahendo*, quia ista circumstantia refertur ad matrimonium, non autem ad cetera iuridica, simulque duplex impedimentorum genus indicatur.

Impedimentum *directe* afficit matrimonium prout est *contractus*, non vero prout est *sacramentum*; ideoque pars arcetur immediate a contractu, et consequenter a sacramento. Quare impedimentum non est v. g. peccatum mortale nec defectus debitae intentionis suscipiendi sacramentum.

Distinção entre impedimento de lei divina (positiva ou natural) e humana (canônica ou civil):

Coronata o.c., Vol. III, n. 118:

Ratione originis iuridicae seu fontis. - Habemus impedimenta *iuris divini* et impedimenta *iuris humani*. *Impedimenta iuris divini* possunt esse *iuris naturalis* aut *iuris positivi*. Quae omnia valent non solum pro fidelibus baptizatis, sed et pro infidelibus.

(...)

Impedimenta iuris humani sunt *canonica*, quae per se omnes et solos fideles baptizatos obligant; *civilia*, quae solos non baptizatos afficiunt.

Capítulo V: A Autoridade das Sagradas Congregações e da Rota Romana

Aqui está um link para o artigo na *Catholic Encyclopedia* sobre a Sagrada Rota Romana. Também aqui está um link da mesma fonte sobre as Congregações Romanas.

Segue-se um cânon do Direito Canônico que declara que o próprio papa diretamente guia o S. Ofício, cujo papel é proteger a doutrina de fé e moral:

Canon 247: “*Congregatio S. Officii, cui ipse Summus Pontifex praeest, tutatur doctrinam fidei et morum.*”

Parte II: Nossos Argumentos

Argumento I: Matrimônio Civil e Can. 1098

O casamento civil ou diante de ministro acatólico pode ser válido dentro do cânon 1098.

Resposta particular da Sagrada Congregação dos Sacramentos, 4 de março de 1925:

Quapropter quaeritur:

1 – Num matrimonia in ecclesia acatholica benedicta invalida censenda sint etiam in casibus, ubi praesentia sacerdotis catholici ad validitatem matrimonii non requiritur (Can. 1098).

(...)

Responsa:

Sacra Congregatio ita respondendum censuit:

Ad 1-um Negative; videlicet si omnes conditiones extiterint, qua a Can. 1098 requiruntur pro validitate matrimoniorum coram solis testibus, circumstantia qua huiusmodi matrimonia fuerunt benedicta in ecclesia acatholica non validitati, sed liceitati obstat.

Doutorado do Pe. Fus, dizendo que, dentro do cânon 1098, casamento civil e casamento diante de ministro acatólico pode ser válido:

The Extraordinary Form of Marriage according to Canon 1098, 1954, Fr. Edward Anthony Fus, A.B., J.C.L., pp. 132-133:

It is a gratuitous assumption to say that the witnesses mentioned in Canon 1098 have to be *privatae personae*. To state that Canon 1094 excludes civil officials and non-Catholic ministers and that therefore they are to be excluded in Canon 1098 does not quite follow. A non-Catholic minister or a civil official, *qua talis*, cannot take part in a Catholic ceremony in his official capacity. They are not excluded by law from acting as ordinary witnesses in the ordinary form of marriage. In marriages contracted according to the extraordinary form, at least as far as validity is concerned, there is nothing in the law that excludes them from acting in their official capacity. The law disregards their official capacity and takes cognizance merely of the exchange of matrimonial consent in the presence of two witnesses.

As for the argument that a non-Catholic ceremony was excluded by the legislator because of the divine law prohibiting participation in a non-Catholic religious service, one may say that such was not the *finis legis* of the legislator in framing this canon. Non-Catholic ceremonies are still forbidden, even in cases envisioned in Canon 1098. However, if the parties, whether in good or bad faith, do approach a non-Catholic minister and exchange matrimonial consent, otherwise naturally sufficient, in the presence of two witnesses, the marriage will nonetheless be valid. The Church has at times recognized marriages contracted before non-Catholic ministers. Pope Pius X, in his apostolic letter "Provida" dated January 18, 1906, declared that in Germany the parties in a mixed marriage would be exempt from the ordinary form of marriage. Marriages contracted before a civil official or a non-Catholic minister were to be considered valid in such cases. This exemption was later extended also to Hungary. It had been a long-standing rule under the Tametsi matrimonial discipline that with reference to the form prescribed by the decree Tametsi there should be observed that part which could be observed. Hence matrimonial consent in the presence of two witnesses was all that was required. The fact that this took place in a non-Catholic ceremony was something irrelevant and could be abstracted from.

pp. 134-135:

As a final note in this regard, one should remember that a non-Catholic minister or a civil official, when acting in his official capacity is not excluded by law from acting validly as an ordinary witness. *Ubi lex non distinguit, nec nos distinguere debemus*. Therefore, in a non-Catholic or civil ceremony, if there is present at least one other witness besides the non-Catholic minister or the civil official when the valid matrimonial consent is exchanged, the marriage according to Canon 1098 would be valid since it was contracted in fact *coram testibus*. The law does not take cognizance of their official capacity; it regards them as ordinary witnesses.

Manuale Theologiae Moralis, T. III, 1955, Prummer, pp. 643-644: "*Licet autem matrimonium civile qua tale non producat ullum bonum effectum canonicum, tamen in quantum contrahitur cum vero consensu maritali et absque aliis impedimentis dirimentibus, est validum in omnibus locis, ubi matrimonia clandestina sunt valida.*"

Marriage - Contract and Sacrament - A Manual of the Laws of the Catholic Church on Marriage, 1957, James E. Risk, S.J., A.B., M.A., S.T.L., J.C.D, e professor na Gregoriana, p.

121: “If two Catholics, finding themselves in circumstances envisaged by this canon, should contract marriage in the presence of a non-Catholic minister and another witness, the marriage would be valid. For other reasons it would be unlawful.”

Fus cita dois julgamento da Rota, de 1931 e de 1940 (o.c., p. 124, nota 19), em que se supõe que casamento civil pode ser válido em razão de cânon 1098:

S. R. R., *Nullitatis matrimonii*, 7 dec. 1931, coram R.P.D. Andrea Jullien, dec. LV, n. 4: “Cum igitur conditiones, quas Ecclesia in dato casu exigit ut validum sit matrimonium absque praesentia testis qualificati, verificentur, solutio repetenda est ab eo quod partes voluerunt, utrum scilicet consensus fuerit naturaliter sufficiens, necne. Siquidem comparando coram magistratu civili et alio teste: *aut* utraque vel alterutra pars positive excludit mutuum consensum naturalem, limitans intentionem ad ponendum verum actum civilem, quia nil aliud vult nisi obtemperare praecepto legis civilis, v.g., ad effectus civiles consequendos; unde efficitur ut positivo actu excludatur matrimonium ipsum, quod igitur exsistere nequit (can. 1081, §1; 1086, §2); — *aut* nupturientes volunt, quantum in se est, praestare ac manifestare consensum matrimoniale; ita, si non obstat aliquod impedimentum dirimens, validum est matrimonium, non ratione quidem actus civilis positi, sed ratione consensus naturalis praestiti et legitime manifestati coram solis testibus, seu servata forma in casu requisita a lege ecclesiastica. Enimvero cum ex iis quae Ecclesia in hisce adiunctis requirit, nil desit, contrahentium voluntas ipso facto effectum suum consequitur.” — *Decisiones*, XXIII (1931), 474; *Nullitas matrimonii*, 23 apr. 1940, coram R.P.D. Alberto Canestri, dec. XXX, n. 2: “Quaerenti autem sitne validum matrimonium contractum coram magistratu civili, aut alio teste qualificato, v.g., ministro acatholico, ab ignorantibus exceptionem canone 1098 positam, respondendum est solutionem repetendam ab intentione partium in consentiendo; si ipsae quantum in se erat nubere voluerunt, tunc matrimonium valet. . . .” — *Decisiones*, XXXII (1940), 324.

Marriage Legislation in the New Code of Canon Law, 1941, Ayrinhac-Lydon, p. 383: “A marriage before the judge would be valid under the circumstances explained in canon 1098.”

“Matrimonio ante la autoridad civil”, artigo escrito por Regatillo e publicado em *Sal Terrae*, 1938, Vol. 26, iss. 4, p. 306: “En resumen: 1.º En las cinco sentencias rotales se supone que los matrimonios mixtos civiles de que se trata pudieron ser válidos; y lo hubieran sido si los contrayentes hubiesen pretendido dar verdadero consentimiento marital y no poner una mera ceremonia civil.”

Revista Eclesiástica Brasileira, Vol. XXII, Iss. I, 1962, p. 157:

“Com efeito, a própria lei canônica o tem como verdadeiro [o casamento], não só para os infieis, mas ainda para os batizados não-católicos, e até mesmo para os católicos, se se encontram nas circunstância previstas no c. 1098, n. 1, segunda parte, evidentemente não enquanto se usou da forma determinada pela lei civil, mas sim enquanto, havendo-a usado, se contraiu casamento canonicamente válido.”

The Australasian Catholic Record - For Clergy and Religious, Vol. XIX, 1942, n. 2, p. 103:

“Therefore, it is our humble opinion that, until the church declares otherwise, it is safe to hold that, in the peculiar circumstances contemplated in Can. 1098, a purely civil marriage or a religious non-Catholic marriage satisfies the condition for validity in canon law.”

“Actus ut Aiunt Civilis et Publica Honestas”, artigo escrito por Bender e publicado em *Ephemerides Iuris Canonici*, 1953, y. IX, n. 3-4, p. 308-309:

Matrimonium civile generaliter sumptum habere posse quattuor figuras iuridice sat diversas:

(...)

4º) Actus catholicorum, qui in adiunctis de quibus sermo est in can. 1098 contrahunt coram magistratu et duobus saltem testibus seu actu civili prout fere ubique est lege determinato. Ipsi ad modum manifestandi consensum quod attinet valide contrahunt. Non proprie quia servant formam civilem utpote forma *legalem*, sed quia ea quae lege civili tamquam forma matrimonii celebrandi statuuntur comprehendunt id quod in talibus adiunctis lege canonica requiritur et sufficit ad validam celebrationem, scilicet manifestationem consensus coram solis duobus testibus.

The Clergy Review, Mahoney, nov. de 1950, vol. 34, iss. 5, p. 327:

In theory, however, if not also in practice, it is certain from canon 1098 and reply, 4 March, 1925, that a marriage may be canonically valid when thus contracted, not because of the presence of a civil registrar as such, but because of his presence as one of the two witnesses required by canon law; the witnesses need not be Catholics.

Elementa Theologiae Moralis, Vol. IV, Piscetta-Gennaro, 1933, n. 178:

II. Qui formae celebrationis Matrimonii ab Ecclesia constitutae non subiiciuntur — ut ecce sunt acatholici omnes vel baptizati, si inter se contrahunt; aut ab acatholicis nati, licet in Ecclesia catholica baptizati, qui ab infanti aetate in haeresi vel schismate aut infidelitate vel sine ulla religione adoleverunt, si cum parte acatholica contrahunt; item qui contrahunt in adiunctis canone 1098 recensitis — valide ritu civili contrahunt, dummodo vere contrahendi intentionem habeant, et, si valide baptizati, nullo canonico impedimento dirimente prohibeantur, et praeterea, si catholici sint, coram duobus saltem testibus contrahant.

Bidagor, escrevendo no periódico *Monitor Ecclesiasticus* p. 487, n.31:

Rationes quae tunc valebant, etiamnunc pro matrimoniis ad normam can. 1098 celebratis valent, etiamsi matrimonia civilia sint. Neque obstat matrimonium civile, quia matrimonia valent non utpote civilia, sed eo quod nihil deest in illis quod a iure canonico ad validitatem requiritur.

“An can. 1098 comprehendat etiam matrimonii celebrationes acatholicas vel civiles”, artigo de Pe. Dalpiaz publicado em *Consultationes Iuris Canonici*, Vol. II, 1939, pp. 127-129:

Unde non apparet quomodo magistratus civilis vel minister acatholicus et a fortiori simplices testes, qui matrimonio civili vel acatholico interveniunt, haberi debeant tanquam incapaces valide assistendi matrimonio catholicorum in casibus can. 1098. Nonne et ipsi de matrimonio contracto fidem facere possunt? Neque dicas haec menti Ecclesiae adversari, nam Ecclesia prohibet quidem, ratione communicationis in sacris cum acatholicis, ne contrahentes catholici se sistant ministro acatholico, sed si agitur de casibus can. 1098 ipsa validum habet matrimonium initum coram solis testibus, etiamsi, in defectu testis competentis, vocatus non fuerit alius sacerdos, qui praesto erat et adesse poterat. Sponsi catholici, qui in huiusmodi adiunctis ministrum acatholicum vel magistratum civilem adeunt, absque dubio illicite agunt ac sacerdos eorum matrimonio adesse non potest, sed hoc ipso eorum coniugium non fit invalidum.

(...)

Quoad nuptias celebratas coram ministro acatholico confirmatur nostra sententia responso a S. C. Sacramentorum dato ad Episcopum Pinskensem die 4 martii 1925. Dubium propositum erat de nuptiis mixtis et S. Congregatio respondit: *Si omnes condiciones exstiterint, quae a can. 1098 requiruntur pro validitate matrimoniorum coram solis testibus, circumstantia qua huiusmodi matrimonia fuerunt benedicta in ecclesia acatholica, non validitati, sed liceitati obstat.* Nec valet dicere hanc responsionem non fuisse publici iuris factam: nam cum verba in se certa declaret, promulgatione non indiget (can. 17 §2); neque obstat responsionem datam esse ad casum particularem, sive quia terminis generalibus exprimitur, sive quia saltem confirmat doctrinam generalem casui particulari applicatam; nec denique dubium moveri potest de competentia S. Congregationis de Sacramentis, quippe quae generalem potestatem Apostolicae Sedis non excesserit, etsi de mixtis nuptiis proprie S. Officium iudicare debeat.

Quoad nuptias celebratas coram magistratu civili nostra sententia confirmatur decisionibus S. Officii. Haec enim S. Congregatio pluries iam post bellum de coniugiis vidit in Russia a captivis initis cum mulieribus orthodoxis coram magistratu iuxta praescripta legis civilis. Ut autem ex eius responsis clare eruitur, ipsa numquam matrimonium invalidum declaravit, in casibus can. 1098, eo quod initum fuerit coram magistratu civili.

Há excomunhão para o católico que se casa diante de ministro acatólico:

Cânon 2319: *“Subsunt excommunicationi latae sententiae Ordinario reservatae catholici: 1º Qui matrimonium ineunt coram ministro acatholico contra praescriptum can. 1063, §1; (...)”*

Argumento II: Uma Resposta do Santo Ofício para Tempos como os Nossos

Canon 1098: Si haberi vel adiri nequeat sine gravi incommodo parochus vel Ordinarius vel sacerdos delegatus qui matrimonio assistant ad normam canonum 1095, 1096:

1º In mortis periculo validum et licitum est matrimonium contractum coram solis testibus; et etiam extra mortis periculum, dummodo prudenter praevideatur eam rerum conditionem esse per mensem duraturam;

2º In utroque casu, si praesto sit alius sacerdos qui adesse possit, vocari et, una cum testibus, matrimonio assistere debet, salva coniugii validitate coram solis testibus.

Citação do Pe. Hurth, consultor do Santo Ofício, sobre cessação de lei eclesiástica:

Periodica de Re Morali Canonica Liturgica, Vol. 38, 1949, p. 190:

Non desunt quidem theologi, optimae etiam notae, qui censeant: leges mere ecclesiasticas cessare vim exerere, si quando in integro quodam territorio (id est non tantimmodo {sic} in uno et altero casu particulari) gubernatio Ecclesiae iuxta ipsius leges fieri nequit, cum Ordinarii et Missionarii e territorio sint expulsi vel in territorio commorantes sint incarcerati, vel alio modo ab exercitio muneris totaliter impediti. Censent hi theologi: in huiusmodi condicionibus cessare aliquod essenziale praerequisitum; leges enim Ecclesiae dari, ut normae sint, secundum quas fideles per Superiores ecclesiasticos regantur et propriam vitam componant; ideo Ecclesiam nolle urgere suas leges, si et quamdiu dictus finis obtineri non iam queat.

Pergunta do Bp. Leopold Brellinger, de Kingsien - China enviada ao Santo Ofício:

o.c., p. 188:

1. an fideles in terra Sinarum a Comunistis occupata, impedimentis ab Ecclesia statutis, imprimis aetatis et cultus disparitatis, teneantur, si debitam dispensationem vel omnino non, vel non nisi cum gravissimo incommodo petere, neque a matrimonio contrahendo abstinere vel illud differre possint;
2. an teneantur impedimento disparitatis cultus in casu in quo requisitae cautiones ob ignorantiam, oblivionem, aliamve causam inculpabilem non dantur, aut a parte non catholica recusantur.

Resposta do Santo Ofício:

o.c., p. 188:

Suprema Sacra Congregatio die 27 ianuarii 1949 sic dignata est respondere: Rerum adiunctis attente consideratis, Suprema haec Sacra Congregatio, in plenario conventu Feria IV die 26, huius mensis habito, praefatis dubiis respondendum censuit:

1. In expositis circumstantiis, matrimonia sine forma canonica et cum quovis impedimento iuris ecclesiastici a quo Ecclesia dispensare solet habenda esse uti valida.
2. Matrimonii quibus obstat impedimentum disparitatis cultus applicanda esse ea quae a S. Ofício statuta fuerunt quoad cautiones aequipollentes (cfr. Sylloge S. C. de Propaganda Fide a. 1939 pag. 561-566).

Quam decisionem Sanctissimus in Audientia diei 27, currentis mensis benigne approbare dignatus est.

De his omnibus edoceantur fideles ut possint validitati matrimoniorum providere et a conscientiae angoribus liberari. Si autem quod aliquod matrimonium sic initum exurgant in posterum specialia dubia ob peculiaria casus singularis adiuncta, Ordinarius poterit rem ad hanc Supremam Congregationem deferre.

Explicação desta cessação de impedimento e de forma canônica

O Pe. Hurth, consultor da Sagrada Congregação do S. Ofício, a pedido do Cardeal Secretário e Assessor da mesma Sagrada Congregação, explicou (o.c., p. 189):

III. Liberantur fideles non solum ab impedimentis aetatis et disparitatis cultus, sed ab omnibus iuris ecclesiastici impedimentis necnon ab omni (tum ordinaria tum extraordinaria) forma canonica. At impedimentum sacri ordinis presbyteratus necnon impedimentum affinitatis in linea recta, consummato matrimonio, non suspenduntur, sed etiam in expositis circumstantiis in pleno vigore manent.

O Santo Ofício pediu para que o Internúncio Apostólico Ant. Riberi divulgasse esta explicação aos Ordinários da China:

Eadem Suprema Congregatio me rogat haec omnia Ordinariis Sinensibus nuntiare, ipsisque auctoritatem facere his facultatibus frui in eisdem rerum adiunctis.
Quae dum, praesentibus litteris, executioni mando, impensos aestimationis meae sensus Tibi offero meque profiteor.
Excellentiae Tuae addictissimum
ANT. RIBERI
Internuntium Apostolicum

Uma explicação um pouco mais detalhada feita pelo mesmo Pe. Hurth (o.c., p. 190):

Vi Decreti fidelibus in Sina, quamdiu nominatae extraordinariae condiciones perduraverint, conceditur libertas ab omni forma canonica (ordinaria et extraordinaria), insuper a quovis impedimento iuris mere ecclesiastici, a quo Ecclesia dispensare solet. Non autem solet dispensare ab impedimento sacri ordinis presbyteratus et ab impedimento affinitatis in linea recta, consummato matrimonio; quae limitatio patet ex limite amplissimae dispensandi facultati, concessae pro urgente mortis periculo (de qua in can. 1043), his verbis posito: « exceptis impedimentis provenientes ex sacro presbyteratus ordine et ex affinitate in linea recta, consummato matrimonio ».

Resposta do Santo Ofício de que tal documento tem natureza declarativa e que pode ser aplicado em outros lugares:

Leges Ecclesiae, Vol. II, Ochoa, n. 2021:

Itaque petitum est a Suprema S. Congregatione, ut per authenticam interpretationem hanc incertitudinem et ambiguitatem tollat, et in hunc finem proposita sunt dubia haec:

I^o) Utrum S. Officii Decretum datum die 27 ianuarii 1949 de cessantibus impedimentis matrimonialibus, in Decreto allegatis, necnon de cessante obligatione formae non sit nisi authentica legis jam latae interpretatio declarativa, ita ut Decretum (secundum ordinarias juris normas) valeat etiam retroversum et applicari possit ad quaelibet territoria etiam extra Sinam, in quibus eadem circumstantiae vigent vel vigeabant; an sit aliqua Responsio dispositiva, quae vim non habet nisi ex ipso Decreto, ideoque nec potest retraheri nec ad alia territoria extendi?

(...)

Em.mi ac Rev.mi Patres, rebus fidei et morum tutandis praepositi, in plenario conventu Feria IV die 21 decembris 1949 habito, respondendum decreverunt:

Ad 1. Decretum S. Officii datum die 27 ianuarii 1949 eatenus tantummodo habere indolem interpretationis declarativae et ideo retraheri et ad alia territoria applicari posse, quatenus versatur circa juris positivi praescripta, quae, consideratis circumstantiis extraordinariis territorii, observari non possunt; quod reliqua autem habere indolem dispositionis positivae, quae non valet retrosum neque applicari potest ad territoria in Decreto non nominata.

(...)

Sequente Feria V, die 22 decembris 1949 in Audientia Exc.mo ac Rev.mo D.no Adessori S. Officii impertita, SS.mus D.N. Pius, Divina Providentia Papa XII, praefatum Decretum approbare dignatus est.

Ius Canonicum, T. I, Wernz-Vidal, 1938, n. 208:

Decreta Sacr. Congregationum variis nominibus insigniuntur atque modo declarationes modo resolutiones vel decisiones modo responsa vel decreta dicuntur. Quae vocabula licet non raro promiscue adhibeantur, tamen sensu stricto declarationes sunt interpretationes iuris iam constituti; resolutiones vero vel decisiones potius appellantur responsiones vel sententiae iudiciales in causis particularibus; denique decreta sensu stricto videntur esse novae plane leges, ubi accedit specialis Pontificia approbatio. Quae approbatio hodie requiritur in quavis re gravi vel extraordinarii momenti, salvis iis, ad quae speciales facultates tributae sint (can. 244).

O Novus Ordo concede nulidades muito facilmente:

De acordo com o artigo “Annulments in the Conciliar Church” escrito por Dom Pivarunas em 1997:

The official numbers of annulments in the United States since the Second Vatican Council are as follows:

1984 – 36,461

1985 – 53,320

1987 – 60,570

1988 – 50,000

1989 – 61,416

1990 – 62,824

Let us compare the numbers above with the 392 annulments granted by the Catholic Church world-wide for all the years between 1952 and 1956.

Embora seja extremamente difícil provar com certeza a alegação de que uma pessoa não deu consentimento válido na hora do matrimônio, contudo uma grande parte das nulidades concedidas pelo Novus Ordo são baseadas justamente em um suposto defeito de

consentimento.

A seguinte tabela demonstra dados de casos de anulamentos julgados pelos tribunais dos Estados Unidos na primeira e segunda instâncias, tanto pelo processo ordinário como pelo processo documental, entre 1984-1994. Esses dados podem ser encontrados no livro *What God has joined together: The Annulment Crisis in American Catholicism*.

A porcentagem de casos anulados por “defeito de consentimento” no processo ordinário é absurdamente alta:

Ano	Processo Ordinário	Defeito de Consentimento	% do Total
1984	36.461	35.762	98
1985	37.032	36.803	94
1986	40.117	39.210	98
1987	42.503	41.584	98
1988	41.325	41.039	99
1989	40.685	40.401	99
1990	41.123	40.239	98
1991	43.104	42.051	98
1992	40.676	39.753	98
1993	38.280	37.597	98
1994	38.868	38.969	99
Total	440.174	433.138	98

Os dados de anulação em primeira instância no processo ordinário são assustadores:

Ano	Casos Concluídos	Casos Declarados Nulos	Casos Concluídos Contra a Nulidade	% Anulado
1984	37.450	35.472	1.978	94,7
1985	37.538	36.180	1.358	96,4
1986	40.857	39.175	1.682	95,9
1987	41.443	40.165	1.278	96,9
1988	41.208	39.671	1.537	96,3
1989	41.208	39.845	1.206	97,1
1990	41.374	40.291	1.083	97,4
1991	41.820	41.121	699	98,3
1992	41.414	40.516	898	97,8
1993	37.987	37.123	864	97,7
1994	37.310	36.460	850	97,7
Total	439.812	426.019	13.433	96,9

Bem como a porcentagem de decisões de anulamento na primeira instância e segunda instâncias (processo ordinário e documental):

Ano	Defeito de Consentimento	Falta de Forma	Outra Razão	Total de Anulamentos
1984	36.069	12.584	2.585	51.238
1985	37.034	13.663	2.623	53.320
1986	39.534	14.733	3.414	57.681
1987	41.971	15.652	2.947	60.570
1988	41.763	16.187	2.633	60.583
1989	40.879	17.984	2.553	61.416
1990	40.678	19.652	2.494	62.824
1991	42.617	18.679	2.637	63.933
1992	39.753	15.944	3.333	59.030
1993	38.327	13.005	2.315	53.647
1994	38.699	12.955	3.169	54.463
Total	437.324	170.678	30.703	638.705

Para informações mais recentes ainda, use o link aqui. A seguinte tabela—cujos dados são desta fonte—demonstra que a tendência de anular quase todo casamento só continua.

Porcentagens	Total de Sentenças	<i>Pro Vinculo</i>	<i>Pro Nullitate</i>	Apelos pelo Defensor do Vínculo
2016	19.323	3,87%	96,13%	0,18%
2017	19.816	4,13%	95,87%	0,20%
2018	16.577	4,56%	95,44%	0,29%
Média	18.572	4,17%	95,83%	0,22%

Parte IV: Refutação das Objeções

Objeção I: E Se Houver um Pároco Velho Válido nas Proximidades?

Canon 1098: Si haberi vel adiri nequeat sine gravi incommodo parochus vel Ordinarius vel sacerdos delegatus qui matrimonio assistant ad normam canonum 1095, 1096:

1º In mortis periculo validum et licitum est matrimonium contractum coram solis testibus; et etiam extra mortis periculum, dummodo prudenter praevideatur eam rerum conditionem esse per mensem duraturam;

2º In utroque casu, si praesto sit alius sacerdos qui adesse possit, vocari et, una cum testibus, matrimonio assistere debet, salva coniugii validitate coram solis testibus.

Como grave incômodo pode escusar da obrigação de observar a forma canônica ordinária:

Summa Theologiae Moralis, Vol. III, Merkelbach, n. 849:

Sufficit 1) *quodcumque incommodum grave*, spirituale vel temporale, sive partes directe afficiat, sive sacerdotem (Comm. Int. Cod., 3 maii 1945), dummodo illud incommodum sit impedimentum praesentiae physicae Ordinarii vel parochi (Comm. I. C., 10 martii 1928) etiamsi non sint absentes a loco sed materialiter ibi praesentes (Comm. I. C., 25 iulii 1931). Tale censetur: incarceratione nupturientis iuncta impossibilitati habendi sacerdotem competentem, oclusio omnium aditum tempore belli, commoratio in regione longinqua ubi nullus adsit sacerdos competens, iter diuturnum praedictae impossibilitati iunctum, etc.; — e contra non sufficit mera recusatio parochi, nec quodcumque damnum materiale; an sufficiat grave vetitum civile, fieri potest (rescr., S. C. Sacr. 24 aprilis 1935 ad ep. Met.), sed pendere videtur a natura et gravitate incommodi; at in praxi, ob multa inconvenientia facile oritura, est in singulis casibus recurrendum ad competentem auctoritatem ecclesiasticam, ut pluries declaratum fuit.

2) Sufficit et requiritur *impossibilitas personalis*; non requiritur communis seu localis, nec sufficit communis si desit personalis (...)

3) Non requiritur specialis causa; *quodcumque motivum* ineundi matrimonium sufficit.

Theologiae Moralis Summa, Vol. III, 1954, Regatillo e Zalba, n. 930:

Absentia parochi vel Ordinarii vel delegati, seu impossibilitas eum habendi vel adeundi, non requiritur iam *physica*, qualem requirebat Commis. Interp. 10 mart. 1928 (AAS 20,120); sufficit *moralis*, quae adest quando parochus vel Ordinarius, licet materialiter praesens, ob grave incommodum matrimonio assistere nequit requirens et excipiens consensum, ut eadem Commissio declaravit 25 iul. 1931 (AAS 23,338).

Ius Canonicum, Tom. V, 1946, Wernz-Vidal, n. 544: “*Relativa impossibilitas datur cum ad hoc ut habeatur vel adeatur sacerdos competens aut ut obtineatur sacerdoti incompetenti necessaria delegatio sit subeundum grave damnum physicum vel morale (...)*”

Tractatus Canonico-Moralis de Sacramentis, Vol. V, 1947, Cappello, n. 691:

Impossibilitas *absoluta* verificatur, si *tempus* desit omnino, aut *medium* nequaquam suppetat ut vel nupturientes cum eo convenient vel ut per epistolam delegationem obtineatur. Media *extraordinaria* non considerantur (cfr. n. 237, 2).

Impossibilitas *relativa* adest, si notabile damnum morale physicum aut morale vel temporale, accersito parochi, aut partibus aut tertiae cuidam personae aut bono publico obveniret.

Unde contrahentes non tenentur magnas impensas sustinere, vel iter valde durum suscipere, aut periculo alicuius gravi damni se exponere ut testem qualificatum habeant, quamvis forte neglexerint culpabiliter occasionem eum commode habendi. Nec a fortiori poenitens tenetur concedere confessario licentiam petendi delegationem, si ex hoc aliqua suspicio contra se oriri possit.

Lei nociva não obrigar:

Como há consenso sobre a existência do princípio em si de que as leis eclesiásticas nocivas deixam de obrigar, simplesmente citamos St. Tomás e Prummer, mas deixamos a referência ao doutorado *The History, Nature and Use of EPIKEIA in Moral Theology* da

CUA, em que se trata longamente sobre os princípios que regem a epikeia e cessação da lei.

Summa Theologica, I-II, q. 96, a. 6: “*Si emergat casus in quo observatio talis legis sit damnosa communi saluti, non est observanda.*”

Manuale Theologiae Moralis, T. I, Prummer, Tract. III, Cap. III, Art. I §1:

Ratio secundae partis est, quia impotentia moralis reddit actum praescriptum ita difficilem, ut maior pars hominum talem actum (ceteroquin non ex natura sua necessarium) numquam vel saltem rarissime sit praestitura. Si igitur legislator praevidens tantas praevaricationes legis, nihilominus illam urget, iam talis lex non esset bono communi utilis, sed nociva; ac proinde non esset vera lex. Quare communissime dicitur: ‘*Nulla lex positiva obligat cum magno incommodo.*’ Quod quidem valet non solum de lege humana, sed etiam de *positiva lege divina*. Hinc e. gr. poenitens excusatur a divina lege integritatis in confessione, si adest grave incommodum externum (cf. infra de integritate confessionis). Homo non tenetur ad legem ecclesiasticam ieiunii aut Missae dominicalis, si exinde grave damnum pati deberet.

Idade dos párocos:

Normalmente, antes de ser nomeado pároco, o sacerdote recém-ordenado adquire experiência auxiliando um presbítero já dotado de larga prática no ofício. O cânon 453 §2, com efeito, exige que os párocos sejam homens de bons costumes, sólida doutrina, prudência, zelo pelas almas, e outras qualidades semelhantes:

Canon 453 §2: “*Sit insuper bonis moribus, doctrina, animarum zelo, prudentia, ceterisque virtutibus ac qualitatibus praeditus, quae ad vacantem paroeciam cum laude gubernandam iure tum communi tum particulari requiruntur.*”

Por essa razão, não constitui procedimento ordinário—excetuadas, talvez, situações missionárias—confiar tal encargo a recém-ordenados. A conclusão é que, nas condições previstas pelo direito e pela prática comum, os párocos raramente são designados em idade demasiadamente tenra.

Aplicando isso a esta teoria: se um sacerdote tivesse sido nomeado pároco em 1950 aos 30 anos de idade, por exemplo, em 2025 contaria já cerca de cento e cinco anos!

Além disso, há diversas outras dificuldades que evidentemente precisariam ser consideradas para a aplicação de tal hipótese. É bastante provável que esse sacerdote, se ainda vivo, esteja impossibilitado de exercer suas funções por motivo de enfermidade ou já nem resida na região para a qual fora originalmente designado, tendo possivelmente sido supostamente transferido para outra cidade ou estado pelo *Novus Ordo*, como frequentemente acontece. Seria ainda necessária uma análise profunda dos diversos casos de renúncia tácita expostos no cânon 188, uma vez que há enorme probabilidade de que alguém há tantos anos inserido no *Novus Ordo* tenha incorrido em um ou mais deles.

Canon 188:

Ob tacitam renuntiationem ab ipso iure admissam quaelibet officia vacant ipso facto et sine ulla declaratione, si clericus:

1º Professionem religiosam emisit, salvo, circa beneficia, praescripto can. 584;

2º Intra tempus utile iure statutum vel, deficiente iure, ab Ordinario determinatum, de officio provisos illud adire neglexerit;

3º Aliud officium ecclesiasticum cum priore incompatibile acceptaverit et eiusdem pacificam possessionem obtinuerit;

4º A fide catholica publice defecerit;

5º Matrimonium, etiam civile tantum, ut aiunt, contraxerit;

6º Contra praescriptum can. 141, §1 militiae saeculari nomen sponte dederit;

7º Habitum ecclesiasticum propria auctoritate sine iusta causa deposuerit, nec illum, ab Ordinario monitus, intra mensem a monitione recepta resumpserit;

8º Residentiam, qua tenetur, illegitime deseruerit et receptae Ordinarii monitioni, legitimo impedimento non detentus, intra congruum tempus ab Ordinario praefinitum, nec paruerit nec responderit.

Objeção II: O Desacordo entre o Santo Ofício e a Rota Romana

Exposições mais diretas sobre a aparente discordância entre o Santo Ofício e a Rota Romana sobre o impedimento de impotência e a vasectomia dupla e irreparável:

Cf. “De Capacitate Mulieris Excisae et de Impotentia Viri Vasectomiam Duplicem Passi ad Matrimonium Valide Contrahendum”, artigo escrito por Pe. Zalba e publicado na *Revista Española de Derecho Canónico*, 1947, Vol. II, Iss. 4, pp. 171-207. N.B. Em p. 193 encontra-se uma explicação do autor demonstrando que a resposta do S. Ofício de 1935 não contradisse necessariamente a prática da Rota Romana.

Cf. “The Impediment of Impotency and the Notion of Male Impotency: Part III—The Notion of Male Impotency from the Council of Trent to the Present Time”, artigo publicado em *The Jurist*, 1959, Vol. 19, Iss. 3, pp. 309-350. Em p. 346 encontra-se uma citação da Rota

Romana digna de nota, pois os juízes declaram que a opinião contrária à prática da Rota não gozava de probabilidade e, portanto, não podia ser aplicada aos casos em questão: “*The Sacred Roman Rota could not consider this new doctrine as probable and so it has not been applied in its decisions.*”²⁵⁰

“²⁵⁰ *Decisiones S. R. Rotae, Vol. XXXIII (1941), Decisio XXVIII, coram Wynen, p. 286, n.3.*”

Em pp. 193-207 de seu primeiro volume de “*Previews and Practical Cases on Marriage*”, o erudito jesuíta Cloran oferece uma exposição da disputa em questão. Confira o link.

No link aqui, pp. 392-527, pode-se encontrar outro artigo escrito pelo jesuíta Nowlan sobre vasectomia dupla e impotência matrimonial.

O jesuíta Ford, escrevendo depois no mesmo periódico, fez um artigo sobre o mesmo assunto. Usando o link aqui, seu artigo pode-se encontrar nas pp. 533-557.

Explicação de dúvida de direito:

Manuale Theologiae Moralis, T. I, Prummer, n. 329:

Divisiones dubii. 1. Dubium *iuris* et dubium *facti*, prout non certo constat vel de exsistentia alicuius iuris (seu legis) vel alicuius facti particularis. Dubium iuris est e. gr. controversia, num attentio mere externa sufficiat ad recitationem Breviarii. Dubium autem facti est e. gr. si confessarius haesitat, utrum poenitens fecerit verum votum an simplicem promissionem.

Como é um assunto amplamente tratado, não exporemos inúmeros teólogos dizendo o mesmo. Caso alguém queira uma exposição mais detalhada, referenciamos o teólogo Bender, já que possui um livro que trata extensivamente do assunto: *Dubium in Codice Iuris Canonici*.

Tolerância é sobre um mal:

Tolerance, 1913, Vermeersch, p. 5-6:

“Strictly speaking, tolerance has always some evil for its object, such as a physical defect, an intellectual error, or a moral deformity. As Trautmansdorff remarks, we approve only that which is good; we tolerate what is evil. Balmes goes farther, and says: ‘It is a monstrous absurdity to speak of tolerating goodness or virtue;’ and long before Balmes, St. Augustine had made this just observation: ‘There is no such thing as tolerance except in connection with evils.’ We tolerate an affront or an injury, but not a favour; and even in speaking of physical sensations, it is not pleasure, but pain, that we describe as tolerable or intolerable.

(...)

Tolerance, then, denotes an attitude towards evil, and the very word describes that attitude as characterized by caution and deliberation. We may say, then, that tolerance consists in a certain patience of evil, a forbearance which restrains us from showing anger or inflicting punishment.”

Objecção III: Um E-mail Esclarecedor?

Documento do Pe. Cekada

Artigo 231 da Provida:

Art. 231 — §1. Si quis certo tenebatur ad canonicam formam celebrationis matrimonii, et tantum civile matrimonium contraxit, vel coram ministro acatholico matrimonium iniit, aut si apostatae a fide catholica in apostasia civiliter vel ritu alieno se iunxerunt, ad hoc ut constet de horum statu libero, neque iudiciales sollemnitates requiruntur, neque interventus defensoris vinculi: sed hi casus solvendi sunt ab Ordinario ipso, vel a parrocho, consulto Ordinario, in praevia investigatione ad matrimonii celebrationem, de qua in can. 1019 sqq.
§2. Si quod dubium supersit de recensitis conditionibus in §1, quaestio ordinarii processus tramite definienda est.

Discrepância entre o transcrito pelo Pe. Cekada e outras fontes:

Antes de mais nada, pedimos o escaneamento em uma biblioteca e consultamos o original:

S. ROMANAE ROTAE DECISIONES SEU SENTENTIAE - QUAE PRODIERUNT ANNO 1926 CURA EIUSDEM S. TRIBUNALIS EDITAE - VOLUME XVIII, p. 289: “6. — *Cum agatur de lege, quae exceptionem continet ideoque subest strictae interpretationis (can. 19), constare debet in foro externo de gravitate incommodi et de requisitis ex can. 1098.*”

Há, porém, duas outras fontes citando a mesma decisão que dizem o mesmo, sobre o correto ser foro “externo”, não “interno”, como apontado pelo Pe. Cekada.

Citamos primeiramente uma outra página do mesmo livro que ele cita:

Canonical Procedure in Matrimonial Cases, Doheny, p. 682:

B. In Iure et in Facto. The law is the same as in the preceding case. Since the present case concerns a law containing an exception, the interpretation must be strict, as indicated in Canon 19. Hence, there must be proof in the external forum of the gravity of the inconvenience and of the requirements of Canon 1098.

The Canon Law Digest, Vol. II, 1943, Bouscaren, S.J., p. 336:

The Law. 1. Canon 1098 contains an exception to the law, and is, therefore, subject to strict interpretation according to canon 19; that is, the existence of the condition required for its application must be strictly proved in the exterior forum.

(...)

R.D. 18-287; Rota, 29 July, 1926. Final.

Definição de *species seu figura matrimonii*:

O Cardeal Gasparri define nos seguintes termos (*Tractatus Canonicus de Matrimonio*, Vol. I, 1904, n. 47:):

Nempe in genere dici potest speciem seu figuram matrimonii consistere in expressione consensus, servata forma substantiali: nam forma substantialis dat speciem, aut, si mavis, species et forma idem est. Atqui post Codicis promulgationem substantialis matrimonii forma pro bapti- zatis in Ecclesia catholica aut ad eandem conversis est, quae exponitur in can. 1094 et seq. (...) pro illis matrimonium habebit speciem seu figuram matrimonii, si forma in Codice praescripta servata fuerit, licet alia ratione sit invalidum. Quid vero si forma praescripta servata fuerit, sed aliquo defectu essentiali laboret, e. g., si deinde constet sacerdotem non fuisse competentem? Adest species seu figura matrimonii, nam habetur species seu figura formae.

Se há *species seu figura matrimonii*, defende-se a validade do matrimônio em caso de dúvida:

Gasparri, *ibid.*: “1º si matrimonium habet *speciem* seu figuram matrimonii, locum habet principium: *in dubio standum est pro valore matrimonii*; secus hoc principium non applicatur.”

Objeção IV: Católicos que se Casam no Civil não Têm a Intenção de Contrair um Matrimônio Católico

[UM ALERTA DE CALÃO PESSOAL](#) - Pe. Gabriel Maria Graciani Rodrigues

Antes de apresentarmos as fontes que refutam esta objeção, desejamos recapitular, de forma brevíssima, os argumentos propostos. A argumentação do Pe. Gabriel Maria fundamenta-se em alguns pontos principais, ao menos no que se refere aos obrigados à forma canônica segundo o cânon 1099:

1. Quem contrai matrimônio civil, podendo contraí-lo em uma igreja católica, não deseja o Sacramento do Matrimônio e, portanto, casa invalidamente.

2. Para que um matrimônio seja válido, exigir-se-ia a intenção de contrair especificamente o matrimônio católico.

3. Para que o cânon 1098 possa ser aplicado, seria necessário, de algum modo, conhecer previamente o próprio cânon.

4. Seria indispensável que houvesse uma previsão subjetiva da ausência do pároco, do Ordinário, e do delegado durante o mês subsequente, para que o casamento celebrado fosse válido.

Fazemos questão de mencionar, ainda que muito sucintamente, alguns nomes de grande relevância que *discordaram explicitamente* dessas afirmações (e, ao longo das fontes, os leitores poderão encontrar muitas outras referências). Esta enumeração abaixo é de acordo com a lista das afirmações acima:

1. Cardeal Gasparri, Cappello, Fus, Wu;

2. Bidagor, Bender, Fus e Wu (com o adendo de que não encontramos sequer vestígio desse critério depois de pesquisar em dezenas de manuais);

3. Dalpiaz, Bidagor, Bender, Fus, Wu, Carberry;

4. Vermeersch, Miguélez, Fus, Wu, Segura Elizmendi.

Em síntese, contra todas e cada uma dessas afirmações do Pe. Gabriel estão os dois doutorados (Fus na Catholic University of America e Wu na Urbaniana) da década de 50 especificamente sobre o cânon 1098, o qual dita as normas justamente sobre a forma canônica extraordinária. Além disso, os outros nomes citados envolvem teólogos de enorme peso: consultores de Sagradas Congregações (Vermeersch, Bidagor, Cappello), Promotor de Justiça do Santo Ofício (Dalpiaz), professores da Pontifícia Universidade Gregoriana (Cappello, Cardeal Gasparri, Vermeersch, e Bidagor), o Secretário da Comissão que elaborou o Código de 1917 e que foi também Presidente da Pontifícia Comissão para a Interpretação Autêntica do Código (Cardeal Gasparri), um professor do Angelicum (Bender), o reitor da Universidade de Salamanca e decano da Rota Espanhola (Miguélez), um bispo cujo doutorado versou sobre a forma canônica (Carberry) e um doutorado em Direito Canônico no Institutum Pontificium Utriusque Iuris de Roma (Elizmendi).

Gostaríamos de lembrar aos leitores que, segundo cânon 15, a dúvida de direito sobre uma lei **sempre** faz com que ela não urja. Se há dúvida de direito, a lei não se aplica. O Pe. Edward Roelker, doutor em Direito Canônico e professor de Direito Canônico na CUA em seu livro *Invalidating Laws* (1955) explica isso muito claramente (p. 133):

Now what does canon 15 say in regard to a doubt of law? The principal point mentioned in regard to a doubt of law is that laws about which there is such doubt do not bind. And the canon specifically includes invalidating laws in this statement. It would not have been necessary to include these laws specifically, but the legislator evidently intended to leave no doubt of their inclusion. Hence any question that might arise in regard to the importance of the law, or in regard to possible harmful effects to society or its members is excluded. Similar questions of decency and propriety are also excluded. The legislator has determined that nothing can stand against the principle that a doubtful law does not bind. This determination is evident from the specific inclusion of invalidating laws in canon 15. Hence, according to this canon, whatever can be said about the foundation and applicability of canon 15 to non-invalidating laws can also without reservation be predicated of invalidating laws.

Como consequência óbvia, a posição do Pe. Gabriel implica, necessariamente, que não há qualquer dúvida de que todos esses gigantes estejam completamente equivocados. Diante de fontes dessa magnitude, limitou-se a afirmar em seu "UM ALERTA DE CALÃO PESSOAL" que *“as citações utilizadas não se aplicam ao contexto atual, pois dizem respeito a tempos normais ou não encontram base prática”*. Convidamos aos interessados que leiam e verifiquem se as citações não encontram realmente nenhuma base prática, ao ponto de se poder desconsiderar totalmente tais autoridades.

Intenção de matrimônio especificamente católico:

Faz-se mister ressaltar este argumento, pois é o principal utilizado pelo Pe. Gabriel contra nossa posição e, como dito no vídeo, não conseguimos encontrar respaldo desta exigência para validade em nenhum tratado matrimonial.

Caríssimos, esta suposta exigência, se existisse, não configuraria uma exceção raríssima. Não estamos falando de um critério de caráter sumamente excepcional: estamos falando de um requisito que afetaria a validade de inúmeros matrimônios em situações ordinárias, como todos podem claramente perceber.

Se tal critério realmente existisse, por que razão Bidagor, decano de Direito Canônico da Gregoriana, afirmou não haver o menor vestígio dele no Código de Direito Canônico? E se tal elemento fosse de fato tão relevante, por que não logramos encontrá-lo ao compulsar dezenas de manuais de Teologia Moral, de Direito Canônico, e até tratados especializados sobre o matrimônio? Se esse requisito fosse real, encontrar-se-ia, sem dúvidas, exposto com clareza e categoricamente em praticamente todos os manuais matrimoniais. A verdade, porém, é que os manuais sequer aludem a este critério.

Na verdade, as grandes fontes que encontramos tratando mais explicitamente do assunto (ou de algo bem semelhante, como ter que desejar um “casamento cristão”,

“casamento canônico”, ou “casamento eclesiástico”) se reduzem a concluir que tal critério sequer existe. Esta é a conclusão de Dalpiaz (Promotor de Justiça do Santo Ofício), Bidagor (decano supracitado), Bender (professor no Angelicum), Fus (doutorado sobre o cânon 1098 na CUA em 1954) e Wu (doutorado sobre o cânon 1098 na Urbaniana em 1956).

Na seguinte citação de um comentário do Direito Canônico, diz-se que o consentimento natural não é juridicamente eficaz apenas quando há alguma lei que o impeça de produzir efeito jurídico. *Comentarios alCodigo de Derecho Canonico*, Vol. II, Miguélez, Lobo, e Moran, n. 446:

Es naturalmente suficiente cuando el acto de la voluntad tiene todos los elementos *psicológicos* que se requieren para que pueda producir el efecto a que se ordena, los cuales puede tener a pesar de la ley, que es algo externo, y aun en contra de la ley. Es *jurídicamente eficaz*, si no hay alguna ley—natural, divina o humana—que impida que el consentimiento natural produzca el efecto jurídico de la creación del vínculo matrimonial.

De onde proveio, porém, tal critério de casamento católico? Qual a origem dessa suposta legislação? Permanece um enigma. Até hoje, nossos adversários não apresentaram **uma única** fonte anterior ao Concílio Vaticano II que defendesse essa novidade.

Deve-se necessariamente concluir que este critério não decorre da essência do matrimônio enquanto contrato natural (porque senão compeliria os pagãos), nem enquanto elevado à dignidade sacramental (senão abrangeria todos os batizados). Consequentemente, a única possibilidade é que tenha havido a promulgação de uma lei (divino-positiva ou eclesiástica) que imponha tal critério. Onde está, porém, essa lei? Por que ninguém consegue nos mostrá-la?

No decorrer das anotações à Objeção IV poderão ser encontradas diversas fontes que militam contra esta ideia — como, por exemplo, Regatillo, ao afirmar que matrimônios entre católicos podem ser válidos, em certas circunstâncias, “aunque estuvieren en disposición de prescindir del párroco en todo caso”. Procurando, porém, evitar a repetição de trechos utilizados em outras partes, apresentamos abaixo as principais fontes que não foram empregadas em outro local:

The Extraordinary Form of Marriage according to Canon 1098, 1954, Fr. Edward Anthony Fus, A.B., J.C.L. p. 126:

It will be noted that the Rota demands merely a consent that is valid according to the natural law. It does not demand that the parties know of the extraordinary form of marriage, that they intend using it; that they intend contracting a marriage which is specifically a canonical, ecclesiastical, Catholic or sacramental marriage. By operation of the law, the naturally valid matrimonial consent is recognized by the Church as juridically efficacious.

“De validitate aut nullitate matrimoniorum a captivis ex bello in Russia initorum”, artigo escrito por Dalpiaz (Promotor de Justiça do Santo Ofício) e reproduzido no livro *Consultationes Iuris Canonici*, Vol. II, 1939, pp. 146-149:

E contra non apparet quomodo in casibus can. 1098 nupturientes scire et intendere debeant, sub sanctione nullitatis, se contrahere matrimonium specificè catholicum seu ecclesiasticum seu canonicum.

(...)

Quin igitur aliud requiratur, putamus validum esse matrimonium a catholicis ad normam can. 1098 initum, dummodo ipsi verum matrimonium intendiderint, et testes de praestito coram se consensu matrimoniali testari valeant.

“Valor Actus, ut aiunt, Civilis in Casibus qui a c. 1098 Reguntur”, 1955, artigo escrito por Bender e publicado no *Monitor Ecclesiasticus*, Vol. 80, Iss. 1. O artigo é de pp. 106-119; a citação é de pp. 112-114:

“Adhuc alia in hac parte designari possunt quae non sunt vera aut saltem non exacte praebeant doctrinam canonicam. Respondens enim ad validitatem matrimonii requiritur « ut nupturientes habeant intentionem dandi suo consensui... *valorem matrimonii ecclesiastici (canonici)* ». Hoc mihi videtur erronee dictum. Id quod requiritur et sufficit ad matrimonii validitatem nihil aliud est quam ut nupturientes praebeant verum consensum matrimoniale, naturaliter validum, et hunc consensum manifestent in forma iuridica, quae pro ipsis hic et nunc valet. Si versentur in adiunctis ut pro ipsis hic et nunc valeat ius can. 1098 statutum, *ex parte formae* sufficit ut consensum manifestent coram duobus testibus et nihil aliud requiritur, neque subiective neque obiective, i. a., nulla requiritur scientia possibilitatis sic contrahendi. *Ex parte autem consensus* requiritur ut sufficit ut praebeant verum consensum, a. v. ut velint nunc fieri coniuges; ut velint perficere id quod omnes vocant « *inire matrimonium* ». Proprie nihil amplius requiritur. Nullatenus requiritur ut velint huic consensui dare ultra suam essentiam aliquem valorem specialem, scilicet valorem matrimonii canonici seu matrimonii ecclesiastici.

Hoc praeprimis constat, quia matrimonium canonicum non habet specialem valorem et non est aliud matrimonium quam matrimonium civile aut matrimonium quod est neque canonicum neque civile, quia celebratum est absque ullo interventu Ecclesiae et Status simul, sicut antiquitus sic dicta matrimonia clandestina valida, ubique ante Concilium Tridentinum; deinde usque ad decretum *Ne temere* in locis ubi caput *Tametsi* non fuit promulgatum et ubique pro matrimoniis quorum saltem alteruter contrahentium personaliter non tenebatur lege « Tametsi »; et hodie matrimonia eorum, qui non tenentur neque forma canonica neque forma civili, eorum scilicet qui sunt baptizati sed non in Ecclesia catholica, e.g. duo lutherani viunde baptizati.

Caute cavendum est ne concipiamus distinctionem inter matrimonium canonicum et matrimonium civile tamquam distinctionem qua distinguuntur duae species matrimonii. Habetur tantum distinctio quoad *modum* seu *formam* manifestandi consensum. Matrimonium canonicum est matrimonium naturale celebratum in forma canonica. Matrimonium civile est matrimonium naturale celebratum in forma civili. Sed quodlibet matrimonium est eiusdem speciei; est ille contractus a Deo lege naturali institutus, ab origine humani generis; ille contractus quo vir et mulier sibi tradunt et acceptant ius in corpus perpetuum et exclusivum, in ordine ad actus per se aptos ad prolis generationem.

Quodlibet matrimonium concretum est individuum *eiusdem speciei*; habet *eundem* valorem in sensu de quo hic est sermo: relate ad validitatem⁸. Forma iuridica non mutat contractus speciem, sed est modus contrahendi, modus manifestandi consensum. Si aliquis contractus, sicut matrimonium, celebrari potest in pluribus formis, a diversis legibus aliis personis praescriptis, in quolibet casu concreto agitur de contractu qui est idem specie: de matrimonio quod est idem specie. Quapropter fieri potest ut idem matrimonium concretum sit simul matrimonium canonicum et matrimonium civile, e. g. si duo catholici in adiunctis de quibus agit canon 1098 consensum verum praebeant coram magistratu civili et duobus testibus.

Cum autem non detur nisi unum matrimonium, ad validitatem non requiritur ut contrahentes expresse seu intentione bene determinata velint matrimonium canonicum seu ut velint dare consensum valorem matrimonii *canonici* seu *ecclesiastici*. Sufficit ut velint contrahere verum matrimonium seu id quod Deus instituit seu contractum illum quem omnes homines designant nomine matrimonii, illum sic distinguentes ab omnibus aliis contractibus.

⁸ Neque dici potest matrimonium canonicum habere valorem specialem, quia est sacramentum. Nam praeprimis dantur matrimonia canonica quae non sunt sacramentum, scilicet matrimonia celebrata in facie Ecclesiae inter partem catholicam et partem non baptizatam. Et vice versa multa contrahuntur matrimonia civilia, quae sunt sacramenta, e. g. quoties duae personae valide baptizatae sed non in Ecclesia catholica contrahunt in forma lege civili praescripta. Sacramentum seu sacramenti dignitas nullatenus dependet a forma qua matrimonium celebratur, sed *a conditione contrahentium*; ab eorum « *esse baptizatum* ». Insuper, sacramentum non dat contractui *aliud* valorem, sed tantummodo confert aliquam virtutem superadditam, Matrimonium naturale et matrimonium sacramentale aequo modo sunt valida. Sed hoc habet etiam effectus aliquos superadditos ad contractum naturalem, scilicet effectus in ordine supernaturali.”

De Forma Canonica Extraordinaria Celebrationis Matrimonii (Can. 1098 CJC.), 1956, Pe. Wu, p. 149:

Quamdiu ergo consensus matrimonialis naturaliter validus, inter personas jure habiles, legitime manifestatus, matrimonium jam constitutum est. Jam vero «consensus matrimonialis est actus voluntatis quo utraque pars tradit et acceptat jus in corpus, perpetuum et exclusivum, in ordine ad actus per se aptos ad proles generationem». Quare necessaria est solummodo intentio ineundi matrimonium verum; consequenter, quamvis in forma ordinaria de qua in can. 1094 quasi semper concomitatur cognitio et intentio contrahendi matrimonium etiam canonicum, sed haec deficere possunt, manente quidem consensu vere matrimoniali, ideoque non ad validitatem requiritur.

“Circa Interpretationem Canonis 1098 C. I. C.”, artigo escrito por Bidagor e publicado em *Monitor Ecclesiasticus*, 1953, Vol. 78, Iss. 3. O artigo é de pp. 473-488; a citação abaixo é de pp. 484-488.

(...) requirit in sponsis et in his qui matrimonio secundum canonem 1098 assistunt, intentionem celebrandi matrimonium canonicum. Atqui neque minister acatholicus neque officialis civilis, neque testes habent talem intentionem. Ergo.
(...)
Sed neutra sententia valet. (...)de intentione (...) requisita nullum vestigium in iure est

Na revista *l'Ami du Clerge*, T. 61, 1951, p. 668, na seção “Questions de science ecclésiastique”, aparece a seguinte pergunta submetida por um leitor:

Q. — Dans notre pays (Amérique du Sud), qui souffre d'une grande pénurie de prêtres, beaucoup de campagnes sont pratiquement abandonnées. Pour les mariages en particulier, même les baptisés, sous les prétextes les plus divers (distance à parcourir pour rencontrer le prêtre, frais à payer pour la solennité, etc.), vont au plus court et s'unissent sans aucune forme de mariage, ni canonique ni symbolique. Beaucoup même n'ont aucune intention de se marier chrétiennement : ils n'y songent pas.

Comme unique remède à cette situation, des religieux missionnaires passent périodiquement dans les campagnes, et, après quelques jours de mission, en vertu de pouvoirs spéciaux reçus de l'Ordinaire, régularisent ces unions par centaines et même par milliers.

Afin de prévenir le mal, plutôt que de le guérir, plusieurs ont émis l'opinion qu'il faudrait instruire les fidèles et leur apprendre à célébrer leurs mariages selon la forme prévue au canon 1098. D'autres hésitent à ouvrir cette porte, objectant que les campagnards, la plupart illettrés, s'adresseront plutôt à la mairie et ainsi, dans leur esprit, sera consacrée la valeur du mariage civil.

Qu'en pense l'Ami?

Em resumo, o leitor estava perguntando, entre outras coisas, sobre a situação de um país na América do Sul, onde muitos fiéis, sofrendo por muita ignorância e falta de acompanhamento de padres, acabavam se casando sem intenção de casamento cristão, pois nem pensavam em tal coisa no momento de realizar suas uniões na ausência do clero.

A resposta dessa pergunta foi escrita pelo Cônego André Bride, que foi decano da Faculdade de Direito Canônico de Lyon. Além de falar, como defendemos, que casamento civil nessas situações poderia ser válido, ele explica que não existe nenhuma necessidade de uma intenção de um casamento especificamente “cristão”—basta o consentimento naturalmente suficiente (o.c., p. 669):

Tout dépend de l'intention ou volonté qui animait les futurs; le seul point à éclaircir est celui-ci: ont-il donné l'un et l'autre un consentement *naturellement suffisant*. Il ne s'agit donc pas de savoir s'ils ont eu l'intention de contracter un mariage « chrétien » (c'est-à-dire selon la loi de Dieu et de l'Eglise; ils ignorent les particularités de la loi ecclésiastique pour leur cas), mais s'ils ont voulu réaliser une union valable en regard du droit naturel.

Santa Sé concedia faculdade para *sanatio in radice* de casamentos feitos no civil:

Navarrete, S.J., que foi professor de direito matrimonial na Gregoriana, diz que é notório que a Igreja não raramente concede *sanatio in radice* aos matrimônios chamados civis. *Periodica de Re Morali Canonica Liturgica*, Vol 52, 1963 (*imprimi potest* de 1962), p. 375: "*Ut notum est, Ecclesia non raro sanat in radice matrimonia quae dicuntur civilia, si nullum impedimentum iuris divini momento celebrationis obstabat eorum validitati (...)*"

Bidagor, o.c., p. 486:

Eadem S. C. de Sacramentis in facultatibus quas concedere solet tempore persecutionum, hanc quoque recenset: «sanandi in radice *matrimonia coram magistratu civili et duobus testibus...* nisi contrahentibus, liberis a dictis impedimentis, applicanda sit norma a canone 1098 cum authenticis interpretationibus dierum 10 novembris 1925 et 25 iulii 1931 statuta; *quo in casu valida et licita sunt matrimonia talibus in adiunctis contracta.*» Ita occasione belli civilis in Hispania, die 13 ianuarii 1937. Cfr. SAL TERRAE, 1938, p. 72, et optimum commentarium R. P. Regatillo, e. 1., p. 134.

Ius Matrimoniale, 1937, Chelodi-Dalpiaz, n. 42:

Congr. Sancti Officii tribuit facultatem dispensandi super mixta religione aut etiam disparitatis cultus (excepto tamen casu matrimonii cum parte iudaica aut mahumetana), necnon sanandi in radice matrimonia coram magistratu civili vel ministro acatholico cum huiusmodi impedimentis attentata.

Tractatus Canonicus de Matrimonio, Vol. II, 1932, Card. Gasparri, p. 465-466:

Facultates matrimoniales S. C. S. Officii, quae continentur in «Indice Facultatum Quinquennialium» S. C. Consistorialis sub formula IV et sub folio A.”

(...)

“Sanandi in radice matrimonia attentata coram Officiali civili vel ministro acatholico a suis subditis etiam extra territorium (...)

The Jurist, Vol. 4, Iss. 1, 1944-01, p. 144:

Quinquennial faculty granted to bishops by the Holy Office:

Sanandi in radice matrimonia attentata coram officiali civili vel ministro acatholico a suis subditis etiam extra territorium, aut non subditis, intra limites proprii territorii, cum impedimento mixtae religionis aut disparitatis cultus, dummodo consensus in utroque coniuge perseveret, isque legitime renovari non possit, sive quia pars acatholica de invaliditate matrimonii moneri nequeat sine periculo gravis damni aut incommodi a catholico coniuge subeundi; sive quia pars acatholica ad renovandum coram Ecclesia matrimonialem consensum, aut ad cautiones praestandas, ad praescriptum Cod. I. C. can. 1061, § 2, ullo modo induci nequeat; exceptis casibus: 1° in quo pars acatholica adversatur baptismo vel catholicae educationi prolis utriusque sexus natae vel nascituae; 2° in quo ante attentatum matrimonium, sive privatim sive per publicum actum, partes se obstrinxerunt educationi non catholicae prolis, ut supra: dummodo aliud non obstat canonicum impedimentum dirimens, super quo ipse dispensandi aut sanandi facultate non polleat.

Quinquennial faculty granted to bishops by the Sacred Congregation of the Sacraments:

Sanandi in radice matrimonia nulliter contracta ob aliquid ex impedimentis iuris ecclesiastici maioris vel minoris gradus, exceptis iis provenientibus ex sacro presbyteratus ordine et affinitate in linea recta, matrimonio consummato, si magnum adsit incommodum requirendi a parte, ignara nullitatis matrimonii, renovationem consensus, dummodo tamen prior maritalis consensus perseveret et absit periculum divortii; monita tamen parte conscia impedimenti de effectibus huius sanationis et debita facta adnotatione in libro baptizatorum et matrimoniorum.

Sobre intenção de receber o Sacramento:

Tractatus Canonico-Moralis de Sacramentis, Vol. V, 1950, Cappello, p. 576: “*Si quis*

dicat: nolo sacramentum, sed volo absolute et omnino matrimonium, hoc valet et est verum sacramentum (...) Si quis dicat: volo matrimonium, sed non sacramentum, secus nolo ipsum matrimonium, coniugium est nullum (...)”

Tractatus Canonicus de Matrimonio, Vol. II, 1932, Card. Gasparri, p. 46: “*Quod si pars mentali intentione excludat tantum rationem Sacramenti, dicens positive in mente sua: volo matrimonium, sed nolo Sacramentum, valet matrimonium et est verum Sacramentum*”

Moral Theology, 1948, Jone, O.F.M. Cap., J.C.D., n. 657: “*The explicit intention to receive a Sacrament is not necessary for its reception; it suffices to intend contracting a valid marriage.*”

Ius Matrimoniale, 1937, Chelodi-Dalpiaz, n. 116:

Quod si pars excludere intendit dumtaxat *sacramentum* sed non matrimonium ita ut matrimonium omnino et absolute velit, haec intentio nihil operatur, quia, posito valido matrimonio, sacramentum consequitur ex voluntate divina; quod si pars ita sacramentum excludat ut ipsum matrimonium nollit, si simul sit sacramentum, matrimonium est invalidum, quia consensus in ipsum matrimonium deest. Haberetur in hoc altero casu condicio vere et proprie dicta, quae tamen non praesumi posset, sed demonstrari deberet.

Summa Theologiae Moralis, Vol. III, Merkelbach, n. 786:

1^o Catholicos, imo haereticos vel schismaticos modo baptizatos, dum valide celebrant matrimonium, simul et suscipere sacramentum, etsi illud ignorent aut negent (q. 51, a. 2, ad 2); — imo si id nolint, dummodo praevaleante voluntate matrimonium inire intendant et sacramentum non omnino excludant: hoc enim casu nec valide contraherent.

Cânon 1084: “*Simplex error circa matrimonii unitatem vel indissolubilitatem aut sacramentalem dignitatem, etsi det causam contractui, non vitiat consensum matrimonialem.*”

Cânon 1081: “*Matrimonium facit partium consensus inter personas iure habiles legitime manifestatus; qui nulla humana potestate suppleri valet. §2. Consensus matrimonialis est actus voluntatis quo utraque pars tradit et acceptat ius in corpus, perpetuum et exclusivum, in ordine ad actus per se aptos ad prolis generationem.*”

Cânon 1139: “*Quodlibet matrimonium initum cum utriusque partis consensu naturaliter sufficiente, sed iuridice inefficaci ob dirimens impedimentum iuris ecclesiastici vel ob defectum legitimae formae, potest in radice sanari, dummodo consensus perseveret. §2. Matrimonium vero contractum cum impedimento iuris naturalis vel divini, etiamsi postea impedimentum cessaverit, Ecclesia non sanat in radice, ne a momento quidem cessationis impedimenti.*”

Cânon 1140: “*Si in utraque vel alterutra parte deficiat consensus, matrimonium nequit sanari in radice, sive consensus ab initio defuerit sive ab initio praestitus, postea fuerit*

revocatus. §2. Quod si consensus ab initio quidem defuerit, sed postea praestitus fuerit, sanatio concedi potest a momento praestiti consensus.”

Pe. Wu, em seu doutorado, considera várias opiniões sérias e conclui que o nubente não precisa de nenhum conhecimento da lei de cânon 1098. *De Forma Canonica Extraordinaria Celebrationis Matrimonii (Can. 1098 CJC.)*, 1956, n. 137:

Omnibus mature consideratis, sententiam affirmativam amplectere non audemus, dum sententia negativa non tantum ratione extrinseca gaudet⁵¹, verum etiam gravibus rationibus intrinsecis fulcitur. Heic nolumus omnia argumenta a fautoribus sententiae negativae proposita singillatim ponderare et evolvere, sed tantum quaedam ulterius adnotare et addere quae nobis videntur majoris momenti ad clarificandam quaestionem praesentem.

(...)

⁵¹ Explicite hanc sententiam tenent, v. g. Payen, o. c. III, n. 1819-1823; Vromant, o. c. n. 207; Bidagor, o. c. *Monitor Eccl.* 1953, p. 473-478; Bender, o. c. *Angelicum*, 1953, p. 174-180; item *Monitor Eccl.* 1955, p. 106-119; Dalpiaz, o. c. *Apolinaris*, 1937, 272-274; Segura Elizmedi, o. c., n. 80; Fus. o. c., p. 125; etc.

Fus, o.c., p. 125, diz o mesmo:

This will not be admitted by anyone. Further, in no possible way can this demand, i.e., that the parties know of the extraordinary form and intend a sacramental marriage, be read into the canon, and even less that such is demanded under pain of nullity. In the absence of such an invalidating clause, one cannot claim that such knowledge or intention is required for validity.

Na seguinte citação, Regatillo explica que se pode contrair matrimônio legítimo segundo o cânon 1098 mesmo ignorando a lei. *Casos Canonico-Morales*, T. II, 1958, n. 830:

Aun ignorando ellos las normas contenidas en ese canon contraen matrimonio legítimo; más aún, aunque estuvieren en disposición de prescindir del párroco en todo caso, por no querer nada con la Iglesia, de hecho concurren las circunstancias del c. 1098. Pues, así como la ignorancia de las leyes irritantes e inhabilitantes, como las de los impedimentos matrimoniales y de la forma del matrimonio, no excusan de la nulidad de éste; así, por el contrario, la ignorancia de la ley que permite la forma extraordinaria, no impide que valga el matrimonio así celebrado. Y esto, como digo, aunque hubiera mala voluntad; siempre que se den las circunstancias del canon citado; y que los contrayentes quieran ser verdadero marido y mujer, no meros concubenarios. Y así valieron los matrimonios celebrados durante nuestra última guerra en territorio rojo, ante la autoridad civil o militar y un testigo, o ante solos dos testigos, cuando no se podía celebrar de otro modo. Por más de que muchos de los rojos nada querían con la Iglesia, y estaban resueltos a prescindir de ella en todo caso. Esta doctrina ampliamente expuesta en *Sal Terrae*, 1938, pp. 145, 294, fué confirmada por el S. Oficio, 9 jun. 1943.

É interessante notar que, nesta mesma citação, o Regatillo diz que o matrimônio de pessoas que não querem nada com a Igreja seria válido, se concorrerem as condições do cânon 1098. Também diz que essa doutrina foi confirmada pelo Santo Ofício.

Cânon 16: “*Nulla ignorantia legum irritantium aut inhabilitantium ab eisdem excusat, nisi aliud expresse dicatur. §2. Ignorantia vel error circa legem aut poenam aut circa factum*

proprium aut circa factum alienum notorium generatim non praesumitur; circa factum alienum non notorium praesumitur, donec contrarium probetur.”

Lista de alguns autores que falam que ao menos na prática a previsão subjetiva não é necessária para a validade:

1. John Joseph Carberry, em seu doutorado em Direito Canônico *The Juridical form of Marriage an Historical Conspectus and Commentary*, de 1934;
2. Arthur Vermeersch, em seu renomado jornal *Periodica de Re Canonica et Morali*, 1926, Vol. XIV, p. 185-186;
3. O teólogo Bender, que escreveu sobre isso no artigo "De Matrimonii Forma Iuridica Extraordinaria" publicado no *Angelicum*, Vol. 30 (1953), pp. 174-180;
4. O Pe. Juan B. Castaño, O.P., que escreveu na revista *Teologia y Vida* o artigo "Matrimonio sin Sacerdote";
5. O Pe. John de Reeper, que escreveu um artigo no *The Jurist* chamado "The History and Application of Canon 1098";
6. O Pe. Bidagor, que escreveu o artigo "Circa Interpretationem c. 1098 CIC" publicado no *Monitor Ecclesiasticus*, Vol. 78 (1953), pp. 473-485;
7. O canonista Vromant, que escreveu o *Ius Missionariorum* (tem um tomo só sobre matrimônio em situações de missão);
8. O Cônego Magistral de Barcelona Dr. Segura Elizmendi, em seu doutorado no renomado Pontificium Institutum Utriusque Iuris de Roma: *El matrimonio Rojo: Validez y Nulidad Canónica del Matrimonio Civil en la Guerra y en la Postguerra de España*.
9. O Pe. Joannes Baptista Wu, em seu Doutorado em Direito Canônico *De forma canonica extraordinaria celebratonis matrimonii (Can. 1098 CJC.)*, em 1956.
- 10, 11 e 12. Os Doutores Arturo Alonso Lobo, O.P., Lorenzo Miguélez Dominguez e Sabino Alonso Moran, O.P. no *Comentarios al Código de Derecho Canónico*, Vol. II, com *imprimatur* de janeiro de 1962 (lembrando que Miguélez era o Decano da Rota Espanhola).
13. O Frei Pacômio Thieman, O.F.M., que escreveu o artigo "De canone 1098 et matrimonio civili" na *Revista Eclesiástica Brasileira* (Vol. II, fasc. 2, junho de 1942).

Citamos ainda o Pe. Zalba, que em seu Manual de Teologia Moral afirma esta opinião dos autores (*Theologiae Moralis Summa*, Vol. III, 1958, n. 1405):

“**Prudenter praevideatur**, vel potius praevideri *possit*⁴⁹ (...)”

⁴⁹ Nimirum, si ex conditione rerum obiectiva praevideri possit morali certitudine parochum vel delegatum per mensem aut haberi aut adiri non posse, etsi previsio positive et subiective efformata non sit (...)”

Os 13 autores citados defenderam esta tese explicitamente, mas Bidagor ainda diz que implicitamente defendem o mesmo: Cappello, Gasparri, Wernz-Vidal e Dalpiaz (o.c., p. 485).

Não entraremos em detalhes, uma vez que o extenso número de autores renomados já deixa bem claro que há ao menos dúvida na questão. Os artigos do Bidagor e do Bender fornecem uma exposição bem completa da discussão, com objeções e respostas às objeções.

Deixamos aqui, porém, um trecho da explicação da questão feita pelo Bender (o.c., pp. 178-179):

Haec canonis interpretatio non est ipsis verbis legis contraria seu non detorquet sensum verborum certum, in textu aut contextu consideratum. Ergo admitti potest, imo et debet, si rationibus gravibus fulciatur. Hae rationes haberi videntur, scilicet:

1. In hac interpretatione difficultates non leves evitantur quae oriuntur ex interpretatione subiectiva. In ea enim facultas celebrandi coram solis testibus dependet ab actu subiectivo alicuius personae, scilicet a prudenti praevisione. Cum autem lex adhibeat formam passivam, non determinat de cuius vel de quorum actu agitur: de actu sponsi aut sponsae, aut amborum aut aliarum personarum. Forma passiva saepe est indeterminata et causat incertitudines, nisi reducat ad statum obiectivum. Exemplum habemus in canone 1045, in verbis « quoties impedimentum detectum omnia sint parata ad nuptias ». Commissio ad S. Canones Interpret. solvere debuit dubium, ortum propter usum formae passivae « a quo detegatur? ». Estne requisitum ut impedimentum a sponso detegatur postquam omnia parata sunt? an sufficit, ut detegatur hoc tempore a solo paroco, sponsis iam antea consciis de impedimenti existentia? Responsio data praebet certitudinem, quam verbum passivum non praebet: « sufficit ut parochus detegat aut Ordinarius ». Fieri potest ut in eodem loco sponsi prudenter praeviderint conditionem esse per mensem duraturam, cum alii, puta catechistam ex litteris privatis solus certus sit de contrario, i.e. de adventu missionarii intra paucos dies. Insuper prudens praevisio ut actus subiectivus dependeat ab elementis internis. Difficile erit probare iudicium non fuisse prudens.

2. Finis legis videtur exigere vel saltem enixe commendare interpretationem obiectivam. Finis legis enim esse videtur, ut in locis ubi per notabile tempus fideles habere non possunt sacerdotem tollatur obligatio, et quidem lege irritante statuta, servandi formam ordinariam et detur possibilitas contrahendi valide modo saltem publico. Nulla datur ratio restringendi hanc facultatem ad eos qui de his circumstantiis actu cogitantes personaliter praeviderint perduratum circumstantiarum.

3. Interpretatio obiectiva minus quam interpretatio subiectiva a iure veteri, in Decreto *Ne temere* contento, discedit. In utroque iure tunc exigitur factum praesens, scilicet in iure antiquo: status rerum praesens qui nunc iam per mensem perseverat; in iure Codicis: status rerum praesens qui talis est, ut prudenter praevideri possit et debeat eum esse per mensem duraturum. Facultas seu possibilitas contrahendi coram solis testibus in utroque iure dependet ab obiectivo statu seu conditione in quibus sponsi tempore celebrationis versantur.

Videtur ergo canonem 1098 §1 esse interpretandum sic ut verba « dummodo prudenter praevidetur » sumantur in sensu obiectivo, in quo aequiparantur verbis: dummodo prudenter praevideri possit et debeat eam rerum conditionem esse per mensem duraturam.

Princípio “Legislator quod voluit expressit, quod noluit tacuit”:

Este princípio é amplamente reconhecido. Como prova suficiente, basta citar que tal princípio pode ser encontrado nos próprios volumes da *Acta Apostolicae Sedis*: 1907, p. 535; 1908, p. 283; 1910, p. 346; 1913, p. 223; e 1925, p. 246.

A presunção é que maus católicos, laxos, indiferentes, mal instruídos, etc., querem se casar de verdade quando realizam uma união civil:

O Pe. Gabriel, falando sobre esta doutrina, diz o seguinte: “[é] uma afirmação gratuita, em minha opinião, pois inventa uma intenção (contrair um casamento católico) em detrimento dos fatos externos: comparecer perante o juiz civil para contrair um casamento civil”.

O Pe. Gabriel afirma que **em sua opinião** isso é uma afirmação gratuita que inventa uma intenção. Recorramos, portanto, aos órgãos oficiais e aos teólogos da Igreja e vejamos o que eles ensinam.

A *Sacra Congregatio de Propaganda Fide*, já em 1785, justamente tratando de pessoas que se casaram no civil sem saberem que tal ato poderia ser válido para a Igreja nas circunstâncias em que se encontravam, afirmou a validade de tais casamentos. *Collectanea S. Congregationis de Propaganda Fide*, Vol. I, 1907, n. 580:

Per gli altri finalmente della terza classe, i quali *hanno volontà di prendere una vera moglie*, ma sono nell’errore, che non sia sufficiente al valore del matrimonio di presentarsi innanzi al giudice turco, ma se *sapessero la sufficienza di questo loro atto a contrarre il matrimonio vero, intenderebbero senz’altro di contrarlo*, la S. C. coerentemente a quel tanto, che a lui fu scritto il dì 19 Aprile 1783, rapporto ad un matrimonio consimile di una donna armena, ha deciso, che questi matrimoni siano validi, quando non v’intervenga qualche altro canonico impedimento. Imperocchè secondo le circostanze del caso proposto, non può dubitarsi del vero, legittimo, interno e reciproco consenso dei contraenti. Il loro errore di non potersi contrarre validamente il matrimonio avanti il giudice turco, non può renderlo nullo; imperocchè non concerne, nè appartiene alla sostanza del matrimonio, e non toglie la precedente volontà di chi voleva celebrarlo, ma cade solamente nella sua forma e solennità, e così non può renderlo invalido, giacchè si nel matrimonio, come negli altri contratti, quando l’errore è concomitante, e non influisce sull’essenza della cosa che si vuole, ma sulle sue qualità accidentali, rimane il contratto valido.

Na *Acta Apostolicae Sedis* de 1912, p. 634, encontramos um julgamento da Rota em que, após o nubente ter declarado que não sabia que o civil poderia ser válido nas circunstâncias em que se casou, a Rota responde que isso não é suficiente para se excluir o consentimento:

Profecto contrahentes erant de iure habiles; at Antonius excipit se ignorasse matrimonium civile Londini contractum potuisse valere etiam coram Ecclesia: «Facendo il matrimonio civile con la Bernadth, io non avevo affatto cognizione del fatto che il matrimonio semplicemente civile, anche senza celebrazione ecclesiastica, fosse valido anche avanti la Chiesa».

Sed haec ignorantia vel iuris error de se non est sufficiens ad excludendum consensum in verum matrimonium (...)

Manuale Theologiae Moralis, T. III, 1955, Prummer, pp. 644:

Hinc matrimonia civilia contracta inter *acatholicos* verum consensum maritalem habentes et nullo alio impedimento dirimente obstrictos sunt valida. Idem valet de matrimoniis civilibus mixtis in Germania et in Hungaria contractis ante d. 18 Maii 1918. – In praxi magna difficultas oritur in definiendo, utrum revera adfuerit in celebratione civilis matrimonii consensus maritalis necne. Ordinarie stat praesumptio pro insufficienti consensu, ac proinde pro invaliditate matrimonii civilis mixtis (in Germania et Hungaria), si contractum est a *vero catholico*, qui officia religionis implet; praesumptio autem econtra stat pro validitate consensus et matrimonii civilis, si initum est a catholico indifferenti vel haeretico, qui celebrationem matrimonii in facie Ecclesiae explicite negligit. In quolibet igitur casu probandum est sufficientem consensum maritalem non adfuisse.

Cappello, o.c. Vol. V, p. 562:

“Disputant DD. utrum militet *praesumptio iuris* pro existentia consensus in matrimonio *civili*. Ita distinguendum:

- a) Si agatur de catholicis, qui instructionem religiosam habuerunt, praesumendum est in matrimonio civili meram caeremoniam voluisse.
- b) Si agatur de catholicis qui sine religione adoleverunt, qui sunt indifferentes seu impii vel male instructi, praesumendum est intendisse verum matrimonium.
- c) Si agatur de acatholicis, haec eadem praesumptio a fortiori militat.”

“De Praesumptionibus in Jure Matrimoniali - Pars Specialis”, artigo escrito por Oesterle, publicado na *Revista Española de Derecho Canónico*, 1949, Vol. IV, Iss. 10, p. 32:

S. R. R. in C. 30 jun. 1910, videntibus omnibus, tenuit axioma: matrimonium quamvis dubium et controversum, frui beneficio possessionis (Decisiones, vol. 2, 221, n. 2) in n. 6 firmatur regula a S. R. R. solemniter enuntiata in una Romana, 2 Maii 1727, c. Ratto, n. I : omnis praesumptio militare debet pro validitate matrimonii nullaue ratio habenda est de *oppositis exceptionibus*, quando illae non sunt adeo perstringentes et efficaces, ut incontinenti et concludentissime evincant praetensam nullitatem. S. R. R. 27 aug. 1910 (1. c., vol. 2, p. 320), praesumpsit validitatem etiam civilis matrimonii, ubi forma contrahendi non obligavit; 10 jun. 1912 (1. c., vol. 4, p. 293 ad 7); 1 aug. 1913 (1. c., vol. 5, p. 495 ad 11); 30 dec. 1915 (1. c., vol. 7, p. 468 ad 6); 16 jul. 1921 (1. c., vol. 13, p. 176 ad 2); 7 febr. 1927 (1. c., vol. 19, p. 35 ad 9); 4 apr. 1928 (1. c., vol. 20, p. 108 ad 2); 4 aug. 1928 (1. c., vol. 20, p. 374 ad 12); 2 apr. 1930 (1. c., vol. 22, p. 194 ad 5).

Chelodi, op. cit., p. 142:

Disputatum est, his ultimis annis, an pro existentia consensus in matrimonio civili, ubi forma ecclesiastica non est ad valorem, militet *praesumptio iuris*. S. O. 2 iul. 1892 ad Archiep. Colon. declaravit: ‘Praesumptionem stare *non* pro nullitate, imo vero pro validitate utrorumque matrimoniorum (i.e. mixtorum sive civiliter sive coram ministro acatholico clandestine celebratorum) et in casibus difficilioribus recurrendum ad S. Sedem’. Heiner, iterato, conatus est statuere pro *Germania* (ubi praesertim quaestio est practica) varias praesumptiones: a) si coniuges sunt boni catholici et habuerunt instructionem religiosam, praesumendum est in matrimonio civili intendisse meram caeremoniam; b) si sunt indifferentes aut male edocti, praesumendum est voluisse verum matrimonium; c) idem si sunt acatholici. Hae opiniones inveniuntur propositae in sententiis rotalibus et iam videntur saltem ut adminicula probationis esse receptae¹.

Dicendum est nullam praesumptionem *iuris*, de hac re, existere; declarationem S. O. citatam, autem, insinuare praesumptionem *facti*, et recte quidem, nam, in conflictu inter ius divinum et humanum, Ecclesia praefert credere fideles voluisse potius consentire in matrimonium quam in concubinatum.

¹ cf. R. 19 maii (dec. 17), 23 febre. 1912 (AAS. IV, 377); c. *Colinien*. 27 aug. 1910 (dec. 31) et 10 iun. 1912 (AAS. IV, 629); 18 dec. 1918 (AAS. XI, 358). Etiam ab eodem *Heiner* in AK LXXXIX, 471-491.

“El Matrimonio sin Sacerdote”, 1960, artigo escrito por Pe. Castaño, O.P., publicado em *Teología y vida*, y. I, n. 4, pp. 238-239:

Aquellos cristianos bien instruidos, que dándose cuenta de este estado de cosas, saben que pueden contraer matrimonio válido e lícitamente en ausencia del párroco o sacerdote delegado, contraerán conscientes de que hacen un acto válido y lícito. Aquellos otros cristianos que desconocen esta ley de excepción, que en esas circunstancias pueden contraer verdadero matrimonio ante Dios y ante la Iglesia, si de hecho lo contraen, el matrimonio es válido, con tal que objetivamente, de hecho, exista ese estado de cosas requerido por el canon, siempre que el consentimiento matrimonial no esté viciado por otro capítulo. Inconscientemente contraen matrimonio aunque lo crean inválido.

(...)

De la doctrina contenida en esta larga cita y de lo que llevamos expuesto en este modesto artículo, podemos sacar algunas conclusiones de una transcendencia capital en la práctica.

(...)

1ª Que los católicos de nuestros campos, muy pocos instruidos por lo general en religión y menos aún en las leyes canónicas, si contraen matrimonio civil, dándose las circunstancias del Canon 1098, el matrimonio así celebrado es válido ante Dios y ante la Iglesia y entra en la categoría de matrimonio canónico, no por haberse celebrado civilmente, sino por haberse celebrado ante testigos, en las circunstancias del Canon 1098.

2ª Que el misionero en tiempos de misiones al tratar de legalizar ante la Iglesia esos matrimonios civiles debe examinar si se contrajeron dándose los requisitos exigidos por el Canon 1098, porque pudiera ser que esos matrimonios que él intenta legalizar hayan sido válidos y no necesiten de legalización alguna y sí sólo la inscripción en los libros de matrimonios, si no lo están.

3ª Que puede darse el caso que, no reparando en esto, se autorice un nuevo matrimonio a aquellos que han anulado el matrimonio civil y se han vuelto a casar civilmente con otra mujer. Habría que examinar de antemano, si el primer matrimonio civil fue también canónico, por haberse celebrado con arreglo al Canon 1098, aun cuando los interesados no lo sepan.

"De canone 1098 et matrimonio civili", 1942, artigo escrito por Pe. Pacômio Thieman O.F.M., publicado na *Revista Eclesiástica Brasileira*, Vol. II, fasc. 2, pp. 448-460:

Si velis hac de re documenta authentica inquirere, habetur tale in epistola S. Congr. Inquisit. d. 2 iul. 1892 ad archiep. Colon. et allegatum a S. Rom. Rota in causa Colonien., 27 aug. 1910 (A. A. S. II, 917 ss.: 'Praesumptionem stare non pro nullitate, immo pro validitate utrorumque matrimoniorum (i.e. mixtorum sive civilier sive coram ministro acatholico clandestine contractorum, quae ibidem a jure tridentino eximuntur); et in casibus difficilioribus recurrendum est ad S. Sedem'. Et addunt iudices in hac causa: 'Et merito: nam in locis tridentinae legi subjectis matrimonia clandestina ex praxi SS. CC. sanantur in radice, *dummodo prior consensus perseveret*: quo supponitur sponso in explendo ritu civili verum consensum maritalem expressisse; secus enim non existeret objectum sanationis, seu consensus naturalis, qui tamquam radix sanari potest; nec ejus conciperetur perseverantia, si consensus ipse ab initio exsulasset. Quod a fortiori admittendum est in matrimonio civili into ubi Decretum *Tametsi* non viget'. Iudices igitur Rom. Rotae hic claris verbis enuntiant, consensum verum maritalem in civili matrimonio praestitum consistere posse et saepe consistere cum scientia invaliditatis matrimonii, praesertim quando partes non sint adstrictae ad formam canonicam observandam. Item in sententia S. R. Rotae diei 23 februarii 1912 (A. A. S., IV, 377) affirmant iudices: 'Quare pro Germaniae catholicis ut regula in praxi statui potest: In genere praesumptio stat pro *invaliditate* matrimonii civilis, si contrahitur a veris catholicis, qui officia religionis implent; praesumptio econtra stat pro *validitate* matrimonii civilis, si initur a catholicis indifferentibus vel Ecclesiae ac vitae religiosae alienis, qui celebrationem matrimonii in facie Ecclesiae explicite negligunt.

Theologiae Moralis Summa, Vol. III, Regatillo e Zalba, p. 749-750:

b) Rota 27 aug. 1910 (vol.2, 313) ait: communis persuasio in Germania est matrimonia mixta ante magistratum civilem celebrata non valere; et tamen S. Offic. ea valida declaravit praesumptione iuris, praescindens a contraria et erronea populi opinione. c) C. Prop. Fid. Inst. ad Vic. Apost. Constantinop. 1 oct. 1785 de armenorum matrimoniis scribit: Qui volunt veram sponsam ducere, sed ex errore putant matrimonium ante solum iudicem turcum non valere; ita tamen ut, si scirent id sufficere, vellent illud sic contrahere, valide contraxerunt; nam de vero, legitimo, interno et mutuo consensu dubitari nequit (Col. 580).

Ergo in casu scientiae aut opinionis nullitatis matrimonii, utrum consensus vere matrimonialis existat necne, res est *facti*, in singulis casibus examinanda et decidenda. Si nupturientes volebant fieri maritus et uxor, quantum in se erat, consensus exstitit; inefficax aut efficax matrimonii validi, prout obiective exstiterit vel non impedimentum vel defectus formae; quod si matrimonium fuit nullum iure ecclesiastico, sanari potest in radice, absque consensus renovatione.

Sic durante recentiore bello hispano, in regione a communistis occupata, innumera matrimonia contracta fuerunt coram auctoritate civili aut militari, aut solis testibus, absque parocho vel sacerdote delegato, qui haberi non poterant (c. 1098). Contrahentes multi quidquid religiosum erat contemnebant, nec unquam coram sacerdote contraxissent; alii ex errore putabant tale matrimonium non valere; sed quoniam aliter contrahere non poterant, ita contrahebant, parati ut, occasione data, rem cum Ecclesia componerent; alii animum coram parocho comparendi forte non habebant. Haec matrimonia, secluso alio impedimento, pronuntiavi valida; nam consensus matrimonialis erat, nupturientes volebant fieri maritus et uxor; forma autem ordinaria tunc eos non obligabat. Plures sic coniugati se separarunt et novum matrimonium contrahere voluerunt, contententes primum fuisse nullum. Id impossibile iudicavi (*Sal T.* [1938], p.145.294).

Decisio *S. Officii*. Quae doctrina confirmata fuit a S.O. 9 iun., 1943 in responsis ad Vicarium Generalem Tarraconensem: 1) Quid sentiendum de his matrimoniis? 2) Quatenus valida censeantur, utrum procedendum sit via gubernativa, vel potius iudiciali, quoties aliquod dubitandi solidum fundamentum adfuerit.

Resp. a) Quoad impedimenta: firmis iis de quibus c. 1990, pro ceteris casibus fiat processus regularis. *b) Quoad consensum*: praesumitur adfuisse consensus requisitus pro validitate; quod si in casibus particularibus oppugnetur, fiat regularis processus ad normam iuris. *c) Quoad defectum formae*: fiat regularis processus, habita ratione etiam c. 1098 (de forma extraordinaria: *Sal T.* [1944] p.87).

Código de Derecho Canónico: Bilingue y Comentado, 1957, Miguelez, Alonso, Cabrereros, p. 409:

Los estados de certeza o de opinión no afectan *por necesidad* a los actos de la voluntad. Puede *saberse* que una cosa es imposible y, sin embargo, se la puede *querer* eficazmente; y por lo mismo, puede uno estar convencido de que el matrimonio le está prohibido por la ley, y a pesar de ello puede prestar su consentimiento e intentar contraerlo en cuando que de él depende.

El principio que se establece en este canon tiene gran aplicación práctica en la subsanación de matrimonios que resultaron nulos a causa de la existencia de algún impedimento—en sentido lato—, conocido por los contrayentes en el acto de casarse. Y para apreciar, en cada caso concreto, si se prestó consentimiento natural, suelen darse las siguientes reglas generales: 1.º Hay consentimiento natural cuando el contrayente ha querido, en cuanto de él dependía, contraer verdadero matrimonio. 2.º No lo hay, si intentó expresamente celebrar una *mera ceremonia* civil. 3.º Si no consta cuál fué su intención, parece debe *presumirse* que intentó prestar dicho consentimiento—mientras no se demuestre lo contrario—siempre que las palabras signifiquen celebración de matrimonio. 4.º Esta presunción puede corroborarse o destruirse, atendidas las circunstancias y cualidades de las personas, sobre todo cuando se trata de *matrimonio civil*; pues: *a)* los católicos, si tienen buena formación religiosa, es de presumir que sólo intentan realizar una mera ceremonia; *b)* los que carecen de dicha formación, y sobre todo los acatólicos, tienen ordinariamente intención de celebrar verdadero matrimonio.

Vemos claramente, então, que, na verdade, nossa afirmação se baseia em fundamentos fortíssimos, a saber, a prática da Igreja e os ensinamentos de teólogos. Em contrapartida, Pe. Gabriel não ofereceu nenhuma base semelhante para sustentar sua opinião pessoal. Infelizmente, estamos obrigados a dizer que, de fato, é sua opinião que é infundada.

Como provar simulação:

Podemos começar com a seguinte citação de uma dissertação para doutorado na CUA. *The Total Simulation of Matrimonial Consent*, 1948, Courtemanche, p. 46-47:

The judge is to base his conjectures and presumptions on the certain and determined facts of the case. The definite facts of the case, which must evidently have a direct connection with the hypothesis that simulation occurred, are to be established by other means than the simple affirmation of the parties. The fact of a simulation can be deduced with moral certitude only when with reference to that fact there are several grave indications which can be explained in no other way than through the fact that the consent was actually fictitious.

It is the task of the judge to determine the probative value of the facts in each case. The arguments must clearly prove simulation, and not make it merely probable. All the circumstances connected with the marriage are to be considered, as well as what preceded and what followed the ceremony. There are certain circumstances which, if they exist in a particular case, are considered by the Rota as graver indications of simulation than others.

Ius Canonicum, Tom. V, 1946, Wernz-Vidal, n. 460:

Contra huiusmodi fictionem in foro externo stat *iuris praesumptio*: «*Internus animi consensus semper praesumitur conformis verbis vel signis in celebrando matrimonio adhibitis*» (c. 1086 §1): unusquisque enim censi debet, prout natura ipsa postulat, uti verbis et signis ad exterius manifestandum quod revera in animo habet. Quare solae affirmationi asserentis fictionem in foro externo fides non est adhibenda, nisi eam concludentibus argumentis demonstraverit; quae probatio, cum agatur de facto interno contrario externae et liberae expressioni, difficillima evadit. In talem demonstrationem faciunt, si simul concurrant: confessio simulantis praesertim iurata et incontinenti post contractum facta, existentia manifestae *causae* simulationis, *circumstantiae* antecedentes, concomitantes et sequentes.

Aqui Coronata cita várias decisões da Rota Romana sobre simulação. *Institutiones Iuris Canonici: De Sacramentis*, Vol. III, 1943, pp. 619-620:

Praeterea ad probationem simulationis requiritur generatim confessio ipsius simulantis, quae de se quidem quamvis iurata minime sufficit ad simulationem probandam, ut per se patet, quamvis cum depositione alterius partis concordet, at fundamentum praebet super quo construi possit simulationis probatio. Quodsi simulator simulasse se negat, probatio simulationis maxime ardua redditur, quia in casu ei obstat praeter praesumptionem can. 1086, §1, etiam ipsa negatio simulatoris. Attamen etiam simulantis confessio simulationis absolute necessaria ad probationem non est; nihil enim impedit quo minus quandoque cetera argumenta per se sufficiant ad probandam simulationem.

Declaratio seu confessio partis quae simulationis accusatur eo maiorem vim habet ad probandam simulationem, quo tempore non suspecto emissa est, praesertim si ante matrimonium aut post matrimonium statim emissa probetur duobus saltem testibus idoneis qui de ea emissa deponere valeant.

Probatur deinde simulatio depositione testium qui de declarationibus a parte simulante factis tempore non suspecto deponant, itemque depositionibus circa circumstantias quae matrimonium praecesserunt, concomitatae sunt et subsecutae sunt; quae omnia talia esse possunt ut moralem adhibeant simulationis certitudinem gignere possint.

Probatio simulationis plena esse debet ut agatur de eliminanda praesumptione generali quae stat pro valore matrimonii et praesumptione speciali quae militat contra ipsam simulationem.

Devido à natureza da simulação em si e à dificuldade de estabelecer certeza suficiente por meio de testemunhas e evidências sobre um fato interior, mencionamos no vídeo casos de simulação julgados pela Rota Romana entre 1910 e 1928, a fim de elucidar tal dificuldade. Estes dados podem-se encontrar em p. 573 do livro *Canonical Procedure in Matrimonial Cases* escrito por Pe. Doheny.

O depoimento das próprias partes pode ajudar como evidência corroborativa, mas não constitui prova contra a validade do matrimônio:

Primeiro, devemos começar pela instrução oficial da Sagrada Congregação para a Disciplina dos Sacramentos, chamada *Provida*. Essa instrução forneceu várias normas para guiar o processo jurídico a ser observado pelos tribunais eclesiásticos.

Artigo 117 da *Provida*: “*Depositio iudicialis coniugum non est apta ad probationem contra valorem matrimonii constituendam.*”

As duas seguintes citações são de uma obra de Pe. Doheny, C.S.C., J.U.D., advogado e procurador do tribunal da Sagrada Rota Romana. *Canonical Procedure in Matrimonial Cases*, 1944, p. 215:

Even though a judicial deposition is not adequate in itself to constitute proof against the validity of a marriage, it may furnish valuable corroborative evidence which may help in the ascertainment of the entire truth: ‘Verum quidem est confessionem coniugis in iudicio, vel etiam ante iudicium post matrimonium factam, vim probandi non habere contra valorem matrimonii; testimonium tamen metum passi, iuramento firmatum, adminiculum summi momenti constituit ad probationem nullitatis matrimonii complendam.’⁵⁹ ‘At confessio coniugis post matrimonium facta vim probandi non habet contra valorem matrimonii. Quamvis ordinario adminiculum praebeat ad probationem complendam, id tamen in eo casu solum admitti potest, quo testis ceteroquin fide dignus sit.’⁶⁰

59. *S. R. Rotae Dec.*, XIII (1921), 104, n. 6.

60. *S. R. Rotae Dec.*, XIII (1921), 266, n. 5.

Conclusões que o autor tira (o.c., p. 221):

PRACTICAL CONCLUSIONS

1. The general principle is that the judicial depositions of the consorts do not of themselves constitute proof against the validity of marriage. They may or may not be a source of corroborative evidence.
2. In evaluating judicial depositions the general principles of Article 117, those of the *Instructio Austriaca* quoted on page 214, and the jurisprudence of the *S. R. Rota* should be followed.
3. Corroborative evidence and presumptions are never to be confused with real proofs in evaluating the value of judicial depositions in a case.
4. In weighing judicial depositions judges must always take special cognizance of the circumstances of the individual case, the religious character and trustworthiness of the consorts, the authenticity and significance of documents presented to the court, and the like.
5. The judges are the ones qualified to determine the value of the judicial depositions in each individual case. The evaluation, however, must be in accordance with the general principle enunciated in Article 117.
6. Judicial depositions are of special importance in the following:
 - a) Cases of simulated or conditional consent.
 - b) Cases of fear or coercion.
 - c) Crime arising from adultery and attempted marriage.
 - d) Pre-Code affinity ex copula illicita.
 - e) Abduction.”

Comentarios al Código de Derecho Canónico, Vol. II, Miguélez, Lobo, e Moran, n.

469:

3) La *confesión del simulante* es punto menos que imprescindible, ya que sin ella se hace difícilísimo probar el acto positivo de su voluntad. Pero ella sola no basta para dar por probada la simulación, no sólo porque procede de parte interesada, sino también porque fácilmente puede autosugestionarse, confundiendo la voluntad interpretativa, la falta de amor o el propósito de abusar con la simulación del consentimiento, la negación o la restricción del derecho. Si la parte no es versada en derecho y hace uso de términos técnicos al confesar, es sospechosa de falsedad. Supuesta la confesión, la prueba principal habrá de deducirse de las circunstancias antecedentes, concomitantes y subsiguientes a la celebración del matrimonio.

“Rules of Procedure in Nullity Cases”, artigo escrito por Pe. Kelly, J.C.D., publicado na *The Homiletic and Pastoral Review*, 1941, Vol. 42, Iss. 2, p. 168:

These facts at best are the “certain and determinate facts which cohere directly with the fact in controversy” on which a judge may base a *praesumptio hominis* or “a probable guess about an uncertain matter,” that the parties might have made such an act of the will or placed such a condition. But no ecclesiastical tribunal could declare a marriage null merely on these facts or using these *praesumptiones hominis* alone. There must be some direct proof, and direct proof other than that derived from the judicial confessions of the parties, to show that they actually made such an act of the will or placed such a condition.

Este mesmo depoimento deve ser olhado com suspeita segundo a dissertação de doutorado de Courtemanche (o. c., p. 51):

Although the judicial confession is of no positive probative value in the establishment of the fact of simulation, it would nevertheless constitute a grave omission to neglect a cautious examination of the party’s deposition. A confession of simulation is never to be accepted lightly. Not only is there ever present the danger that the person is fraudulently accusing himself of simulation in order to liberate himself from an unhappy marriage, but it also is not of infrequent occurrence that a person in good faith is led into error by his desire to be free of his spouse. A marital troth pledged to a person whom one does not love may easily be confused with total simulation.¹⁶

¹⁶ Cf. S. R. R., XXVII (1935), 543, n. 4.

“Circa Interpretationem Canonis 1098 C.I.C”, 1953, artigo escrito por Bidagor, publicado em *Monitor Ecclesiasticus*, Vol. 73, Iss. 3, pp. 481-482: “(...) *interpretatio, quae fit pro validitate actus est regina aliarum interpretationum. Cfr. Barbosa, axiomata iuris, v. actum.*”

Caso de Tarragona, Zona Roja Espanhola:

Casos Canonico-Morales, T. II, 1958, Regatillo, pp. 613-614:

Sobre los matrimonios celebrados en zona roja durante nuestra guerra, el Cardenal de Tarragona consultó a la Santa Sede: 1) ¿Qué ha de sentirse acerca de esos matrimonios? — 2) En cuanto se consideren válidos, si hubiere algún fundamento sólido de duda ¿ha de procederse por vía gubernativa o judicial?

El S. Oficio, 9 jun. 1943, respondió: a) En cuanto a los impedimentos hágase el proceso regular, fuera de los impedimentos mencionados en el c. 1990: a saber, cuando por documento cierto y auténtico, sin tacha ni contradicción consta del impedimento de disparidad de culto, orden, voto solemne de castidad, vínculo, consanguinidad, afinidad o parentesco espiritual; y con la misma certeza consta que no se dió dispensa, hay lugar a la declaración de nulidad de matrimonio por el proceso sumario de los cc. 1990–92.

b) En cuanto al consentimiento se presume que hubo el requerido; si se impugna en casos particulares, hágase el proceso ordinario.

c) En cuanto a la forma, hágase el proceso regular, teniendo en cuenta también el c. 1098.

Ciência da nulidade não implica em falta de consentimento:

Uma vez que há um cânon que afirma isto explicitamente, há consenso na doutrina. Colocaremos, porém, alguns autores reafirmando e explicitando a doutrina do cânon, para que fique bem claro a todos.

Canon 1085: “*Scientia aut opinio nullitatis matrimonii consensum matrimonialem necessario non excludit.*”

Em uma decisão da Rota Romana, publicada na Acta (1910, p. 933), afirma-se que a persuasão subjetiva de que um matrimônio só pode ser válido para a Igreja se contraído diante de um ministro religioso não necessariamente afeta a natureza do consentimento:

Neque dicatur, eam Antonii fuisse persuasionem, verum matrimonium, nisi coram ministro cultus, valide, contractum iri, ut inde deducatur, illum nonnisi cæremoniam civilem peregissee. Etenim falsa nostra opinio non mutat naturam rei: et cum matrimonium civile in themate omnia præsetulerit elementa, quibus matrimonialis contractus vere subsisteret, Antonii opinio, quæcumque ea fuerit, huius naturam non mutavit, sed contractus vere matrimonialis permansit.

Regatillo, o.c., T. II, n. 760:

Matrimonio contraído con persuasión de que sería nulo. — Durante nuestra guerra civil muchos católicos buenos, que se hallaban en zona roja, se casaban ante el juez o la autoridad militar y dos testigos, o ante solos dos testigos, por no poder hacerlo ante el párroco o sacerdote delegado y dos testigos, previendo que esta situación duraría más de un mes. Al contraer así creían que tal matrimonio no valía; pero tenían firme propósito de casarse por la Iglesia tan pronto como pudiesen. Algunos que estaban en esa creencia, se separaron después, contrayendo matrimonio con otras personas distintas. ¿Qué decir de los primeros y segundos matrimonios?

Resp. — Es cierto que en tales circunstancias no obliga la forma ordinaria del matrimonio, y que éste valía celebrado ante solo dos testigos (c. 1098). Pero esta ley la ignoraban comúnmente los fieles; y sin embargo contraían así el matrimonio en la falsa persuasión o creencia de que no valdría. El nudo de la cuestión está en si, a pesar de esa ignorancia y falsa persuasión de la nulidad, hubo o no consentimiento matrimonial suficiente; pues si le hubo, el matrimonio fué válido ante Dios y la Iglesia; y que la forma ordinaria no obligaba.

Sánchez, *De matrim.*, l. 2 disp. 23, sostiene que es posible al consentimiento matrimonial, aun estando los contrayentes ciertos o falsamente persuadidos de que el matrimonio que intentan será nulo ante Dios y la Iglesia. Esta doctrina ha sido admitida por los canonistas, por las Sagradas Congregaciones Romanas, y consignada en el c. 1085: La certeza o la creencia de que el matrimonio que va a celebrarse será nulo no quita por necesidad el consentimiento matrimonial.

De hecho ¿hay verdadero consentimiento? La presunción es que sí. Así respondió el S. Oficio al Arzobispo de Colonia. En los matrimonios mixtos (entre católicos y protestantes) no era allí necesaria *para la validez* la forma ordinaria. Muchos creyendo que era necesaria y que sin ella no valdría el matrimonio, sin embargo se casaban sin esa forma. El S. Oficio declaró que la presunción está, no por la nulidad, sino más bien por la validez de los matrimonios mixtos contraídos *civilmente o clandestinos* (2 jul. 1892). Según esto, la presunción está a favor de la existencia del consentimiento; ya que la forma no era necesaria. Así también la Rota Romana 27 ag. 1910; 10 jun. 1912; 18 nov. 1918; AAS 2, 933; 4, 463; 11, 360.

La C. de Propaganda Fide en la Instrucción al Vicario Apostólico de Constantinopla sobre los matrimonios de los católicos armenios, 1 oct. 1785, se expresa así: Por lo que toca a los que tienen voluntad de tomar una verdadera esposa, pero están en el error de que para el valor del matrimonio no basta presentarse al magistrado turco; mas si supiesen que este acto bastaba para contraer verdadero matrimonio, pretenden sin más contraerle, la S. Congregación... ha decidido que tales matrimonios son válidos, con tal que no exista otro impedimento canónico. *Porque en las circunstancias del caso propuesto no puede dudarse del verdadero, legítimo, interno y mutuo consentimiento de los contrayentes.* En suma, los que se casan ciertos o persuadidos de que su matrimonio será nulo, a pesar de eso pueden tener verdadero consentimiento matrimonial; y le tendrán si en cuanto es de su parte quieren verdadero marido y mujer. Más aún, se presume que le tienen; por tanto vale su matrimonio, si en realidad no tienen impedimento, ni les obliga la forma ordinaria.

En cuanto a los matrimonios celebrados en territorio rojo durante nuestra última guerra, así lo declaró el S. Oficio, 9 jun. 1943, al Cardenal de Tarragona: Se presume que hubo el consentimiento requerido para la validez; si en casos particulares se impugna, hágase el proceso regular según la norma del derecho.

Resolución. Los matrimonios en el caso se presumen válidos. Para mayor tranquilidad, hágase después el expediente para averiguar si hubo algún impedimento o defecto que hiciera nulo el celebrado; y en todo caso recomiéndese a los así unidos que renueven *cautelam matrimonium* su consentimiento ante el párroco o sacerdote delegado y dos testigos. Véase en *Sal Terrae*, 1938, pp. 145, 294.

Principles of Sacramental Theology, 1960, Leeming, S.J., p. 480:

548. Canon 1085: 'A knowledge of, or belief in, the nullity of a marriage does not necessarily exclude matrimonial consent.'

This canon at first sight seems obscure, for one is inclined to wonder how one can give a true consent to a marriage which one believes to be null. The point, however, is that concomitant circumstances do not of themselves nullify a marriage, and belief that a consent expressed here and now is insufficient may be merely a concomitant circumstance.

Marriage - Contract and Sacrament - A Manual of the Laws of the Catholic Church on Marriage, 1957, James E. Risk, S.J., A.B., M.A., S.T.L., J.C.D., p. 93:

A true matrimonial consent may be given with the concomitant conviction that the marriage is null and void. Thus one whose first wife is living attempts a second union, giving and accepting as far as possible the exclusive and perpetual right to bodily acts naturally conducive to the production of new life. There is a real consent given, but no valid marital status is thereby created. On the other hand, one may give true matrimonial consent, erroneously believing that he is bound by a diriment impediment, e.g., consanguinity, where- as in reality his blood relationship with his bride does not fall within the invalidating degrees of kinship. In this case his subjectively erroneous conviction does not alter the fact that he is free from any invalidating impediment on the score of blood relationship.

The Simple Convalidation of Marriage, 1937, Pe. Brennan, p. 92:

Even in the face of the evident juridic nullity the parties may actually and truly intend by a naturally valid act to give and to accept the rights of marriage.²³

²³ S. C. Prop. Fide. *Respons. ad Vic. Apost. Constant.* Oct. 1, 1785—*Coll.*, n. 580; S. R. R., *Colonien.*, Aug. 27, 1910, ad 5, 7—*S. R. R. Decisiones*, II (1910), Decis. XXXI; *Argentinien.*, Feb. 23, 1912, ad v, xv—*Decisiones*, IV (1912), Decis. IX; *Argentinien.*, July 22, 1912, ad II, III—*Decisiones*, IV (1912), Decis. XXXII.

Doheny, o.c., p. 561:

An objective fact such as the nullity of marriage cannot be dependent upon the knowledge or opinion of the contracting parties. It is necessary to emphasize the fact that a marriage is either valid or invalid insofar as it objectively fulfills or fails to fulfill the requirements governing valid marriage. Hence, a marriage is either valid or invalid independently of the knowledge or ignorance of the contracting parties about the legal requirements for a valid marriage. A person's erroneous notions or mistaken ideas do not change the objective fact as it is before God. Wherefore, a marriage erroneously thought to be invalid by a contracting party, may be objectively valid; while, on the other hand, a marriage believed in good faith to be valid may be in reality invalid.

Tractatus de Jurisprudencia Sacrae Romanae Rotae, 1957, Carolus Holböck (advogado da Rota Romana), p. 123:

Matrimonium contractum cum erronea opinione utriusque vel alterutrius partis matrimonium juxta legem divinam vel ecclesiasticam valide contrahi non posse, per se valet, si contrahentes intendunt, quantum in ipsis est, verum matrimonium. Omnino componi potest verus consensus matrimonialis cum erronea opinione vel scientia alterutrius vel utriusque contrahentis se coram magistratu civili vel ministro acatholico validum contrahere nequire matrimonium, nam error menti inhaerens concomitans est nec influit in actum voluntatis, quo contrahens matrimonium assentitur.

Mas, e se esse tal critério de “casamento especificamente católico” realmente existisse?

Mesmo que assim fosse, isso não significaria, de modo algum, que o julgamento desses casos seria tão simples como tem sido apresentado pelos adversários de nossa posição. Além da necessidade de observar diversos e minuciosos critérios quanto às provas, às circunstâncias, e às testemunhas—como se pôde ver em algumas das citações acima—, há distinções de suma importância que devem ser feitas nesses julgamentos.

O cânon 1084 estabelece que, quando o erro acerca de uma propriedade matrimonial permanece apenas no intelecto e não se transfere para a vontade, o valor do matrimônio não é afetado, ainda que tal erro tenha sido a causa do contrato, como o próprio cânon explicita:

Cânon 1084: *“Simplex error circa matrimonii unitatem vel indissolubilitatem aut sacramentalem dignitatem, etsi det causam contractui, non vitiat consensum matrimonialem.”*

É de suma importância, para julgar esses casos de maneira devida, saber distinguir entre condição, modo, demonstração, e causa. Pensar simplesmente que o matrimônio não é, por exemplo, um Sacramento, ou acreditar que ele é dissolúvel, não basta para viciar o consentimento matrimonial. Tampouco constitui prova definitiva, por si só, o fato de o casal ter contraído apenas o casamento civil. Os calvinistas, por exemplo, admitem a dissolubilidade do matrimônio, casam-se diante de um pastor calvinista, numa cerimônia calvinista—e, ainda assim, a Igreja reconhece esses matrimônios como válidos.

Não nos deteremos longamente neste ponto, mas os teólogos explicam o cânon afirmando que a vontade geral de “contrair matrimônio”, enquanto tal, já inclui implicitamente as propriedades essenciais que lhe são inerentes (unidade, indissolubilidade, etc.). Se essa intenção geral não é destruída por uma intenção (e não erro) contrária, o consentimento não é viciado.

Além disso, Cappello acrescenta que distinguir se houve mero erro do intelecto ou realmente intenção da vontade é “de difícil solução”. *Tractatus Canonico-Moralis de Sacramentis*, Vol. V, 1947, n. 588.c: *“Num vero, in casibus particularibus, adfuerit simplex*

error intellectus, an etiam intentio voluntatis sive absoluta sive condicionata, res interdum est difficilis solutionis et cum agatur de quaestione facti, a iudice est dirimenda.”

Coronata diz o mesmo em *Institutiones Iuris Canonici: De Sacramentis*, Vol. III, 1943, n. 457: “*Haec quidem theoretice facilia sunt, in praxi tamen non facile est definire in singulis casibus quando simplex error habeatur, quando positivus actus voluntatis.*”

Basta dizer aqui que a Igreja é sumamente prudente nessas matérias sacramentais, e seria temerário ignorar todas essas nuances envolvidas na análise do consentimento matrimonial em si e no processo jurídico estabelecido para julgar tais casos.

E se, em vez de simulação parcial, houver simulação total?

Para aqueles que não conhecem a distinção, eis uma breve explicação segundo Coronata (o.c., Vol. III, n. 458): “*Simulatio totalis et partialis. — Simulatio totalis esse potest aut partialis. Totalis est simulatio si excludatur matrimonium ipsum aut omne ius ad coniugalem actum; partialis est si excludatur essentialis aliqua matrimonii proprietas.*”

Courtemanche, tratando especificamente sobre a simulação total de consentimento matrimonial, conclui em sua dissertação para doutorado o seguinte:

1. Faz-se necessário demonstrar que o suposto simulador tinha, à época do casamento, aversão ao “cônjuge” ou, ao menos, à própria ideia de casar-se com ele.
2. A hesitação e a relutância em prestar o consentimento matrimonial, ou mesmo o derramamento de lágrimas ao fazê-lo, indicam com muito mais frequência um consentimento genuíno do que um fictício.
3. O simulador sabe que simulou e, portanto, tem consciência de que o casamento foi nulo. Considerar-se verdadeiramente casado após a cerimônia basicamente exclui a possibilidade de provar uma simulação total, salvo em situações excepcionalíssimas.
4. A convivência duradoura após o casamento constitui forte indício de que o consentimento não foi fingido.

Eis as citações diretas das conclusões do autor (pp. 95–97 da obra mencionada), conforme transcritas abaixo:

The proof of the fact of total simulation necessitates the proof of the existence of an aversion on the part of the alleged simulator towards the other consort or at least towards marriage with that consort, and it must furthermore be shown that this aversion existed at the time of the wedding.

(...)

Hesitation and reluctance in consenting to marriage or the shedding of tears in doing so most frequently indicate a genuine rather than fictitious consent.

(...)

Since total simulation implies the positive intention of not contracting marriage, the party who has totally simulated matrimonial consent is fully aware of his act and knows that his marriage is invalid. Consequently the proof of the fact that a person considered himself as truly married at any time after the wedding precludes the possibility that he has totally simulated matrimonial consent. The only exception to this conclusion is the case wherein a party submitted to the wedding ceremony because of duress, and was so emotionally disturbed that afterwards he could not state with certitude whether or not he actually consented to marry.

(...)

A lengthy period of cohabitation provides an indication that the matrimonial consent was not feigned (...).

É importante observar, ademais, que mesmo que se demonstre ter havido simulação total na troca de consentimento, existem certos fatos—os quais muito frequentemente acompanham esses casos de casamento civil—que geram presunção de retificação do consentimento. Se a troca de consentimento observou a forma canônica, apesar da simulação, o matrimônio será então presumido válido até prova em contrário.

Para citar apenas o caso mais clássico: até mesmo o ato conjugal realizado com ciência da nulidade do matrimônio presume-se efetuado com a intenção de renovar o consentimento e, por conseguinte, convalidaria o matrimônio nesses casos.

Esse é o ensinamento do Cardeal Gasparri (o.c. vol. II, n. 1192), ao qual ele ainda acrescenta, citando o Cardeal Gennari—Prefeito da Sagrada Congregação do Concílio—que o Santo Ofício sempre sustentou essa doutrina:

At si partes noverint matrimonium initio fuisse nullum ob occultum impedimentum, postea cessasse nullitatis causam et deinde copulam habeant *affectedu maritali* (praesumitur autem hanc haberi affectu maritali, nisi aliud probetur), iam censentur novum voluntatis actum lege requisitum emisisse et ita legem de renovando consensu implevisse. Haec autem privata consensus renovatio sufficit ad matrimonium convalidandum, nisi lex ad matrimonium convalidandum exigit substantialem matrimonii formam. Hanc doctrinam S. C. S. Officii semper retinuit.¹

¹ Card. Gennari, *Consultazioni morali*, vol. I, Cons. 118, citat responsionem S. C. S. Officii datam die 8 martii 1899: in eodem sensu S. C. reposuerat etiam die 31 aug. 1887.

A mesma ideia encontra-se na dissertação apresentada por Pe. Brennan para doutorado na Catholic University of America (o.c., p. 61):

“This consent may be manifested externally by word or sign or by the proper use of the marriage right, that is, with the intention of using it as husband and wife and not for the purpose of sinning. Even the continued cohabitation *animo maritali*, and fulfillment of marriage duties may be a sign of renewal of consent. These signs are considered to express internal consent because the party who knew the first consent was ineffective could have departed from the other but of his own accord has remained.

Em resumo, portanto, pode revelar-se praticamente impossível demonstrar a existência de simulação quando o casal apresenta diversos indícios de não simulação ou de renovação do consentimento, tais como:

1. Terem vivido juntos pacificamente por período considerável;
2. Considerarem-se realmente casados;
3. Apresentarem-se como verdadeiros casais;
4. Tratarem-se mutuamente por “marido” e “mulher” (ou expressões análogas);
5. Manterem relações conjugais.

Todos esses aspectos devem ser considerados nos julgamentos. Em causas particularmente complexas, ousaremos proferir um “juízo de nulidade” sem dispor da estrutura adequada nem do concurso de canonistas que dedicaram décadas ao estudo das questões matrimoniais? Casamentos mal celebrados não podem servir de pretexto para que, na grave crise que atravessamos, se requeiem a segundo plano a seriedade e a gravidade que os julgamentos de nulidade matrimonial exigem.

Quando a Hóstia Consagrada confere a graça:

Tractatus Canonico-Moralis de Sacramentis, Vol. I, n. 358: “*Plures tenent ad sacram communionem requiri ut species reapse in stomachum traiciantur, et gratiam tunc conferri, quando Eucharistia est in stomacho aut saltem in via.*”

Objeção V: Mas o Catecismo Diz que o Casamento Civil é Inválido!

Devemos, por acaso, concluir que São Pio X—tão conhecido por seu enérgico combate ao modernismo—tenha encarregado da codificação do Código de Direito Canônico um homem que sequer conhecia o Catecismo, e ainda o tenha elevado ao Cardinalato? É evidente que não. A posição do Pe. Cardozo, porém, implicaria que o Santo Ofício, juntamente com o Cardeal Gasparri e os maiores teólogos da primeira metade do século passado, teriam cometido gravíssimos erros por não terem “lido o Catecismo”.

Pelas respostas já dadas às objeções do Pe. Gabriel, tal consequência torna-se manifesta. Por isso, não há necessidade de sobrecarregarmos este trecho de nossas anotações com uma abundância de referências. Limitar-nos-emos, portanto, a expor sumariamente certos pontos do Catecismo que parecem ter sido ignorados.

Partes do Catecismo que supostamente devem ser interpretadas como declaração geral e absoluta que o casamento civil sempre é inválido:

848) Que é o matrimônio ou casamento civil?

O casamento civil não é mais que uma formalidade prescrita pela lei para os cidadãos, a fim de dar e de assegurar os efeitos civis aos casados e aos seus filhos.

849) Pode um cristão celebrar somente o casamento ou contrato civil?

Um cristão não pode celebrar somente o contrato civil, porque este não é Sacramento, e portanto não é um verdadeiro matrimônio.

850) Em que condições se encontrariam os esposos que convivessem juntos, unidos somente pelo casamento civil?

Os esposos que convivessem juntos, unidos somente pelo casamento civil, estariam em estado habitual de pecado mortal, e a sua união seria sempre ilegítima diante de Deus e da Igreja.

Esses trechos não implicam necessariamente que o matrimônio civil sempre é inválido?

Há duas possibilidades de interpretação do Catecismo:

1. O Catecismo de São Pio X é uma exposição geral da doutrina cristã que possui grande valor, mas permanece um compêndio—um resumo. Ele não se propõe a tratar de minúcias teológicas demasiado complexas, concentrando-se no ensino ordinário e em afirmações de caráter mais geral.
2. O Catecismo de São Pio X constitui um tratado teológico perfeitamente completo e que, por isso, deve ser seguido de maneira rigorosa em todos os casos, sem exceções. Segundo essa visão, qualquer distinção que dele pareça divergir, ainda que em aspectos muito específicos, não seria legítima nuance teológica, mas erro doutrinário.

Qual seria o resultado de acordo com cada possibilidade? Em ambas o ensino do Catecismo não obsta à validade do casamento civil em circunstâncias extraordinárias.

Possibilidade 1:

Se o Catecismo é apenas uma exposição geral, então, embora possua grande autoridade, não tem por finalidade esgotar minúcias teológicas. Sendo assim, o fato de o Catecismo, à primeira vista, dar a entender que o casamento civil é inválido não significa que

não possa haver alguma exceção extraordinária—sobretudo porque, tanto antes quanto depois de sua publicação, diversos teólogos afirmaram e continuaram a afirmar essas exceções.

Esta é a doutrina sustentada por todos. Até o próprio São Pio X, na encíclica *Acerbo Nimis*, falando da instrução catequética, enfatiza a necessidade de diligência e preparação, mas não deixa de dizer da necessidade de simplicidade:

Catechetica e contra institutio lac illud est, quod Petrus Apostolus concupisci sine dolo a fidelibus volebat, quasi a modo genitis infantibus.

(...)

Nolimus porro, ne ex eiusmodi simplicitatis studio persuadeat quis sibi, in hoc genere tractando, nullo labore nullaue meditatione opus esse: quin immo maiorem plane, quam quodvis genus aliud, requirit. Facilius longe est reperire oratorem, qui copiose dicat ac splendide, quam catechistam qui praeceptionem habeat omni ex parte laudabilem.

Caso não se sustente tal doutrina, somos forçados a concluir que o Catecismo possui erros ou que se contradiz, como se poderá ver na exposição da possibilidade 2.

Possibilidade 2:

Se o Catecismo possui um rigor teológico extremo como a possibilidade 2 supõe, sinto-lhes informar, mas teríamos que afirmar que ele contém vários erros doutrinários e mesmo contradições. Citamos aqui apenas algumas nuances principais que podem ser percebidas por qualquer um que estudou seriamente Teologia Sacramental:

1. Extrema Unção não confere graça primeira?

Eis o que o Catecismo nos ensina: “538) *Quais são os Sacramentos que conferem a primeira graça santificante? Os Sacramentos que conferem a primeira graça santificante, que nos faz amigos de Deus, são dois: Batismo e Penitência.*”

Os Sacramentos dos mortos são apenas Batismo e Penitência. Apesar disso, é doutrina **certa** que a Extrema-Unção pode conferir a primeira graça santificante em alguns casos. Por exemplo: se um católico desgrazadamente cometeu um pecado mortal, mas teve ao menos atrição dele, porém entrou em coma antes de conseguir fazer um ato de contrição perfeita e também antes de se confessar, a Extrema-Unção restituiria-lhe o estado de graça.

Isso, inclusive, encontra-se em outro trecho do catecismo, no item 2 do número 806: 806) Que efeitos produz o Sacramento da Extrema-Unção?

O Sacramento da Extrema-Unção produz os seguintes efeitos:

- 1º aumenta a graça santificante;
- 2º apaga os pecados veniais e também os mortais que o enfermo arrependido já não possa confessar;
- 3º tira a fraqueza e languidez para o bem, que fica, ainda depois de se ter alcançado o perdão dos pecados;
- 4º dá força para suportar pacientemente o mal, para resistir às tentações, e para morrer santamente;
- 5º ajuda a recuperar a saúde do corpo, se isso for útil à salvação da alma.

Devemos, por acaso, concluir que há um erro no número 538, uma vez que não contemplou-se nele a Extrema-Unção? De forma alguma. Por quê? Alguns teólogos explicam isto dizendo que a Extrema-Unção, *per se*, não restitui a graça santificante (é, afinal, um Sacramento dos vivos), e que ela o faz apenas *per accidens*, em circunstâncias extraordinárias. Tal é exatamente a distinção que os teólogos fazem sobre o casamento civil dentro das condições do cânon 1098!

Apesar disso, tal distinção da Extrema-Unção parece dever ser ainda mais grave. Cappello aprimora tal distinção, dizendo que, se formos ser mais precisos nos termos, deveríamos dizer que a Extrema-Unção confere, sim, a graça primeira *per se*, porém *secundariamente*:

Tractatus Canonico-Moralis de Sacramentis, Vol. III, 1949, Cappello, n. 161.2: “*Quare accuratior terminologia haec videtur, scil. ut extrema unctio dicatur conferre gratiam primam per se, at secundario.*”

2. O Batismo sempre confere à primeira graça santificante?

Eis o que o Catecismo ensina:

550) Quais são os efeitos do Sacramento do Batismo?

O Sacramento do Batismo confere a primeira graça santificante, que apaga o pecado original e também o atual, se o há; perdoa toda a pena por eles devida; imprime o caráter de cristão; faz-nos filhos de Deus, membros da Igreja e herdeiros do Paraíso, e torna-nos capazes de receber os outros Sacramentos.

Apesar de o Catecismo ensinar que o Batismo confere a primeira graça santificante, é possível que um adulto, cumprindo todas as condições necessárias para receber o Sacramento com fruto, receba o Batismo sem receber a primeira graça santificante, justamente por já tê-la recebido! Para isso, basta que o adulto seja um catecúmeno que, além da Fé, já tenha conseguido fazer, pela graça de Deus, um ato de contrição perfeita por seus pecados!

3. E o restante da fórmula da Consagração do Vinho?

O Catecismo de São Pio X ensina a forma do Sacramento da Eucaristia no número 598: “598) *Qual é a forma do Sacramento da Eucaristia? A forma do Sacramento da Eucaristia são as palavras usadas por Jesus Cristo: Isto é o meu Corpo: este é o meu Sangue.*”

Apesar disso, há discussão sobre se a forma de consagração do vinho na Igreja Latina se limita, essencialmente, apenas à parte citada, ou se inclui o restante. Não nos delongaremos aqui no assunto, pois todos que estudaram os problemas concernentes à validade da “Missa Nova” de Paulo VI conhecem a discussão.



Estes e vários outros exemplos poderiam ser aduzidos. Ousaremos dizer que o Catecismo contém vários erros? Ousamos ainda afirmar, porém, que, mesmo se admitíssemos essa interpretação absurda, deveríamos concluir que essa resposta do Catecismo não se opõe ao que encontramos na doutrina da Igreja. Eis uma breve explicação:

1. O Catecismo, nestes trechos, usa os termos “somente o casamento ou contrato civil”, “somente o contrato civil”, “somente pelo casamento civil” e “unidos somente pelo casamento civil”.
2. Ora, com rigor teológico, ninguém sustenta que católicos “unidos somente pelo casamento civil” possam contrair matrimônio válido. O que os teólogos defendem é que, no **contexto** de uma cerimônia civil, pode-se, em circunstâncias extraordinárias, produzir um verdadeiro casamento canônico. Essas pessoas, portanto, não estariam “unidas somente pelo casamento civil”, mas seriam ao mesmo tempo civil e canonicamente casadas.
3. Consequentemente, a invalidade afirmada pelo Catecismo não se aplica ao caso que propomos.

Apenas para finalizar, deveríamos também concluir que todos os matrimônios celebrados por um padre sedevacantista são inválidos? O Catecismo em nenhum lugar afirma que católicos podem contrair matrimônio válido diante de sacerdotes sem jurisdição! O Catecismo, na verdade, sequer menciona o cânon 1098; não faz qualquer alusão à possibilidade de um matrimônio válido sem a presença de um sacerdote autorizado!

Mesmo sendo extremamente breve, julgamos que esta simples abordagem já evidencia, de maneira bastante clara, a completa absurdidade de tal alegação.

Objeção VI: Um Ensino Interessante dos Bispos Brasileiros em 1950

Trecho em questão da Pastoral Coletiva:

Nova Edição da Pastoral Coletiva de 1915, 1950, n. 441:

441. A forma jurídica extraordinária do casamento religioso, que consiste na sua celebração perante duas testemunhas somente, sem a presença do Sacerdote jurisdicionado, só é admissível em dois casos: a) **em perigo de morte** de um dos nubentes, quando não é possível obter naquela hora o Sacerdote jurisdicionado; b) **fora do perigo de morte**, sempre que com certeza se preveja que, pelo espaço de um mês, não será possível, sem grave incômodo, obter um Sacerdote jurisdicionado, nem chamando-o nem indo os nubentes em sua procura. Em ambos os casos, havendo outro Sacerdote não jurisdicionado, deve ser este chamado para assistir ao casamento; mas isto só afeta a liceidade, não a validade do ato (c. 1098).

Para ser **moralmente certa** a impossibilidade de obter o Padre, é preciso que os nubentes procurem um Sacerdote jurisdicionado, pelo menos através de informações (*ex notorio vel inquisitione*), segundo resposta da Com. Interpr. Cod. de 10-9-1925. Para ser válido o casamento celebrado nesta forma extraordinária, é ainda necessário que os nubentes **saibam** que podem assim casar pelo religioso e receber o sacramento.

Trecho da Apresentação da Nova Edição da Pastoral falando que ela visa ser um complemento em “forma mais popular”:

Apresentando, pois, ao Nosso amado Clero, Secular e Regular, este «despertador e guia da piedade sacerdotal», fazemo-lo com o intuito de promulgar um indispensável **complemento** dos Decretos do Concílio Plenário Brasileiro, em forma mais **popular** e acessível a todos os fiéis.

Cânon que reserva à Santa Sé o poder de acrescentar novas cláusulas invalidantes à legislação matrimonial vigente:

Cânon 1039: Ordinarii locorum omnibus in suo territorio actu commorantibus et suis subditis etiam extra fines sui territorii vetare possunt matrimonia in casu peculiari, sed ad tempus tantum, iusta de causa eaque perdurante.

§2. Vetito clausulam irritantem una Sedes Apostolica addere potest.

Ensino do Concílio Plenário Brasileiro:

O Concílio Plenário Brasileiro de 1939, em sua seção “De Matrimonio”, diz apenas o seguinte ao se referir-se ao cânon 1098 (pp. 134-135):

§1. Iuxta canonem 1098 ad valide et licite matrimonium coram solis testibus contrahendum non sufficit factum absentiae parochi, sed requiritur praeterea moralis certitudo ex notorio vel ex inquisitione, parochum sine gravi incommodo per mensem neque haberi neque adiri posse (1).

§ 2. Ad normam eiusdem canonis 1098 censetur physice absens parochus vel loci Ordinarius si, licet materialiter praesens in loco, ob grave tamen incommodum celebrationi matrimonii assistere nequeat (2).

(1) Pont. Commissio Codicis I. C., 10 novembris 1925.

(2) Ibid., 10 martii 1928 et 25 iulii 1931.

Como pode-se ver, não há nada que sequer lembre a cláusula invalidante colocada no n. 441 da Nova Edição da Pastoral Coletiva. Para os que quiserem conferir por si mesmos, fizemos upload de toda a seção “De Matrimonio”.

Comentários sobre n. 441 da nova edição da *Carta Pastoral Coletiva*:

“O Cânon 1098 e o Matrimônio Civil”, artigo escrito por Pe. Pacômio Theiman OFM e publicado na *Revista Eclesiástica Brasileira*, Vol. XI, fasc. 4, dez. de 1951, p. 924:

O trecho do n. 441 da Past. Col. está, pois, completamente errado. Erro lamentável que, em vista da autoridade quase oficial que muitos atribuem à C. P. C., devia ser oficialmente e quanto antes corrigido. Pois poderia acontecer que pastores de almas, baseados na autoridade da C. P. C., aprovem e assistam a matrimônios de pessoas impedidas pelo impedimento "ligaminis", ou que, ao menos (visto que o matrimônio goza do favor do direito), devem ser consideradas, no foro interno e externo, como casadas.

“O Cânon 1098 ou a Legislação Matrimonial Extraordinária”, artigo escrito por Pe. Aleixo Voelkert OFM e publicado na *Revista Eclesiástica Brasileira*, Vol. XIII, fasc. 1, mar. de 1953, pp. 156-157: “*De forma alguma é admissível que [os bispos brasileiros] queiram introduzir leis e modificações contrárias às leis e determinações universais da Igreja, para o que, aliás, lhes falta o poder e competência.*”

“Casamento com Terceiros de Unidos por Ato Civil”, artigo escrito por Pe. Edgar Franca e publicado na *Revista Eclesiástica Brasileira*, Vol. XXII, fasc. 1, mar. de 1962, nota 4 de p. 171:

(...) Além disso, como está vazado, o disposto na Pastoral estabelece cláusula irritante (i.e., invalidante); tal cláusula, contrariando direito estabelecido e assegurado no cân. 1098, que, como vimos, não restringe mas amplia o exercício do direito de casar-se, a meu ver, escapa à competência da autoridade inferior à suprema (cf. cân. 1039§2 e 2296§1); note-se que a legislação da Pastoral, ao contrário da de um concílio plenário ou provincial, não é submetida à aprovação da Sé Apostólica (cân. 291§1), o que a um concílio confere, de certo modo, o caráter de lei pontifícia embora particular (cf. rubrica do Título VII, Livro II do C.I.C.). Finalmente, aquela disposição não urge em caso de dúvida de direito (cân. 15); que haja dúvida de direito, parece evidente, por desvirtuar-se o disposto na lei comum. (...)

Parte V: Conclusão

Acusação de sermos intolerantes:

Carta de Dom Pivarunas:

1. While it is true that Bp. Pivarunas had stated there are differences of opinion amongst the traditional clergy, he has also stated on April 28, 2025 in the sermon at the priestly ordinations in Omaha that no one should elevate their opinions to a dogma and anathematize those who do not agree.
(...)
4. Unfortunately, the Franciscans have been intolerant of the opinion of the majority of the bishops in regard to their position on matrimony.

CONCLUSÃO

Gostaríamos de deixar claro que os fiéis brasileiros têm **direito** de obter informações sobre este tema, uma vez que essa discussão privada se tornou pública nos últimos meses e tem sido usada como motivo para divisões do clero. Para mostrar a todos exatamente o que defendemos e quais são nossas fontes, apresentamos o presente trabalho. Caso surjam dúvidas, sintam-se à vontade para entrar em contato conosco. Do mesmo modo, esperamos que os adversários estejam igualmente dispostos a apresentar as fontes autoritativas que fundamentem a exclusão total de nossa tese, já que este é um assunto grave que envolve sério risco de adultério vitalício para tantas pessoas.

Que nosso Pai Seráfico, São Francisco, junto ao Menino Deus, conceda a todos nós a verdadeira paz e a unidade de que a Igreja necessita neste Santo Natal!